

ISSN 1983-5086

Latinidade

Volume 1
Número 2
2009

Revista do Núcleo de
Estudos das Américas

Latinidade - Janeiro-Dezembro - 2009





ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 1 • Número 2 • Janeiro-Dezembro 2009





UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Vieira Alves de Castro

Vice-reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-reitora de Graduação – SR1

Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Centro de Ciências Sociais - CCS

Diretor

Domenico Mandarino

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Diretor

José Augusto de Souza Rodrigues

Núcleo de Estudos das Américas - NUCLEAS

Coordenadora

Maria Teresa Toribio B. Lemos

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. - Janeiro-Dezembro (2009) - . - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2009 - .
v. : il.
176p.
Semestral.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086
1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)



Latinidade



Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Conselho Editorial:

Andrzej Dembicz - (Univ. de Varsóvia)

In Memoriam

Alexis T. Dantas (UERJ)

Dejan Mihailovic (Univ. TEC
Monterrey/ME)

Luiz Henrique Nunes Bahia - (UERJ)

In Memoriam

Maurício Mota (UERJ)

Edna Maria dos Santos (UERJ)

Lená Medeiros de Menezes (UERJ)

Maria Luzia Landim (UESB)

Conselho Consultivo:

Fernando Sérgio Dumas dos Santos
(Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ)

Mônica Leite Lessa (UERJ)

Raimundo Matos (UESB)

Paulo Roberto Gomes Seda (UERJ)

José Flávio Pessoa de Barros (UERJ)

Miriam Gomes Saraiva (UERJ)

Programação Visual:

Ramon Moraes

Revisão:

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.

Sumário

Apresentação	7
Da Ilegalidade ao Fetiche – drogas na ordem social moderna	9
<i>André Luis T. Dantas</i>	
Mercosur y OMC Pós-Doha	25
<i>Alexis T. Dantas</i>	
Alberto Torres: Interpretações de um pensamento na temporalidade do campo historiográfico	37
<i>Ciro Marques Reis</i>	
Visões e versões sobre e para a escola	47
<i>Helenice Pereira Sardenberg</i>	
Retos económicos para América Latina después de la V Cumbre de las Américas	59
<i>Katarzyna Dembiczy</i>	
Os Bares Cariocas: Espaços Pluriculturais?	69
<i>Leila Medeiros de Menezes</i>	
Rio de Janeiro: Enfrentamentos cotidianos no alvorecer republicano (1901-1904)	81
<i>Lená Medeiros de Menezes</i>	
O Sertão nordestino : entre as práticas médicas e as representações culturais	93
<i>Maria Luíza Braga Landim, Tiago Landim D'Avila</i>	
Políticas Públicas de Inclusão na Universidade De quem? Poder, Discurso e Representação	107
<i>Mônica de Souza Hourí</i>	

José Carlos Mariátegui e o pensamento social latino americano 117

Philomena Gebran

**A função cívica da cultura: o Conselho Federal de Cultura
e a noção de patrimônio na ditadura civil-militar (1966-1975) 127**

Tatyana de Amaral Maia

**O Econtro de culturas: o conhecer de uma nova
realidade ou autoconhecimento? 145**

Thiago Bastos de Souza, Paulo Seda

**A Influência da Escravidão e Presença Negra na
Formação da Identidade Carioca 159**

Vinck Vitorio Ribeiro de Carvalho

Normas editoriais 175

Apresentação

A Revista *Latinidade*, publicação do Núcleo de Estudos das Américas, apresenta, em seu segundo número, artigos de estudiosos e especialistas em América Latina. Instigados pelos problemas cruciais que dominam as sociedades, os autores discutem questões que permeiam desde os confronto de imaginários, desigualdades sociais, exclusões, economia, drogas e violências, educação às diversas formas de pensar do homem americano.

Os artigos revelam o universo múltiplo e complexo do Mundo Novo. Refletem também a singularidade das sociedades híbridas, onde visões cosmogônicas particulares e tradições são preservadas pela memória coletiva e imaginários. Apesar do caráter pluricultural, as sociedades se defrontam com uma acentuada exclusão social, crise no sistema de saúde pública, educação, cidadania e direitos sociais.

A Revista *Latinidade* é um espaço de diálogo e reflexão necessário para a construção de novos paradigmas sociais que possam contribuir para maior compreensão dos problemas que predominam nas Américas.

Entre os artigos destacam-se os estudos de Andre Luis T. Dantas sobre drogas e violência com o texto *Da Ilegalidade ao Fetiche – drogas na ordem social moderna*; Os Bares Cariocas: *Espaços Pluriculturais?* De Leila Medeiros de Menezes. Os professores Thiago Bastos de Souza, Paulo Seda apresentam o texto *O Encontro de culturas: o conhecer de uma nova realidade ou autoconhecimento?* Sobre política e economia, os artigos de Alexis T. Dantas *Mercosur y OMC Pós-Doba* e Katarzyna Dembiczyk apresentam *Retos económicos para América Latina después de la V Cumbre de las Américas, despertam os debates sobre aqueles problemas*; Ciro Marques retoma Alberto Torres com o texto *Interpretações de um pensamento na temporalidade do campo historiográfico*, seguido de *Visões e versões sobre e para a escola*, de Helenice Pereira Sardenberg. Para descrever a cidade carioca, Lená Medeiros de Menezes revisita o Rio de Janeiro em *Enfrentamentos cotidianos no alvorecer republicano (1901-1904)*. Da UESB, de Jequié, Estado da Bahia, Maria Luzia Braga Landim e Thiago Landim analisam *O Sertão nordestino: entre as práticas médicas e de representações culturais*. Final-

mente, as autoras Maria Philomena Gebran e Tatyana Maia apresentam textos sobre o pensamento latinoamericano, De Gebran o texto *José Carlos Mariátegui e o pensamento social latino americano* e Tatyana de Amaral Maia apresenta *Função cívica da cultura: o Conselho Federal de Cultura e a noção de patrimônio na ditadura civil-militar (1966-1975)*.

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Da Ilegalidade ao Fetiche — considerações sobre comércio de drogas no Brasil — considerações preliminares

André Luis T. Dantas

RESUMO:

A relação das sociedades humanas com as drogas expressa simultaneamente uma relação com a natureza e em processo singular de construção social da realidade. Assim, há que tomar cuidado para não dimensionar inadequadamente, por excesso ou escassez, a importância do uso de drogas. Este deverá ser sempre contextualizado para compreendê-lo dentro de uma modalidade e construção social da realidade e, por isso, deve-se evitar o risco de visões preconceituosas e julgamentos de base ideológica menos sofisticados.

Palavras chaves: economia de droga, dependência química, redução de danos, atividades ilícitas, uso de drogas.

A problemática da redução de danos tem despertado crescente interesse e grande expectativa nas sociedades modernas empenhadas em vencer os desafios dos problemas gerados pelas drogas, legais ou ilegais.

A droga é consumida por indivíduos em diferentes situações sociais de uso, mas obtidas no mercado, o que significa dizer que qualquer pessoa com poder de compra pode obtê-las.

Jobard aponta os vínculos entre a economia da droga e as outras formas de economia ilícita e explica que o consumo de droga abre caminho para uma economia ilícita, isto é, o tráfico.

O mercado das drogas, para Minayo(2003), possui as características mais avançadas do capitalismo atual: faz parte do circuito global e é multiescalar¹. Para ela, “as drogas não são apenas um conjunto de substâncias naturais ou sintetizadas, nem fenômenos bons ou maus produzidos de uma vez por todas: são criações dos seres humanos em sociedade, produtos sociais. Portanto, na dinâmica da transformação do fetiche “ droga ilegal” no fetiche “ lucro, dinheiro”, estão em jogo relações de produção e reprodução de riqueza, poder e simbologia”².

Ao discutir esse problema, Minayo considera importante contextualizá-lo como especificidade do capitalismo em sua era pós-moderna, que confere centralidade ao mercado e ao consumo. E, complementa:

a idéia de ilegalidade para algumas substâncias que entram no circuito da economia lhes agrega um alto valor, tornando-as, assim verdadeiros fetiches. Isso porque a produção, circulação, a distribuição e o consumo do objeto proibido têm de ser mantidos como comércio clandestino, e, nessas circunstâncias, o negócio prospera sob a mira das armas, aliciamento e corrupção”.³

Esse aspecto é salientado nesta tese como uma fronteira entre consumidores e não consumidores. O limite entre eles é sutil e o uso de drogas ganhou, com efeito, novos públicos. O aumento de consumidores contribuiu para aumentar as atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, onde os custos são mais baixos e o lucro é mais significativo.

Sobre os usuários de drogas injetáveis, o relatório estima que em 13 milhões de pessoas é grande a incidência do HIV. Deve-se ressaltar o aspecto positivo relatado naquele relatório sobre o Brasil, com os projetos executados pelo UNODC em parceria com o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde. O relatório apresenta um quadro animador quando afirma que a epidemia do HIV, infecção do HIV/Aids, por meio do uso de drogas injetáveis, vem caindo consistentemente (de 24,5% para 12,1%, entre 1994 e 2002) como resultado da atuação daqueles projetos.

A questão do uso de drogas está vinculada aos diversos e complexos fatores que influenciam a economia psíquica do uso e abuso das drogas, com todas as conseqüências que tornam tais pessoas ainda mais vulneráveis a riscos que vão se tornando cada vez mais mortais.

A relação das sociedades humanas com as drogas expressa simultaneamente uma relação com a natureza e em processo singular de construção social da realidade. Assim, há que tomar cuidado para não dimensionar inadequadamente, por excesso ou escassez, a importância do uso de drogas. Este deverá ser sempre contextualizado para compreendê-lo dentro de uma modalidade e construção social da realidade

e, por isso, deve-se evitar o risco de visões preconceituosas e julgamentos de base ideológica menos sofisticados.

De acordo com Alex Wodak (1994)⁴, é muito difícil mudar o pensamento de que a única maneira é recorrer à repressão para diminuir a oferta de drogas. Essa atitude mental, na maioria das sociedades, é o mais sério obstáculo para o controle da transmissão de doenças entre os usuários de drogas injetáveis.

Deve-se lembrar que na Ásia com a proibição do uso do ópio, a heroína tornou a droga mais usada pelos jovens. Por ser injetável, a heroína tornou-se responsável pela epidemia da AIDS e, em apenas uma década, dominou o mercado. Devo assinalar que, com a lei anti-ópio, o consumo dessa droga praticamente desapareceu, mas não resolveu o problema, pois em decorrência dessa transformação de consumo a Ásia apresenta maior incidência de casos de infecção de HIV do que em toda a África.⁵

O Estado deve assegurar os meios financeiros para desenvolver políticas adequadas, que não sejam unicamente repressivas, tendo em vista a gravidade do problema, e os governos devem assumir responsabilidades, garantindo o acesso a prevenção e tratamento de qualidade, e o respeito aos direitos e liberdades individuais.

Chamo atenção para um aspecto relevante de um modelo denominado redução de danos, que consiste na formulação e execução da redução dos riscos e danos que o uso abusivo de drogas ocasiona. Assim, a política de redução de danos, sem se pautar por expectativas idealistas ou utópicas, não trabalha em um mundo em que as drogas sejam completamente erradicadas, e sim na aceitação da opção e escolhas individuais que apresentam comportamentos disfuncionais, fora da ordem e em litígio com o imaginário social de aceitação moral.

A política de redução de danos reconhece a necessidade de procurar fortalecer a capacidade do usuário de drogas para reduzir ou minimizar os danos decorrentes do seu uso.

Esses programas desenvolvem determinadas estratégias, destacando-se entre elas respeitar os direitos dos “consumidores”, não excluir ou implicar em abstinência e considerar a aceitação uma realidade pragmática e ética. Podem, no entanto, se tornar instrumentos eficazes para redução dos níveis de uso ou mesmo alterar as formas de consumo.

A política de redução de danos deve adotar estratégias que incluam todos os consumos de drogas, “leves” ou “duras” em todos os graus de

consumo, desde os ocasionais até aos associados às toxicodependências estabelecidas. Uma das suas características é a aplicação do termo “consumidor” em lugar de “toxicodependente”, justamente por se dirigir a todos os consumidores, toxicodependentes ou não, embora não desconsidere as conseqüências maléficas do consumo excessivo de drogas.

Outro aspecto relevante da abordagem de redução de danos é a metodologia adotada para se referir ao dependente, excluindo os preconceitos morais e comportamentais quando se refere a usuários ou dependentes de drogas. Ao contrário da exclusão, discriminação e estigmatização a que os dependentes estão sujeitos hoje em dia, essa nova abordagem prefere contar com a participação de dependentes na elaboração de programas e políticas para servi-los. Também utiliza como exemplo as experiências de indivíduos com histórico de uso que, por isso mesmo, devem buscar programas e políticas melhores e mais eficientes para o tratamento da dependência.

A política de redução de danos possibilita a convivência com o uso de drogas em um contexto de diminuição de riscos individuais e possibilidades de reconstrução afetiva. Nos casos de indivíduos incapazes de conter o processo de compulsão e de se abster da utilização de drogas, a redução de danos revoluciona e possibilita a inclusão dos que ficaram à margem das políticas de saúde pública envolvidas unicamente na busca da abstinência total de dependentes químicos.

Com isso são estabelecidas algumas maneiras de se relacionar com o dependente químico, incentivando comportamentos bem mais seguros, em vez de marginaliza-los. Dessa maneira são alcançados uma qualidade de vida e bem-estar individuais e comunitários que consistem em critérios para intervenções e políticas para os casos em que a diminuição de índices de violência social está contextualizada com o controle de indivíduos com compulsão desenfreada.

Nesse sentido, uma política de redução de danos possibilita a provisão não-discriminatória e não-coercitiva de serviços para assistir dependentes químicos que não deixam o uso compulsivo de drogas.

Para discutir redução de danos procurei em Marlatt (1991) as informações que me proporcionaram amplo conhecimento. Sua contribuição foi importante para mim, pois permitiu aprofundar minha análise sobre o tema e entender como era difícil “perceber os indivíduos como responsáveis por suas escolhas e como agentes e receptores de influências ambientais”⁶. Esse aspecto, conforme o autor assinala, é de

importância fundamental para o paradigma da redução de danos, pois os indivíduos devem estar envolvidos “onde estiverem” e levados pouco a pouco a níveis mais elevados de cuidados consigo mesmos, de saúde e de bem-estar”⁷.

No mesmo sentido Stark, Müller e Bellman (1993)⁸ consideraram que reduzir os danos é mais complexo do que formular apenas políticas, pois é fundamental não incorrer nas antigas omissões e lacunas, isto é, apenas um compromisso para controlar da disseminação do HIV, porque este está longe de ser o único mal que pode atingir os usuários. A diferença é que o HIV é um dano altamente letal, e por isso temido pelos formadores de opinião e formuladores de políticas públicas.

Virginia Berridge (1993), em seus artigos, mostra a importância de uma contextualização histórica sobre redução de danos. Alerta para a necessidade de maior entendimento dos atuais conceitos sobre reformulações no campo das políticas de drogas e para não deixar apenas a impressão que aqueles programas foram impostos pela gravidade da crise provocada pela AIDS. Ela também aponta a necessidade da criação de alternativas preventivas e terapêuticas. De fato, a autora retoma os pressupostos praticados na Inglaterra à época do relatório Rolleston e explicou que uma retrospectiva histórica desses problemas é importante, pois as discussões recentes estão enfatizando soluções penais.

A autora exemplifica com a flexibilização apresentada pelo relatório acerca da prevenção, elaborado em 1984, pelo Comitê Assessor sobre o Abuso de Drogas da Inglaterra (ACMD), que não divulgou a disseminação do HIV entre UDIs. E enfatiza que a epidemia da AIDS tornou visível e legitimou opções mais flexíveis, que anteriormente eram minoritárias.

Posições e discussões radicais não permitem os limites sutis entre os extremos, problema que pode se tornar grave especialmente em situação de crise, ao se adotarem sanções penais para os dependentes de droga.

Nos últimos anos surgiram diversos trabalhos relativos a usuários não institucionalizados, ou mesmo ao conjunto de usuários que demandam de alguma forma auxílio ou terapia, que apontam para a imensa diversidade de usuários e seus hábitos de consumo, e, especialmente, pelo uso intensivo e danos surgidos, além das expectativas em relação a alternativas de apoio ou tratamento.

Atualmente um grande número de estudos reflete a preocupação com a Política de redução de danos. Entre eles destaca-se a pesquisa de

Uhl (1991) e sua equipe de investigadores na década de 1990⁹. Nesse estudo, os autores apontam a contínua e acirrada controvérsia entre uma intervenção terapêutica precoce e orientada para a imediata abstinência, e as alternativas que contemplam uma terapia mais flexível e mais sintonizada com o ritmo de “amadurecimento” dos próprios usuários.

Uhl chama a atenção para a pouca objetividade apresentada, uma vez que as opções contrapostas são referendadas por estudos feitos a partir de populações diversas de usuários. Para a equipe, o êxito de uma terapia de abstinência total e imediata pode ser comprovado por usuários motivados para esse tratamento, o que não ocorreria com aqueles que não são estimulados para esse fim. Por fim, os autores enfatizam que uma política de drogas relativa à oferta de alternativas terapêuticas só é realista e pragmática quando oferece alternativa a todos os segmentos, e não escolhe apenas um deles em detrimento de outros que não referendam seus pressupostos.

A *Harm Reduction Coalition*, citada por Marlatt, entende que, como a Redução de danos requer que as intervenções e políticas elaboradas para servir ao usuário de drogas reflitam as necessidades individuais e comunitárias específicas, não existe uma definição universal nem fórmula para implementação desse modelo. Assim, considera Redução de danos “como um conjunto de estratégias práticas cujo objetivo é encontrar o usuário de drogas onde ele está”, para ajudá-lo a reduzir quaisquer danos relacionados ao uso.

Essas alternativas esbarram em fortes obstáculos que vão do plano ideológico ao material. Considero a questão ideológica uma das mais graves, pois implica no descaso ou mesmo rejeição velada ou explícita a esses estilos de vida e hábitos não sancionados sob a forma de leis e regulamentos que se oponham ou limitem essas ações¹⁰. A esses obstáculos ideológicos juntam-se as restrições materiais – como a indisponibilidade de locais de tratamento públicos ou dificuldades no fornecimento de preservativos.

Os Estados Unidos mantêm-se aferrados à sua política militar e jurídico-policia. A redução de danos é vista com aversão pela administração americana, onde existe um impedimento federal ao financiamento de programas de troca de seringas, por exemplo. Essa abordagem também é confundida com movimento pela legalização das drogas, ou é assim associada como forma de mobilizar a opinião pública contra a redução de danos. Desse modo, na América do Norte não ocorre um movimento de regionalização da política de redução de danos.

A Holanda é considerada a Nação da Europa mais tolerante com as diferenças. Em busca de soluções para os problemas gerados pelo contrabando, venda e consumo de drogas, esse país de pequena extensão territorial tem alcançado resultados positivos tanto para os consumidores de drogas quanto para as comunidades em que estão inseridos. Seus dirigentes optaram por agir de forma pragmática, almejando resultados positivos e dispensando os moralismos. Por isso, a política da Holanda em relação às drogas é muito criticada.

Segundo Telles (1997)¹¹, os holandeses acreditam firmemente na liberdade individual e esperam que o governo continue evitando se envolver em questões de moralidade e religião. Telles escreveu que, ao mesmo tempo, existe na Holanda um forte senso de responsabilidade pelo bem-estar da comunidade, com um abrangente sistema de previdência que disponibiliza serviços de saúde e educação para todos.

Guanabara (2000)¹² assinalou que o objetivo da política holandesa para enfrentar o problema gerado pelas drogas, formulado no meio dos anos 70, é minimizar os riscos associados ao uso de drogas, tanto para os usuários quanto para a sociedade. Os holandeses compreenderam que o problema das drogas é sério demais para servir de moeda política para políticos ambiciosos, como também não deve ser objeto de especulações sobre a realidade, tornando a questão irrelevante ou distorcida. Reconhecem que o uso de drogas faz parte da vida humana e que a prevenção ao consumo deve ser feita da maneira mais prática possível.

Guanabara enfatizou que a política holandesa não moraliza, mas se baseia na concepção ou idéia de que usar drogas é uma prática que deve ser desencorajada da maneira mais prática possível. É necessária uma abordagem pragmática e flexível que reconheça os riscos tanto para usuários de drogas quanto para aqueles à sua volta.

Outro aspecto significativo dessa política é a visão do abuso de drogas como um problema de Saúde Pública e não de direito penal. Existe um consenso na sociedade holandesa de que é preciso trabalhar no sentido da reinserção social do usuário, em vez de puni-lo.

Os países europeus se encontram divididos em relação à Redução de danos e à legalização das drogas. A França, e a Suécia particularmente, se opõem à política de drogas mais liberal da Holanda e da Suíça. No entanto, algumas cidades européias se uniram em uma aliança para desenvolver programas para redução dos altos riscos vividos por seus contingentes de usuários de drogas, destacando-se Frankfurt, cujo

programa de Redução de danos iniciado em 1990 se tornou um modelo para grandes cidades da Europa. Esse modelo inclui furgões que fornecem aconselhamento e troca de seringas, que também é feita nas farmácias, além de programas de substituição e manutenção, especialmente de metadona, para usuários de opiáceos. O programa fornece abrigo noturno para dependentes sem-teto, centros de urgência para problemas médicos e salas para injeção segura e assistida, para os usuários de droga injetável. Existem dados mostrando os efeitos positivos dessa abordagem, como uma queda drástica no número de overdoses.

Segundo Guanabara, a redução de danos “antepõe a visão estreita, belicosa e autoritária baseada especialmente na repressão, de setores do governo norte-americano que querem promover uma verdadeira” guerra às drogas” alardeando, como consequência, o lema de “tolerância zero às drogas”, numa batalha infundável para a redução da oferta mundial de drogas”¹³. Uma outra forma de defender esse ponto de vista é considerar como causa exclusiva da dependência química o modelo de “doença” para uso de substância drogas psico-ativas, desconsiderando-se o panorama sócio-cultural em que ocorre o consumo.

Em contrapartida, a redução de danos pode ser aplicada em outros comportamentos de risco, tais como os usuários de drogas legais como álcool e o tabaco, abrangendo inclusive a violência doméstica, o uso de armas de fogo, a ingestão excessiva de comida e o jogo compulsivo. Um bom exemplo de uma estratégia de redução de danos aplicada com êxito aconteceu no Brasil, com a implantação do Código Nacional de Trânsito, que contribuiu, segundo estatísticas oficiais para uma redução significativa de acidentes de trânsito. Campanha motivada pelo uso exagerado de álcool criou o lema estampado em cartazes fixados em locais públicos: “Quando dirigir não beba, quando beber não dirija”. Essa mensagem deixa claro que não necessariamente se deva proibir o uso do álcool, mas ensinar a população, sobretudo aos nossos jovens como e quando usá-lo.

No Brasil, desde a década de 1980 até os dias atuais, os projetos de redução de danos despertaram o interesse de profissionais das áreas de Saúde pública e Ciências Sociais, destacando-se os estudos de MacRae (1992 e 1994), L.E. Soares (1992 e 1993), Zaluar (1993 e 1994), Paixão (1994) e Henman. (1993 e 1994), Bastos (1996), entre outros pesquisadores. Esses autores, embora apresentassem abordagens distintas sobre os usos dos psicoativos tiveram em

comum a análise da questão por uma perspectiva mais ampla do que a estritamente criminal/patológica.¹⁴

Esses projetos levaram os usuários de drogas a frequentar serviços de saúde. No início apenas para trocar as seringas. Com a continuidade e a frequência aos centros médicos os dependentes químicos passaram a participar de um tratamento. Assim, os programas de redução de danos tornaram-se conhecidos. Além da troca de seringas outros métodos também foram usados, tais como convencer dependentes a não dirigir enquanto estivessem sob o efeito de drogas e não praticar sexo sem proteção. Alguns aspectos desses programas foram absorvidos por ONGs que se preocupam com a dependência química, como a ONG *Se Liga*, em Pernambuco, criada no início deste ano (2004), pela rede nacional de usuários de drogas¹⁵

Segundo Wodak e Telles (1997)¹⁶ uma questão importante abordada, no Brasil, que contraria a lógica da redução de danos, consiste na *tolerância zero*, visão importada do modelo norte-americano em relação ao consumo de drogas. Além de radical, essa visão é um dos principais entraves para que se obtenham soluções efetivas para o tratamento dos dependentes químicos.

O governo norte-americano gasta em encarceramento e processos judiciais aproximadamente dois terços da verba direcionada às drogas e apenas um terço em educação, prevenção, pesquisa e tratamento combinados.¹⁷

Os programas de redução de danos não consideram o uso de drogas um crime, que não se configura em delito por si mesmo. O crime só ocorre quando outras pessoas são prejudicadas. A droga prejudica especialmente o indivíduo que a utiliza, sua família e a sociedade.

A atual legislação brasileira qualifica como crime o uso de drogas e coloca o usuário na prisão, quando encontrado com drogas ou traficando. Relatório da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (2004) evidencia bem essa questão, quando apresenta os números da Justiça criminal sobre os condenados como traficantes ou usuários de drogas. O relatório destaca que, entre os 20.136 presos, 37% deles são homens e 60% mulheres, cujo crime é o tráfico. Os presos são jovens em sua maioria, com faixa etária variando entre 18 e 25 anos.¹⁸

Um dos principais entraves à implantação do programa de redução de danos no Brasil e dos programas de troca de seringas foi a Lei 6.368, de 1976, promulgada antes do surgimento da epidemia de AIDS. Sendo

anterior ao programa troca de seringas, a Lei 6.368 deu margem para interpretar como criminosas as ações de saúde pública que utilizassem aquele programa. Embora a Lei não fosse contrária ao programa de troca de seringas, foi aplicada e entendida daquela forma, prejudicando, assim, a implementação daqueles programas. A Lei possibilitou a interpretação de que o uso de seringa teria com a inabilidade de facilitar ou principalmente incentivar o uso de drogas ilícitas.

No Brasil, em Santos/S.Paulo, em 1989, foi implementada uma daquelas estratégias - o Programa de Troca de Seringas (PTSs)¹⁹. O programa foi considerado crime pelo Ministério Público de Santos, que interpretou a lei como incentivo aos indivíduos que utilizam substâncias entorpecentes²⁰. Essa interpretação frustrou a tentativa de implementação do programa, pois a polícia reprimiu e ameaçou prender os técnicos.

Em 1994, foi realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro o II Tribunal Popular da Política Nacional de Drogas, com a finalidade analisar essa problemática, rediscutir a Lei 6.368 e propor novas medidas para o tratamento dos dependentes químicos. Esse Encontro foi importante, pois refletiu a preocupação com a dependência química e a necessidade de se adotar decisões em relação ao usuário e ao dependente químico. Os participantes, por unanimidade, inclusive com o voto da Coligação dos Policiais Civis do Rio de Janeiro condenaram a Lei 6368 de 1976 e consideraram que a Lei deveria priorizar o tratamento do viciado, e não a repressão policial.²¹ O que se verifica é que, de um modo geral, a abordagem das instituições públicas em relação às drogas e a seus usuários é extremamente excludente. Ela se baseia em práticas repressivas, independentemente do fato de se tratar dos serviços da polícia ou de serviços na área social ou da saúde. É nesse cenário que têm lugar as ações na área de drogas e os projetos que tratam de redução de danos no Brasil.

No Brasil, os modelos de re-socialização padronizados e que exigem comportamentos compatíveis com a funcionalidade da organização social não surtem o efeito desejado. Isso devido aos conflitos e problemas que se aprofundam e que não se resolvem com as práticas tradicionais, utilizadas para reinserção do dependente, obrigando-o a assumir os códigos já sacralizados e aceitos pela ordem social.

O tema da política de redução de danos é complexo e instigante para os estudiosos sobre dependência química, sobretudo porque, apesar de as drogas se fazerem presentes na vida cotidiana, as soluções para o problema estão longe de ser consensuais. A política de redução de

danos é uma das soluções que contorna a questão da ilegalidade, não aposta na repressão e por isso mesmo provoca intensa polêmica.

As questões levantadas neste trabalho sobre redução de danos referem-se efetivamente a indivíduos que, de alguma forma, se tornaram dependentes de drogas, constituindo um grupo de alto risco social. Aponta para a necessidade de se implantar uma política de redução de danos para dependentes químicos, na qual usuários de drogas compulsivos permanecem sob algum controle social capaz de minimizar o impacto de várias violências sociais e individuais.

A re-socialização consiste na reinserção do dependente químico às várias redes sociais nas quais pode criar laços e trocar bens materiais e simbólicos, e assim beneficiar-se de uma sociabilidade positiva²². É nesta situação que a pessoa afetada pela perda de domínio sobre o uso da droga pode vir a recuperar sua condição de sujeito²³ e, portanto, cidadania. O dependente químico precisa considerar real a situação de dependente e aceitar-se nessa condição para que o processo de reinserção tenha êxito. Nesse processo, o indivíduo torna-se sujeito de suas ações e das relações sociais, inclusive naquelas em que a droga está envolvida, assumindo o controle do seu uso.

E é com essa perspectiva que apresento a re-socialização ou a reinserção social do usuário como mecanismo fundamental para uma política de redução de danos que afetam tanto os usuários de drogas ilegais, quanto à sociedade em geral por conta de suas atividades tendentes à criminalidade (Zaluar, 2004). Como as drogas ilegais hoje são produzidas pelo desenvolvimento tecnológico da “sociedade de alta modernidade”, elas também originam riscos resultantes da alta tecnologia.

O trabalho de acompanhamento dos comportamentos compulsivos do dependente químico é um aspecto relevante que observei nos programas que favorecem o processo de autoconstrução social e pessoal do toxicodependente e servem como referência para re-socialização.

Risco e confiança integram-se e servem para reduzir ou até minimizar os perigos aos quais os indivíduos estão expostos no exercício de suas atividades. O risco aceitável, ou seja, a chance mínima de correr perigos, varia em diferentes contextos e é fundamental para que a confiança se mantenha. A experiência de segurança baseia-se, assim, em um equilíbrio entre confiança e risco aceitável.

A dependência química é um risco embutido no uso, uma possibilidade que afeta alguns ou poucos usuários que pagam um preço alto pelo utilização. Redução do risco ou redução do dano são termos frequentemente usados

para expressar o mal causado pelas drogas. No entanto há diferenças, pois o risco se relaciona à possibilidade de que um acontecimento possa ocorrer, enquanto que o dano deve ser visto como a ocorrência do próprio acontecimento. A partir desse enfoque, evitar o dano torna-se uma atitude mais pragmática do que evitar o risco. Deve-se ressaltar que nem sempre ocorre necessariamente um dano, em uma situação onde há risco.

As propostas para aplicação de políticas de redução de danos são explícitas em relação aos direitos e à cidadania dos usuários de drogas. Essas propostas também não desconhecem o perigo a que os toxicodependentes estão expostos, pois as drogas colocam em risco a vida, além das lesões à saúde. No entanto, entre o programa para reduzir os danos causados pelas drogas e o reencontro com a cidadania há uma lacuna a ser preenchida, até mesmo, pela complexidade implícita pela dependência química.

Assim, ao considerar a cidadania uma representação, uma “fabricação” simbólica de si mesmo, que consiste naquilo que ele gostaria de ser, quando voltada para o dependente químico, é preciso que o dependente assuma essa representação para conseguir desenvolver mecanismos de suporte de seu emocional, pois a luta contra a exclusão é árdua e muitas vezes desalentadora. E, possivelmente, uma política de redução de danos poderá auxiliar na reinserção do dependente químico à sociedade.

A política de redução de danos procura contribuir para que o dependente cesse a compulsão e consiga a re-socialização. Por isso, quando são chamados para participar na elaboração de programas e políticas para usuários de drogas, os dependentes químicos sentem aumentar sua auto-estima e são estimulados a se re-socializarem. Como esse trajeto é difícil e espinhoso, considero esse problema complexo e paradoxal.

Outro conceito que permeia a complexidade da droga e que destaco nessa tese é o conceito de rede. Esse conceito recebeu da antropologia social uma série de designações e classificações como rede aberta, fechada, finita, infinita, de baixa ou alta densidade. A rede social tornou-se um conceito pragmático para o estudo das sociedades contemporâneas, especialmente porque propicia um discurso dinâmico das interações sociais, permitindo, dessa maneira, alternativas para a compreensão dos “papéis sociais”.

Nesse contexto conflituoso da toxicodependência onde há fatores como risco, tráfico, droga, rede, exclusão social, medos e perigos, entre outros ingredientes surge o problema da cidadania, pensada à partir das

necessidades do dependente químico. A subjetividade da cidadania exige que ações sejam desenvolvidas para que os dependentes químicos percam seus medos e desconfianças e sobretudo encontrem a solidariedade. Para isso é necessário que eles se insiram ativamente em projetos de construção social através de uma política de redução de danos e que possam se re-inserir na ordem social como sujeitos ativos.

NOTAS

- 1 - Minayo, M.C.- Sobre a toxicomania na sociedade, In *Drogas e Pós-Modernidade- Faces de um tema Proscrito*.RJ.,Ed.UERJ, Faperj, 2003, p. 19
- 2 - Idem, op. cit., p. 17
- 3 - Idem, op. cit., p.18
- 4 - Alex Wodak, médico especialista Australiano
- 5 - Wodak,A- Sobre Redução de danos decorrentes do uso de psicoativos.Toronto, 1994.V Conferência Internacional, sessão B, p. 86.
- 6 - Marlatt, G.A.- op. cit., p. XIII
- 7 - Idem, op. cit., p. XIII
- 8 - Stark, K., Muller,R e Bellman, G.- Health problems and utulization of Medical Services in injecting drug users. Berlin, 1993, Apud, .Bastos, F.I., op. cit., p.185
- 9 - Uhl,A, Springer,A e Maritsch,F- fiver years follow-up on Viennese heroin addicts.Springer Verlag, 1991
- 10 - Bastos, F.I.- op. cit., p. 194
- 11 - Telles, P. – op.cit.,p., 186
- 12 - Guanabara, L.P. – op.cit., p.37
- 13 - Dissertação sobre redução de danos: um novo paradigma para a questão das drogas, apresentada por Luiz Paulo Guanabara, 2000, Psicologia no IBMR.
- 14 - Bastos, op.cit., p.228
- 15 - A ONG Se Liga foi criada por Marcílio Cavalcanti, dependente químico (alcoolismo). Atualmente dirige a entidade e é contra ações repressivas.Ele também coordena uma rede nacional de usuários de drogas e defende o direito de uso.
- 16 - Wodak, A. e Telles, P. Uso de drogas injetáveis, como lidar com o problema? in: *Toxicomanias – abordagem multidisciplinar*. NEPAD/UERJ, 1997.
- 17 - Paulo Guanabara , pesquisador do NEPAD/ UERJ. Monografia sobre redução de danos, op. cit., 2000
- 18 - Fonte Secretaria estadual de Administração Penitenciária.RJ., O Globo, p.22, 8/8/2004
- 19 - Bastos, F.I., op. cit., p.228
- 20 - Telles, P. & Cruz, M.S. (1997). Informe do Projeto de redução de danos NEPAD/UERJ -RJ.
- 21 - O II Tribunal Popular da Política Nacional das Drogas ocorreu na UERJ , entre os dias 6, 8 e 10 de junho de 1994. A sessão do Tribunal foi presidida pelo juiz de Mangaratiba, Luiz Carlos Castanho de Carvalho, com a promotoria dos Drs.Nélio machado e Domingos Bernardo, além das testemunhas que compareceram Profa.Dra.Alba Zaluar , o ex-presidente do Conselho Nacional de Entorpecentes Dr.Marco Antonio Constantino. IN *Legislação Condenada*. Revista Terceiro Mundo, nº 176, agosto de 1994.

BIBLIOGRAFIA

- ABDETRAN (Associação Brasileira dos Detrans), 1997. *Impacto do Uso do Alcool e Outras Vítimas de Acidentes de Trânsito*. Brasília: Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas/Instituto
- CARLINI-COTRIM, B., 1995. Movimentos e discursos contra as drogas: O caso da sociedade norte-americana. *Revista ABP/APAL*, 17:93-101.
- CARLINI, E. A.; GALDUROZ, J. C. E; NOTO, A. R.; NAPPO, S. A.; LIMA, E. & ADIALA, J. C., 1995. Per-fil de uso da cocaína no Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 44:287-303.
- CARLINI, E. A.; NOTO, A. R.; GALDUROZ, J. C. E & NAPPO, S. A., 1996. Visão histórica sobre o uso de drogas: Passado e presente. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 45:227-236.
- DIÁRIO POPULAR, 1998. Descobertos benefícios da maconha. *Diário Popular*, São Paulo, 7 jul., Inter-nacional, p. 11.
- ÉPOCA, 1998. Maconha contra derrame. *Época*, 13 jul.: 71.
- HILLERT, A.; SANDMANN, J.; EHMIG, S. C.; SOBOTA, K.; WEISBECKER, W; KEPPLINGER, H. M. & HENKERT, O., 1996. Psychopharmacological drugs as represented in the pressa Results of systematic analysis of newspaper and popular magazines. *Pharmacopsychiatry*, 29:67-71.
- LEFÈVRE, E & SIMONI, A. M. C., 1999. Maconha, saúde, doença e liberdade: Análise de uni fórum na Internet. *Cadernos de Saúde Pública*, 15 (Sup. 2):161-167.
- MIRZAEI, E.; KINGERY, P M. & PRUIT, B. E., 1991. Sources of drug information among adolescent students. *Journal of Drug Education*, 21:95-106.
- NAPPO, S. A.; OLIVEIRA, E. M. & MOROSINI, S., 1998. Inappropriate prescribing of compounded an-tiobesity formulas in Brasil. *Pharmacoepidemiology and Drug Safety*, 7:207-212.

RESUMEN:

La relación de las sociedades humanas con las drogas expresa simultáneamente una relación con la naturaleza y un proceso singular de construcción social de la realidad. Así que, es necesario tomar cuidado para no dimensionar inadecuadamente, por exceso o escasez, la importancia del uso de drogas. Éste deberá ser siempre contextualizado para comprender dentro de una modalidad y construcción social de la realidad y, por eso, se debe evitar el riesgo de visiones con prejuicio y juzgamientos de base ideológicas menos sofisticadas.

Palabras claves: economía de drogas, dependencia química, reducción de los daños, actividades ilícitas, uso de drogas.

ABSTRACT:

The relationship of the human societies with drugs express both a relationship with nature and singular process of social construction of the reality. So we need to be careful to not scale inadequately, by excess or poorly, the importance of the use of drugs. This should be always contextualized to comprehend it within a category and social construction of the reality and therefore must avoid the risk to prejudiced views and judgments with less sophisticated ideological basis.

Keywords: Drug economy, addiction, damages reduction, illicit activities, drug use.



Mercosur y OMC Pós-Doha

Alexis T. Dantas*

RESUMO:

As negociações recentes no âmbito da OMC encontram obstáculos e mudanças. Os países desenvolvidos e emergentes parecem caminhar a passos largos para uma situação de enfrentamento paralisando o andamento das conversações. Além disso, novas variantes surgem no conflito, sobretudo associadas à tentativa de interferência mais efetiva destes países em desenvolvimento. Neste contexto, sobressai cada vez mais o papel empenhado pelos acordos regionais representando negociações conjuntas – em busca, claramente, de maior capacidade de negociação. Este trabalho pretende analisar os movimentos recentes do processo de integração e inserção internacional do MERCOSUL e das ações a partir do bloco neste panorama, com destaque para sua trajetória junta a OMC. Neste sentido, a próxima sessão faz uma breve descrição da constituição do MERCOSUL e de seus principais progressos. Na continuação, na terceira sessão, serão avaliados os principais temas recentes das discussões do bloco. Finalmente, na quarta sessão, são expostas as considerações finais sobre os temas apresentados.

Palavras chaves: Mercosul, pós Doha, processo de integração e de inserção internacional.

INTRODUCCIÓN

Las negociaciones recientes en el ámbito de la OMC encuentran obstáculos y cambios. Los países desarrollados y emergentes parecen caminar a pasos largos para una situación de enfrentamiento, paralizando el andamiento de las conversaciones. Además de eso, nuevas variantes surgen en el conflicto, sobretudo asociadas al intento de interferencia más efectiva de estos países en desarrollo. En este contexto, sobresale cada vez más el papel desempeñado por los acuerdos regionales representando negociaciones conjuntas – en busca, claramente, de mayor capacidad de negociación.

Este trabajo pretende analizar los movimientos recientes del proceso de integración y de inserción internacional del Mercosur y las acciones a partir del bloque en este panorama, con destaque para su trayectoria junto a la OMC. En este sentido, la próxima sección hace una breve descripción de

la constitución del Mercosur y de sus principales avances. A continuación, en la tercera sección, serán evaluados los principales temas recientes de las discusiones del bloque. Finalmente, en la cuarta sección, se exponen las consideraciones finales sobre los temas presentados.

MERCOSUR: PRINCIPALES AVANCES

El Mercosur ha sido marcado por un rápido crecimiento de las relaciones comerciales entre sus integrantes a partir de la formalización del bloque por el Tratado de Asunción, en 1991. Dos aspectos ayudaron de forma destacada en este sentido. En primer lugar, un factor fundamental fue la mejoría en el panorama externo de estas economías, sobretudo en Brasil y en Argentina. En el caso brasileño, el mayor desahogo en las cuentas externas derivada del superávit creciente de la balanza comercial, compensando el déficit de balanza de convertibilidad plena a partir de una rápida y extensiva liberalización comercial y financiera – bases de su modelo de fijación de cambio – y de una radical reforma del Estado, caracterizada principalmente por la no reglamentación y por la rápida evolución del proceso de privatización.

En segundo lugar, se resalta la victoria política, en Brasil, del movimiento liberal en el escenario de la candidatura de Collor de Mello a la presidencia en 1989, en que una de las propuestas básicas reflejaba el proyecto de amplia apertura comercial en el País. Como resultado del alivio de su situación externa, la conducción de la política económica brasileña tuvo contornos más apropiados al proyecto de liberalización comercial, haciendo posible, efectivamente, una expresiva expansión del comercio exterior del País. En este caso, los efectos más importantes pasaron a ser percibidos a partir de 1994, cuando se restringieron las barreras a las importaciones y se inició el programa de estabilización – como en el modelo argentino, también fundado en la fijación del cambio – que redundó en el establecimiento del Plano Real. Para Argentina, la importancia relativa del bloque se hizo aún más expresiva, principalmente como destino de sus exportaciones a partir de 1993 – llegando a más de 1/3 del total en 1998.

En este sentido, el Mercosur rápidamente se transformó en el principal factor determinante de la actuación del comercio exterior de la economía Argentina¹. Vale resaltar, en este contexto, que este movimiento fue explicado, en parte, por el desarrollo de las relaciones con Brasil – los dos países respondían por más de 85% del flujo de impor-

taciones y exportaciones del bloque. Este cuadro se evidenció, particularmente, a partir de 1994 – como hemos visto anteriormente, período de intensificación del programa de apertura comercial que acompañó la consolidación del Plan Real en Brasil².

La evolución del Mercosur traduce, por lo tanto, una historia marcada por el éxito en la creación de comercio para los países signatarios del Tratado de Asunción, además de una importante reputación de estas relaciones comerciales, con destaque para Brasil y Argentina.

Por lo tanto, si es verdad que Brasil encontró en el Mercosur un destino preferencial para las ventas de manufacturados, Argentina también concentró buena parte de su exportación de productos industrializados a Brasil – cerca de 50% del total de exportaciones de manufacturados argentinos fueran dirigidas al mercado brasileño hasta 1999, con destaque para los automóviles, ítem en que Brasil llegó a representar cerca de 90% de las ventas externas argentinas. Esta trayectoria sólo fue interrumpida por la sucesión de las crisis macroeconómicas de estos países, primero Brasil en 1999 e, posteriormente, con mayor intensidad, Argentina en 2001/2 – en un contexto de sucesivas crisis de cambio en la economía internacional.

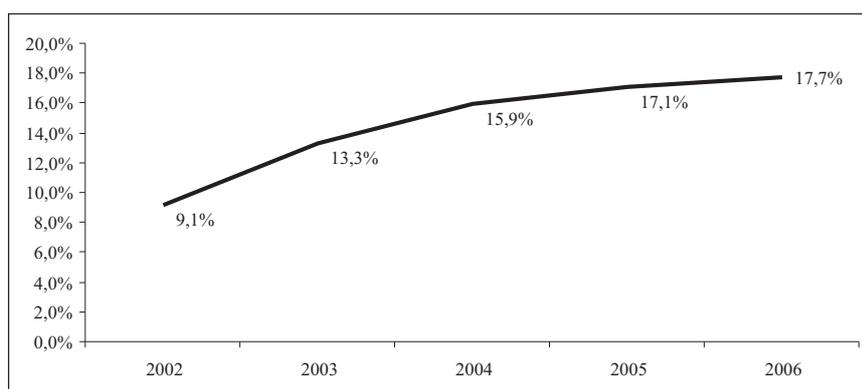
En los últimos años, sin embargo, fueron detectadas señales de una reinicio viable, donde los niveles de comercio prácticamente retornaron a los niveles anteriores a la crisis. Es innegable, por lo tanto, que el Mercosur ganó un espacio considerable en las relaciones externas globales de Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay, consolidando, en corto espacio de tiempo, una importante y creciente interdependencia.

La apertura comercial y el proceso de implementación del Mercosur marcaron transformaciones profundas en la estructura del comercio internacional brasileño. De esta forma, a un mayor grado de exposición externa de la economía, se sumó un cambio relevante en la composición de la corriente de comercio del País, con destaque para una mayor amplitud en la cantidad de socios comerciales y el significativo aumento del peso de las relaciones con el Cono Sur, especialmente con Argentina. Al mismo tiempo, se consolidó en este espacio de creciente importancia, una especialización comercial de Brasil de mayor calificación que la media de sus exportaciones – contando, inclusive, con una cierta reciprocidad para Argentina, que observa en Brasil el principal destino de exportación de sus productos manufacturados.

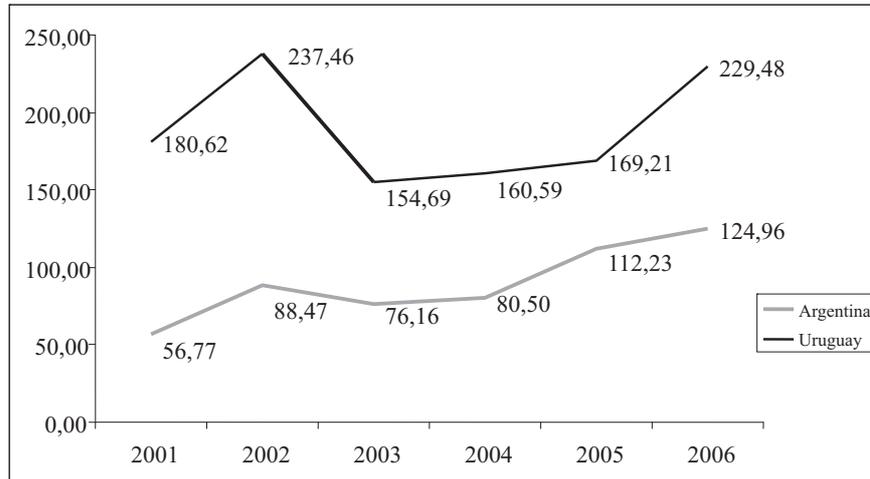
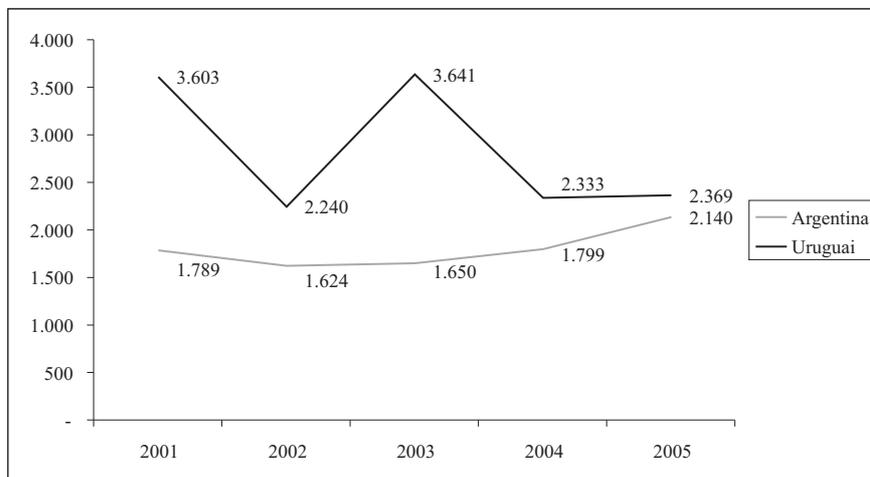
CUESTIONES ACTUALES

A pesar de este progreso, se observa una secuencia de conflictos entre productores de los países del bloque en algunos sectores agrícolas e industriales, cuya frecuencia se amplió significativamente luego del surgimiento de la crisis Argentina. Una corriente de analistas del tema, sobretudo aquellos de formación académica más ortodoxa, en economía, vislumbran en ese proceso un aumento de la fragilidad institucional del acuerdo que puede llevarlo al fracaso final. Argumentan, fundamentalmente, que la posibilidad de armonización de las políticas macroeconómicas, industriales y de competitividad, cruciales para el fortalecimiento del acuerdo, se torna cada vez menor.

Gráfico 1 – Participación relativa de las exportaciones de productos manufacturados del Brasil para el Mercosur en el total exportado por el país



Sin embargo, es preciso verificar dos aspectos que contradicen esa tendencia apuntada. Primero, la participación relativa del Mercosur en la exportación de productos manufacturados de Brasil es creciente, lo que vale también para Argentina – ver Gráfico 1. Segundo, un factor más importante³, a largo plazo, en lo que se refiere a la consolidación del bloque, es la trayectoria de las inversiones extranjeras directas entre los países constituyentes – como muestran los Gráficos 2 y 3 en relación a Uruguay y Argentina. Ese flujo de capitales, si se mantiene en su crecimiento, determina un entrelazamiento productivo de las economías envueltas, principalmente cuando se considera la importancia del comercio intra-firma en el total del comercio internacional.

Gráfico 2 – Inversiones Extranjeras Directas para Brasil – Argentina y Uruguay – 2001-2006**Gráfico 3** – Inversiones Extranjeras Directas desde Brasil – Argentina y Uruguay – 2001-2005

La ampliación del espectro del Mercosur, no solo con la incorporación de nuevos países signatarios, sino con la ampliación de negociaciones comerciales y productivas, parece ser un punto fundamental para su evolución futura. Eso se inserta en la idea de regionalismo abierto desarrollada en el ámbito de la CEPAL. De acuerdo con Saludjian (2004:78,79), “el fin perseguido por el Regionalismo Abierto consiste en permitir que las políticas efectivas de integración sean compatibles con las políticas tendientes a aumentar la competitividad internacional y completarlas por medio de la apertura. La protección de la estabilidad del Regionalismo Abierto debe realizarse a partir de la balanza de pagos que se encuentra muy expuesta a las fluctuaciones de la economía mundial (...) Conviene resaltar que el Regionalismo Abierto se diferencia de la apertura y de la promoción no discriminatoria de las exportaciones incluyendo una cláusula preferencial que refleja los acuerdos de integración y reforzando los lazos geográficos y las afinidades culturales de los países de la región”.

Esa es una característica que está ganando peso creciente en la definición de la política externa del Mercosur y en particular, de Brasil. En ese contexto, el Mercosur gana una importancia aún mayor para la estrategia de inserción externa de sus países miembros. Además, las negociaciones a partir del bloque permiten un mayor poder de negociación, dirección que parece estar tomando un cuerpo cada vez mayor con la formación del G-20 con fuerte participación del Mercosur. En la Declaración Ministerial del 20 de noviembre de 2001, a pesar de que los países signatarios reafirmaron el compromiso de seguir los pasos de la liberalización comercial y financiera, aceptando en términos generales las ventajas asociadas al crecimiento de las relaciones de comercio e inversiones internacionales, dos puntos obtuvieron destaque en las discusiones.

Primero, la aceptación del papel crecientemente relevante de los bloques económicos en las negociaciones multilaterales. En los términos del documento, los signatarios escriben: “reconocemos nuestro compromiso con la OMC como único forum para regular el comercio global y de su liberalización, **por otro lado también tenemos que reconocer que los acuerdos regionales desempeñan un importante papel en la promoción de la liberalización y expansión del comercio en dirección al desarrollo**” (WTO, 2001, p. 1, *negrita por cuenta nuestra*).

Segundo, volvieron al escenario de las negociaciones cuestiones asociadas al tratamiento diferenciado que debe ser dado a los países en

desarrollo. En el documento en pauta, se reconoce la “particular vulnerabilidad de las naciones menos desarrolladas y las dificultades estructurales especiales que ellas encuentran en la economía global” (*ibidem*, p.1). Además de eso, el documento expresa las preocupaciones efectivas con esas actitudes necesarias, destacando que la “integración de las naciones menos desarrolladas en el sistema de comercio multilateral exige efectivo acceso a los mercados, soporte para la diversificación de su base exportadora y soporte técnico relacionado al comercio” (*ibidem*, p. 9).

La Ronda de Doha, además, acabó en un gran fracaso y las negociaciones permanecen paralizadas desde entonces. Por un lado, los EUA y la Unión Europea no mostraron disposición para el cambio señalado en aquella reunión. Ese posicionamiento aparece, en particular, en lo que se refiere a las cuestiones agrícolas (como la suspensión de los subsidios a los productores locales) y a las barreras no arancelarias, como la aplicación de la legislación “*antidumping*”.

En el caso de la economía norteamericana, a pesar de considerada la de mayor grado de abertura comercial, algunos puntos merecen destaque para una evaluación más completa. De acuerdo con Ricupero (2002:10),

“[mismo que] la mayoría de las importaciones [pague] tarifa baja o ninguna, [eso] no impide que algunos productos (no uno o dos, sino algunas centenas) sean gravados por tasas considerablemente más dispendiosas que la mayoría. Lo más grave es que [...] las tarifas pesadas se concentran justamente sobre los artículos exportados por los subdesarrollados, a veces por los más pobres, y afectan de modo particular a Brasil. La segunda calificación es que las tarifas están lejos de constituir el arma única o más temible del arsenal proteccionista. A medida en que las tarifas sufrían reducción, ellas fueron siendo sustituidas, hasta con ventajas, por las medidas de ‘protección comercial’ (salvaguardas, *antidumping*, derechos compensatorios contra subsidios) y por barreras teóricamente destinadas a fines legítimos específicos mas que, en la práctica, se ven desviadas para actitudes proteccionistas [...]. Antes del final de la Asamblea Uruguay, en mediados de los años de 1980, Michael Finger, en la época economista do Banco Mundial, utilizó modelos matemáticos de investigadores del MIT para concluir

que, en aquel instante, cuando la media de tarifas americana era de 5,3%, el nivel efectivo de protección subía a más de 20% al ser convertidas en cifras las barreras de las cuotas de textiles y vestuario, los derechos *antidumping* contra calzados y acero, las ‘restricciones voluntarias de exportación’ en la época vigentes en materia de automóviles y acero.”

La Unión Europea volvió a señalar positivamente, en la Reunión Ministerial de Hong Kong en Diciembre de 2005, con la caída de las protecciones agrícolas relacionadas al subsidio a la exportación hasta el fin de 2013, exigiendo en declaración reciente que los Estados Unidos también adopten esa postura. A pesar del aparente aislamiento de los americanos en la cuestión, aun no es posible realizar una previsión mínima y segura de la situación, considerando las incertidumbres relativas al proceso electoral americano y a la propia presión de los productores locales durante este largo período.

Destruir los resultados de Doha parece ser, entonces, el talón de Aquiles actual de la OMC – lo que puede representar hasta mismo en su mantenimiento institucional. A juzgar por la 5a. Reunión Ministerial de la OMC, realizada en Cancún, México, en setiembre de 2003, las perspectivas no parecen conducir a un resultado satisfactorio.

Por otro lado, los países en desarrollo conmemoraron la fuerza que ganaron, especialmente en lo que respecta a la formación del G-20, bajo el liderazgo de Brasil, India y Sudáfrica. En este sentido, estos países pudieron colocar en la mesa de negociaciones un importante conjunto de proposiciones de interés común y, sin duda, en desacuerdo con los intereses de los países desarrollados.

COMENTARIOS FINALES

La estrategia reciente del Mercosur es buscar ensanchar el horizonte de acuerdos comerciales y estratégicos posibles, sobretodo en la dirección de países de América del Sur (como Venezuela y Bolivia), de China, de la India y otros en desarrollo.

Además, el bloque viene ampliando significativamente su importancia en el escenario internacional, sobretodo en el ámbito de la OMC. El Mercosur es hoy, pieza fundamental para la retomada del proceso de negociaciones de la institución multilateral de comercio. Para eso, parece

cada vez más evidente que las discusiones avanzarán solamente si EUA y La Unión Europea flexibilizan sus posiciones. En ese sentido, a pesar de la multiplicidad de intereses individuales de los países del G-20 (en cuanto a los productos / servicios en cuestión, subsidios, importancia de la Legislación *Antidumping*, entre otros aspectos), los últimos pasos muestran que el Mercosur asume una de las posiciones más rígidas, entre los países en desarrollo, con relación a la exigencia de cambio de postura de los países centrales. Esa es la principal bandera de la propuesta de política externa del bloque, sobretodo del Brasil, apuntando para la búsqueda de profundización de las relaciones económico-financieras en el Hemisferio Sur, además de otros posibles aliados de esa trayectoria como China, India, Rusia y México.

NOTAS

- * Profesor Adjunto de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad del Estado de Río de Janeiro.
Doctor en Economía por el Instituto de Economía Industrial de la Universidad Federal do Río de Janeiro.
- 1 La negociación en los moldes del Plano Brady permitió, en simultáneo, una reducción del valor principal de la deuda y parte substancial de los encargos inmediatos, mejorando el perfil de la deuda y de las remuneraciones asociadas – aunque las condiciones brasileñas hayan sido peores que en otros países de América Latina, como Argentina y México.
- 2 Como la participación brasileña en las exportaciones argentinas tuvo un movimiento muy semejante, inclusive con tasas de crecimiento aún mayores, el fenómeno quedó conocido como la Brasil-dependencia de Argentina.
- 3 Para el Mercosur, asumió papel de destaque en la política externa brasilera el hecho de que el país abriese mano de la lista de excepciones a la Tarifa Externa Común predefinida en el establecimiento del régimen de unión aduanera que marcaría el formato inicial del bloque – cuya pretensión final sería la configuración de un mercado común ya a partir de 1995. De esta forma, fueron ampliadas las ventajas brasileras para las exportaciones de Argentina, Uruguay y Paraguay – ver Rego (1995). Esta ambiciosa pretensión fue revista aún en diciembre de 1994 en el Protocolo de “Ouro Preto”, donde los plazos fueron extendidos y las metas se volvieron más modestas y pragmáticas – la consolidación de la unión aduanera se transformó en un proyecto de diez años (1995 a 2005).
- 4 A pesar de la importancia de la corriente de comercio en la evolución del acuerdo, su trayectoria es mucho más afectada por cambios circunstanciales que por el flujo de inversiones extranjeras directas y sus efectos para las relaciones económicas de los países envueltos.

BIBLIOGRAFÍA

- ABREU, M. P. (1997) *O Brasil e a ALCA: "interesses e alternativas"*— Río de Janeiro: PUC, 1997. (Texto para Discusión, n.371).
- CANUTO, O. (2001) "O economista da lamparina e a ponte". *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 16/10/2001, p.B2.
- CASTILHO, M.R. (2001) "O acesso das exportações do Mercosul ao mercado Europeu" IPEA: Rio de Janeiro, TD 851.
- CEPAL (1994). "El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe, la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad". *Libros de la CEPAL*, N°39. Santiago, Chile: Cepal.
- CHADE, J. (2001) "Brasil deve ir à OMC contra subsídio americano". *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 24/07/2001, p.B12.
- DANTAS, A. T. (1996) "Mercosul: Formação e Conseqüências Econômicas para o Brasil", in Lemos, M.T.T.B., Barros, J.F.P. e Dembicz, A. *América Latina e Europa Centro - Oriental: "Perspectivas para o Terceiro Milenio"*, cap. 1, volume 2, Río de Janeiro:Intercon/UERJ e Cesla.
- DANTAS, A. T. (1998), "Neoliberalismo e Globalização" - *Revista Archê*, # 20, out., p.183-194.
- DANTAS, A. T. (2000) "Efeitos da Desvalorização Cambial Brasileira para o Mercosul" - in Lemos, M. T. & Bahia, L.H.N. (2000) - *Percursos da Memória: Construções do Imaginário Nacional*, Rio de Janeiro: UERJ, Nuseg, p. 31-41.
- FERRER, A. (1997) "Mercosul: entre o consenso de Washington e a integração sustentável". *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Río de Janeiro, Funcex, n° 51, Abr/Jun de 1997 .
- FONSECA, R. e CARVALHO Jr., M. C.(1997) "Barreiras externas às exportações brasileiras".— Río de Janeiro: FUNCEX, ago.1997.
- HARRISON, G. et alli (2003) "Regional, Multilateral, and Unilateral Trade Policies of MERCOSUR for Growth and Poverty Reduction in Brazil". World Bank, Working Paper N° 3051.
- IBÁÑES, J. (2000) "El nuevo regionalismo latinoamericano en los años noventa". *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*, Número 1 (2000), www.reei.org.
- LUCÁNGELI, J. (2002) "La competitividad del MERCOSUR frente al ALCA", Foro de política "Los nuevos desafíos para la integración regional". Bolsa de Comercio, Salón de Actos, Sarmiento 299, 1er. Piso, 2 y 3 de octubre de 2002, Buenos Aires, Argentina.

- MACHADO, J.B. E MARKWALD, R. (1997) “Dinâmica recente do processo de integração do Mercosul”. In: VELLOSO, J.P.R. (ORG) “*Brasil: desafios de um país em transformação*”. IX Fórum Nacional. RJ: José Olympio, 1997.
- PAGE, S. (2002) “Developing countries in GATT/WTO negotiations”, Overseas Development Institute 111 Westminster Bridge Road London SE1 7JD UK, February 2002
- PAULINO, L.A. (2002) “O Brasil, seus sócios e seus negócios”, *São Paulo em Perspectiva*, vol.16, no.2, São Paulo, Abril/Junho 2002.
- PRADO, L.C.D. (1995) “A CEPAL e o conceito de regionalismo aberto”. *Textos para Discussão Interna*, IEI UFRJ, n° 342, Dezembro de 1995.
- PRADO, L.C.D. (1997) “Mercosul como opção estratégica de integração: notas sobre a teoria da integração e estratégias de desenvolvimento”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, n° 1, pp. 276-299, 1997.
- REGO, E. C. L. (1995), “O Processo de Constituição do Mercosul”, “*Série Textos para Discussão BNDES*”, no 23, Rio de Janeiro, 1995.
- RICUPERO, R. (2002) “Os Estados Unidos: protecionistas ou campeões do livre-comércio?”, *Estudos Avançados* 16 (46), IEA/USP, São Paulo, <http://www.ica.usp.br/ica/revista/>.
- SALUDJIAN, A. (2004) “Hacia otra integración sudamericana: críticas al MERCOSUR neoliberal”, Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2005.
- WTO (2001), “MINISTERIAL DECLARATION”, WT/MIN(01)/DEC/1, 2001.

RESUMEN:

Las negociaciones recientes en el ámbito de la OMC encuentran obstáculos y cambios. Los países desarrollados y emergentes parecen caminar a pasos largos para una situación de enfrentamiento, paralizando el andamio de las conversaciones. Además, nuevas variantes surgen en el conflicto, sobretodo asociadas al intento de interferencia más efectiva de estos países en desarrollo. En este contexto, sobresale cada vez más el papel desempeñado por los acuerdos regionales representando negociaciones conjuntas – en busca, claramente, de mayor capacidad de negociación.

Este trabajo pretende analizar los movimientos recientes del proceso de integración y de inserción internacional del Mercosur y las acciones a partir del bloque en este panorama, con destaque para su trayectoria junto a la OMC. En este sentido, la próxima sección hace una breve descripción de la constitución del Mercosur y de sus principales avances. A continuación, en la tercera sección, serán evaluados los principales temas recientes de las discusiones del bloque. A lo final, en la cuarta sección, se exponen las consideraciones finales sobre los temas presentados.

Palabras claves: Mercosur, Pós-Doha, proceso de integración y de inserción internacional

ABSTRACT:

Recent negotiations in the WTO have found obstacles and changes. The developed and emerging countries seem to walk quickly to a situation of confront, paralyzing the talks progress. In addition, new variants arise in the conflict, mainly associated with developing countries attempts to interfere more effectively.

In this context, stands out more and more the engaged role representing by the joint regional negotiations - in search, clearly, for more bargaining power.

This paper intends to discuss the recent moves of the integration process and the international insertion of MERCOSUR and its actions in this scene, especially its path joining the WTO. In this sense, the next session is a brief description of the MERCOSUR constitution and its main achievements. In the third session, will be evaluated the recent main themes discussions of the bloc. Finally, the fourth session sets out the final thoughts on the topics presented.

Key Words: Mercosur, Post- Doha, integration process and the international insertion

Alberto Torres: Interpretações de um pensamento na temporalidade do campo historiográfico

Ciro Marques Reis

RESUMO:

O liberalismo decadente e o crescimento dos ideais vinculados ao nacionalismo, e conseqüente estabelecimento de um Estado forte, associados a uma aversão ao estrangeiro, característico a quem busca uma identidade nacional, fomentavam um projeto de construção de uma nação brasileira. Temas centrais da obra de Alberto Torres, que era o de entender os problemas brasileiros, adotando um método prescritivo, a fim suprir a necessidades da pátria.

Palavras chaves: Nacionalismo – autoritarismo – Executivo forte – identidade nacional

Alberto Torres (Alberto de Seixas Martins Torres) nasceu em 1865 e faleceu em 1917 antes de completar 52 anos de idade. Aos 21 anos, ainda muito jovem, já estava formado em Direito. A precocidade foi uma marca na vida de Alberto Torres, que alcançou posições políticas muito importantes com pouca idade. Com 27 era Deputado Estadual constituinte pelo Rio de Janeiro (1892), aos 29, Deputado Federal. Nos anos seguintes assumiria os cargos de Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1896-1897) e de Presidente do Estado do Rio de Janeiro entre 1897 e 1900. Aos 35 anos ingressa no Supremo Tribunal Federal, encabeçando a pequena galeria dos ministros precoces¹, Encerra efetivamente sua carreira política em 1909, aos 43 anos.

A meteórica passagem pela política precedeu suas importantes obras, *Vers la paix — Études sur l'établissement de la paix générale et sur l'organisation de l'ordre Internationale*², *Le problème mondial — Études de politique internationale*³ e *A organização nacional — Primeira parte: A Constituição*⁴, *O problema nacional Brasileiro*⁵, e *As Fontes da Vida no Brasil*⁶ — Rio, 1915.

De uma maneira geral, o pensamento de Alberto Torres foi associado por grande parte dos intelectuais que se debruçaram sobre seu estudo, a um pensamento autoritário. O nacionalismo, e o republicanismo são

outros traços avivados por seus analistas, dentre os quais se destacam Alcides Gentil (Idéias de Alberto Torres), Cândido Mota Filho (Alberto Torres e o Tema de nossa geração), Sabóia Lima (Alberto Torres e a sua Obra), e principalmente Barbosa Lima Sobrinho (Presença de Alberto Torres).

Embora sua participação na vida política tenha se desenrolado na virada do século XIX para XX, e suas obras publicadas na década de 1910, o pensamento de Alberto Torres encontrou campo fértil nas duas décadas que sucederam sua morte. Os anos 20 e 30 foram caracterizados por fortes mudanças sócio-econômicas, crises políticas, e embates ideológicos fervorosos. O liberalismo decadente e o crescimento dos ideais vinculados ao nacionalismo, e conseqüente estabelecimento de um Estado forte, associados a uma aversão ao estrangeiro, característico a quem busca uma identidade nacional, fomentavam um projeto de construção de uma nação brasileira. Temas centrais da obra de Alberto Torres, que era o de entender os problemas brasileiros, adotando um método prescritivo, a fim suprir a necessidades da pátria.

Conceituar o pensamento de Alberto Torres como autoritário soa anacrônico. Já a apropriação de seu pensamento pelos seus “seguidores” pode sim, ser alvo de análise no que tange ao estudo do pensamento autoritário brasileiro. Fernandes⁷ (2006) atribui boa parte dessa associação Alberto Torres/Pensamento Autoritário, à atuação de Oliveira Vianna, considerado por muitos, como expoente máximo do pensamento autoritário brasileiro. Para a autora, mais do que pensamento autoritário (que a autora não nega, mas não associa diretamente ao autoritarismo da década de 1930) Alberto Torres representava um pensamento conservador, comum a tradição fluminense de então.

A proximidade de muitos aspectos do pensamento de Torres e de Oliveira Vianna, a reconhecida influência exercida pelo primeiro sobre o segundo, bem como o “sucesso” obtido pelo último contribuíram para a criação do rótulo de “autoritário” para Alberto Torres. Acreditamos que esta visão de Torres, que aparece muitas vezes como simples precursor de Oliveira Vianna, se encontra muito calcada na maior visibilidade do último e, em parte, na própria leitura que este fez de Alberto Torres (FERNANDES, 2006, p.2)

A ligação entre o pensamento de Alberto Torres e a ação posterior de Oliveira Vianna em divulgá-lo e reforçá-lo, visto em Fernandes (2006), aparece em Chacon (1990), que aproximando Torres e Vianna, aponta a existência de uma “substância conservadora no pensamento de ambos”⁸. Torres (1999) segue a mesma linha.

A palavra organização, também tão cara a Alberto Torres, retorna com igual insistência em Oliveira Vianna. Esse ideólogo acreditava que o sentido nacional da revisão poderia ser resumido em único lema: Organização sólida, estável e liberdade”. Vianna falava da liberdade civil, alcançada através de uma organização sólida e estável da autoridade, principalmente da autoridade federal.⁹ (TORRES, 1999, p.49)

No entanto, o pensamento de Alberto Torres, não é exatamente a versão de seus sucessores, ou a apropriação política de suas obras. Faz-se necessário o cuidado adequado para entender o pensamento de um intelectual no contexto específico da criação de suas obras, pois, releituras e reinterpretções estarão impregnadas de ideologias e conceitos de um outro tempo histórico. Oliveira Vianna forneceu suporte teórico ao Estado Novo, 20 anos após a morte de Torres.

Alguns intelectuais realçam esse cuidado e até mesmo procuram dissociar o caráter autoritário do pensamento de Alberto Torres, no sentido de não cometer o erro de encaixá-lo anacronicamente na história. Lemos¹⁰ (1995), aborda Alberto Torres pelo seu viés cientificista, analisando o caráter científico de sua formação político-filosófica, dentro dos moldes dos homens oitocentistas. Para a autora, Torres recebera influência do neodarwinismo, do positivismo, da teoria de superioridade racial de Gobineau, embora não internalizasse nenhuma delas completamente e estivesse fortemente preocupado com a questão nacional.

O traço original que marcou a formação intelectual de Alberto Torres, levando-o a sobressair entre os demais pensadores brasileiros do final do século XIX, consistiu no sentido de autonomia que procurou imprimir as suas críticas sobre a realidade nacional. Assim, ele se propôs a formar uma consciência própria sobre os problemas nacionais. (LEMOS, 1995,p.19)

No projeto de pensar a organização sociopolítica do Brasil, que dominou a intelectualidade brasileira nas primeiras décadas do século XX, Bosi (2003), admite haver um contexto geral comum aos pensadores da época, guiado principalmente por um nacionalismo crescente que chegaria ao ápice no Estado Novo. No entanto, ao colocar sobre os autores uma “lente de aumento”, o autor chega mesmo a reconhecer sensíveis diferenças entre esses intelectuais. Para Bosi, enquanto Alberto Torres organizava o pensamento em relação ao sistema social e educacional, chegando até mesmo a subestimar o fator étnico, Oliveira Vianna estaria preso a esquemas *arianizantes* de Lapouge e de Gobineau.¹¹

Rocha (2004) define Torres como precursor da moderna preocupação com a preservação do meio ambiente, e com a herança das gerações futuras, sendo crítico com as atividades agrícolas e indústrias predatórias¹². Leite (2007) atribuiu à apropriação das idéias de Alberto Torres por parte de Integralista e políticos de direita, a associação de Torres aos movimentos de direita do século XX. O fato de acentuar os valores nacionalistas, e a defesa da riqueza nacional, ajudou marcadamente este processo. Para o mesmo autor, a partir de 1945, algumas teses de Torres poderiam ser entendidas como esquerdistas, e até mesmo classificadas como liberais. Leite, no entanto, ressalta mesmo a vocação messiânica de Alberto Torres (um pregador político). Importante ressaltar que para o autor, Alberto Torres, mesmo estando preso a um campo intelectual, cercado por um contexto histórico que emprestava aos intelectuais da época um mesmo pano de fundo, apresentava uma distinção de ordem ideológica. Torres era contrário às críticas de que os brasileiros seriam indolentes, trabalhassem pouco, ou fossem naturalmente inferiores por questões raciais¹³.

Essa preocupação em diferenciar a abordagem de Alberto Torres em relação aos temas raciais, das abordagens de sucessores intelectuais, está explícita em Lemos, quanto à eugenia.

“Para Torres, uma política eugênica, bem organizada, para favorecer o desenvolvimento espontâneo do homem brasileiro, nas melhores condições de adaptação e progresso, a fim de manter puros os tipos étnicos aclimados, para que estes, evoluindo naturalmente, manifestem ou desenvolvam caracteres próprios. Para Torres, a política eugênica que acha importante ser adotada, em nada se assemelha com a dos seguidores da

teoria da “desigualdade natural das raças”, que vê no cruzamento um obstáculo à manutenção da raça superior [...] a política racial defendida pelo autor consistiu em evitar o cruzamento devido a diminuição da fecundidade e a conseqüente esterilidade.” (LEMOS, 1995,p.57)

No sentido de não atribuir ao pensamento de Alberto Torres a legenda do racismo, Mota (2004) ressalta que uma das marcas pessoais da obra de Torres, e ele reforça, “bem marcadas”, é o anti-racismo “numa época de prestígio das teorias sobre a desigualdade”¹⁴. Para Barbosa Lima Sobrinho, a principal característica da obra de Alberto Torres, era a capacidade de reinventar modelos estrangeiros para adaptá-los ao Brasil¹⁵. Para o autor, Alberto Torres era uma reformista que visava a aprimoramento do país.

No que diz respeito às intenções de suas obras, Alberto Torres poderia ser classificado, de acordo com os critérios de Bobbio¹⁶ para a ação política dos intelectuais, como um ideólogo. Além de ser oriundo da política, Alberto Torres dedicou aos problemas nacionais a centralidade de suas obras, transmitindo seu ideário a outros intelectuais do campo histórico e político. Suas idéias tinham a clara pretensão de intervenção, de prescrição, explicitada já nos títulos de suas obras, “A organização nacional”, “O problema nacional brasileiro”.

Em “A organização nacional”, Torres faz análises sobre a política nacional, e sobretudo, se dedica a questões relacionadas à constituição (revisão constitucional) e a organização dos poderes políticos. Mas foi em “O problema nacional brasileiro” que as idéias de Torres encontraram portos seguros mesmo após a sua morte. Na apresentação da segunda edição de “O problema nacional brasileiro”, Saboia Lima realça “*a gloriosa integração da sua obra com as mais altas finalidades nacionais.*”¹⁷, dedicatória de um de seus seguidores mais profundos. Alberto Torres analisou a história, o povo, a política, a república, as finanças, a economia, a justiça, a moral administrativa, com uma visão crítica, extremamente dura para com a realidade das instituições brasileiras, definindo-as como frutos de uma desordem que formariam a base de nossa consciência social. Para Torres “*nunca chegamos a possuir uma cultura própria, nem mesmo uma cultura geral*”, “*não temos opinião e não temos direção mental*”.

Em “O problema nacional brasileiro”, comprometido com a idéia de modernidade e progresso, denuncia o *entreguismo* de nossas riquezas

naturais, classificando a economia brasileira como frágil, primária, dependente do estrangeiro. Vale citar que todas as análises de Torres são sempre vinculadas em última instância à vida nacional como um todo e as questões sociais, ao povo, à nação. Quando Torres critica o sistema econômico, sua preocupação principal se remete a questão da devastação das terras, da desmoralização do povo, da possibilidade de quadros exploratórios como estes levarem a conflitos sociais ou guerras. Não se tratava apenas de uma crítica técnica da economia brasileira, mas sim de uma análise sociológica ampla e preocupada sobremaneira com as questões nacionais e sociais. Neste mesmo livro, o cientificismo de Torres é uma de suas marcas. Altamente influenciado pelo cientificismo da virada do século XIX para o XX, Torres dedica parte de sua obra a questionamentos sobre etnia e raça, sobre vantagens adaptativas, análises, e seleção natural. No entanto, sua finalidade também extrapolava a questão científica. Mas uma vez seu ponto de chegada era como o Brasil se colocava nessa questão, e principalmente o projeto de povo brasileiro. Torres era um crítico daqueles que impunham às nossas populações característica inferiores intelectual e fisicamente em relação aos povos europeus. Para Torres, nossa população não era inferior aos povos europeus. Neste caso específico, o Autor, além de analisar questões como o “sangue” e os problemas adaptativos em relação ao clima, retorna a questão nacional (agora como projeto de nação), ao incluir neste tema que *“a falta de organização social e econômica, impedindo a formação das instituições e dos costumes de conservação e de aperfeiçoamento, ainda mais nos desviariam do curso normal da formação progressiva de todas as nacionalidades.”*¹⁸

Em linhas gerais, Torres culpa o Estado brasileiro (dirigentes políticos) pela degradação de todas as esferas institucionais brasileiras, e conclama a substituição do regime por outro, enaltecendo a participação do povo como essencial neste processo. Não é difícil compreender a apropriação de distorção dessas idéias para projetos nacionalistas extremos e populistas. A preocupação de caráter positivista de Torres em relação ao aperfeiçoamento das gerações era mais amplo e vinculado à educação, porém foi apropriada para idealizações de caráter eugênico. Para Torres o brasileiro era tão ou mais trabalhador que quaisquer outros povos, porém, a falta de educação, preparo técnico, e instrução literária, resultariam em uma espécie de ociosidade do brasileiro. Esta não seria resultado de um determinismo biológico, mas sim o produto de um processo histórico e um contexto social. A abordagem científica sobre

as questões de raça e etnia, cruzamento entre raças, e hibridismos de Torres, apesar da sinceridade e aparente frieza, deve ser contextualizada. Essas eram as idéias que circulavam no período específico da história. O autor, no entanto, fez ressalvas a sua abordagem cientificista, resguardando-se de interpretações relacionadas à superioridade e inferioridade entre as raças.

”É preciso ter em vista, neste ponto, alguns dados, de assinalado valor com relação a todos os problemas da hereditariedade. Cumpre atender, em primeiro lugar, a que não se trata, no exame destas questões, de firmar, como supõem os que as estudam pela rama, sentenças de superioridade ou de inferioridade absoluta, de pureza ou de impureza, de sanidade ou de incapacidade, de raças e de povos, sob qualquer estalão ou unidade de perfeição ou de bondade, que não existe; senão, unicamente, de consignar conclusões sobre a capacidade vital, a aptidão adaptativa, de grupos e de indivíduos.” (TORRES, 1914,p.106)

Seja qual for a análise sobre o pensamento de Alberto Torres, se racista ou anti-racista, se de esquerda ou de direita, se conservador ou modernista, o que ficou claro na sua atuação como intelectual, é a sua ação intervencionista. Torres pertence a um grupo de intelectuais que assumiam uma função social, diferente dos intelectuais contemplativos. Talvez por ter seguido o caminho da política para a intelectualidade, a ação e o desejo de interferir nas questões brasileiras estivesse realmente muito presentes na obra do Autor.

Como um homem de seu tempo, Alberto Torres não poderia fugir nem destoar de maneira significativa do seu campo intelectual. Ao falecer aos 51 anos, deixou aos seus revisionistas a obra de tentar explicá-lo ou até utilizá-lo em seus projetos ideológicos e políticos. Como bem escrito por Manoel Luiz Salgado Guimarães:

“os limites cronológicos de um estudo historiográfico não podem certamente coincidir com os limites demarcados pela biografia de um autor [...] as releituras a que será submetida [as suas obras] reinventando-a e ressignificando-a segundo conjunturas distintas daquela em que fora produzida.” (HARTOG, 2003, p.15)¹⁹

NOTAS

- 1 RODRIGUES, Lêda Boechat. História do Supremo Tribunal Federal. Tomo IV - Vol. 1/1930-1963. p.340
- 2 Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909
- 3 Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913
- 4 Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914
- 5 Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914
- 6 Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915
- 7 Fernandes, Maria Fernanda Lombardi. Alberto Torres e Conservadorismo Fluminense. Caderno de Ciências Humanas -Especiaria. v.10, n.17, jan./jun., 2007, p.277-301.
- 8 Chacon, Vamireh. Deus é brasileiro. O imaginário do messianismo político no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira 1990.p.157.
- 9 Torres, Andréa Sanhudo. Imprensa, política e cidadania. Coleção História 29. EDIPUCRS. 1999. p.49.
- 10 Lemos, Maria Teresa Toríbio Brittes. Alberto Torres: contribuição para o estudo das idéias no Brasil. Quartet Editora e comunicação, Rio de Janeiro. 1995. p. 19.
- 11 Bosi, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 43ª Edição. Cultrix. 2003.p.313.
- 12 Rocha, Malos Bessa Mendes da. Matrizes da modernidade republicana. Cultura política e pensamento educacional no Brasil. Editora Plano. Autores Associados. 2004. p.44.
- 13 Leite, Dante Moreira. O Caráter Nacional Brasileiro. 7ª Edição revista. Editora UNESP. 2007. p.340.
- 14 Mota, Lourenço Dantas. Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico. Editora SENAC. São Paulo, 2ª edição. 2004. p.261.
- 15 Barbosa Lima Sobrino, Alexandre. Presença de Alberto Torres. Sua vida e pensamento. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.p.307.
- 16 BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Unesp, 1997. p.72.
- 17 TORRES, Alberto. O Problema nacional brasileiro. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1914.
- 18 TORRES, Alberto. O Problema nacional brasileiro. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1914.
- 19 Hartog, François. O século XIX e a História. O Caso Fustel de Coulanges. Editora UFRJ. 2003. p.14. Apresentação.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA LIMA SOBRINO, Alexandre. Presença de Alberto Torres. Sua vida e pensamento. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Unesp, 1997.

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 43ª Edição. Cultrix. 2003.

CHACON, Vamireh. Deus é brasileiro. O imaginário do messianismo político no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira 1990.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Alberto Torres e Conservadorismo Fluminense. Caderno de Ciências Humanas –Especiaria. v.10, n.17, jan./jun., 2007, p.277-301.

HARTOG, François. O século XIX e a História. O Caso Fustel de Coulanges. Editora UFRJ. 2003. p.14. Apresentação.

LEITE, Dante Moreira. O Caráter Nacional Brasileiro. 7ª Edição revista. Editora UNESP. 2007.

LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. Alberto Torres: contribuição para o estudo das idéias no Brasil. Quartet Editora e comunicação, Rio de Janeiro. 1995.

MOTA, Lourenço Dantas. Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico. Editora SENAC. São Paulo, 2ª edição. 2004.

ROCHA, Malos Bessa Mendes da. Matrizes da modernidade republicana. Cultura política e pensamento educacional no Brasil. Editora Plano. Autores Associados. 2004.

RODRIGUES, Lêda Boechat. História do Supremo Tribunal Federal. Tomo IV – Vol. 1/1930-1963.

TORRES, Andréa Sanhudo. Imprensa, política e cidadania. Coleção História 29. EDIPUCRS. 1999.

RESUMEN:

El liberalismo decadente y el crecimiento de los ideales vinculados al nacionalismo, y consecuente establecimiento de un Estado fuerte, asociado a una aversión al extranjero característico a quien busca una identidad nacional, fomentaban un proyecto de construcción de una nación brasileña. Temas centrales de la obra de Alberto Torres que era o de entender los problemas brasileños, adoptando un método prescriptivo, a fin de suplir las necesidades de la patria.

Palabras claves: Nacionalismo - autoritarismo - Ejecutivo fuerte - identidad nacional.

ABSTRACT:

The decadent liberalism and the growth of the ideals linked to the nationalism, and the consequent establishment of a strong State, coupled with an aversion to the foreign ones, peculiar to those who seek a national identity, fostered a project to build a Brazilian nation. Central themes of the Alberto Torres' work, which was to understand the Brazilians problems, adopting a prescriptive method in order to supply the needs of the country.

Keywords: Nationalism - Bossiness - Strong Executive - National Identity.

Visões e Versões sobre e para a Escola

Helenice Pereira Sardenberg¹

RESUMO:

São muitas as concepções que norteiam a prática educativa, bem como são muitas também as formas como o conhecimento é produzido. No contexto da escola, percebemos um tratamento específico dado ao conhecimento, na medida em que esta só percebe como sendo conhecimento aquele que é tido como conhecimento científico, descaracterizando, inclusive, o conhecimento espontâneo, aquele produzido no cotidiano, aquele que Paulo Freire chama de “saberes de experiência feitos”, pautado no que é vivido, percebido e concebido através da realidade concreta.

Palavras chaves: Sistema escolar, capital cultural, produção do discurso

Este texto é fruto de pesquisa realizada, ao longo de dois anos, no município de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, em instituições distintas como: a escola, o presídio e o hospital psiquiátrico, tendo como objetivo principal entender de que maneira o panóptico foucaultiano se consubstancia dentro das mesmas, cotidianamente.

Escolheu-se, aqui, falar, apenas da escola, pois das instituições observadas e estudadas foi a que mais surpresas causou, talvez, por termos em nosso imaginário a escola como sendo o nosso segundo lar. Sem perder de vista o todo verificado, pode-se afirmar que a escola não é tão boa como parece ser e provavelmente seja dentro dela que começamos a construir o opressor inerente a cada um de nós, como bem diz Paulo Freire todo oprimido carrega em si o germe da opressão².

Desta forma, podemos afirmar que são muitas as concepções que norteiam a prática educativa, bem como são muitas também as formas como o conhecimento é produzido. No contexto da escola, percebemos um tratamento específico dado ao conhecimento, na medida em que esta só percebe como sendo conhecimento aquele que é tido como conhecimento científico, descaracterizando, inclusive, o conhecimento espontâneo, aquele produzido no cotidiano, aquele que Paulo Freire chama de “saberes de experiência feitos”, pautado no que é vivido, percebido e concebido através da realidade concreta. Neste sentido,

percebemos que a escola se prende a dados prontos, muitas vezes descontextualizados, impedindo o intercâmbio entre os atores sociais que nela estão inseridos, privilegiando um saber dogmático, isento, na maioria das vezes, de significado. Contudo, este saber pressupõe um determinado poder que faz com que usemos os discursos dos opressores, conferindo legitimidade aos nossos próprios discursos, fazendo dos deles, os nossos; até porque

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 1998a, p. 8-9)³

Esse padrão produzido na e pela escola atende àqueles que estão na posição de mando, fixando os demais na posição da subserviência, o que atende à manutenção do *status quo* da maioria. Permitindo, portanto, uma conformação destes que, na ausência da possibilidade de se fazerem ouvir, acatam o adestramento que lhes é imposto, sem nenhum tipo de questionamento, legitimando a ordem vigente. Segundo Santomé (1995), “*as culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação*”. (p. 161)⁴. Sendo assim, percebemos que a neutralidade não passa de um mito, bem como a intencionalidade é algo concreto que permeia o processo educativo.

Com o advento do neoliberalismo essa questão se exacerba, pois que é necessária ainda mais a conformação dos corpos, das mentes, como também das ações, em um processo de adequação de todos que estão inseridos no “supermercado global” em que o mundo se transformou, onde o que vale é o mérito individual que redunde em um isolamento espontâneo, porém inconsciente das pessoas envolvidas no processo da globalização. Logo, neste processo o papel da escola é crucial, na medida em que esta é de fato uma agência de reprodução e legitimação da lógica dominante. É ela, então, que, através de táticas ditas pedagógicas, terá que condicionar aqueles que nela estão, de forma a prepará-los convenientemente para o mercado que exige adequação máxima aos

interesses do capital; nesta perspectiva as responsabilidades deixam de ser coletivas para se tornarem individuais, instalando-se a meritocracia. Segundo Bourdieu, “*É a crença na hierarquia das competências escolarmente garantidas que funda a ordem e a disciplina na empresa privada e também, cada vez mais, na função pública.*” (Bourdieu, 1998b, p. 142)⁵.

Ao reproduzir e legitimar a ideologia e a cultura dominante, a escola acaba, outrossim, fazendo uso de categorias que corroboram esta dinâmica, materializando o poder e suas diversas relações. A disciplina que acontece por intermédio da vigilância e controle, no sentido foucaultiano, é talvez o que há de mais significativo, pois, a partir dela, aprendemos a obedecer, a saber nos comportar, sustentando a cultura e a ideologia dominante, desconsiderando as diferenças e as diversidades que compõem o mundo. Através do condicionamento que nos é imposto naturalizamos a vida, ao mesmo tempo em que a banalizamos, aceitando docilmente aquilo que é determinado, fazendo parte da grande rede das relações sociais que é perpassada todo o tempo pelo poder que nos silencia, nos excluindo. Como nos diz Foucault,

[...] em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de se dizer tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (1998a, p. 9)⁶

Ao termos silenciados os nossos discursos, acabamos determinando um novo tipo de subjetividade que pelo ajustamento – controle/vigilância – nos imprime a marca da passividade, permitindo, portanto que sejamos coniventes com as formas disciplinares que nos são impostas.

A escola, por sua natureza pedagógica, ressalta o caráter disciplinar de todo o processo ensino-aprendizagem como sendo este natural e benéfico, pois é a partir dele que extraímos o melhor dos sujeitos que nele estão envolvidos, assegurando sobremaneira as aptidões intrínsecas. Pelo exame, privilegiam-se poucos em detrimento de muitos, fazendo da classificação algo rotineiro, como se esta pudesse garantir a eficiência dos sujeitos no contexto educacional.

Não obstante, “*o sistema escolar é também inteiramente baseado em uma espécie de poder judiciário. A todo o momento se pune e se recompensa, se avalia, se classifica, se diz quem é o melhor, quem é o pior.*” (Foucault, 1999, p. 120)⁷.

Como se vê, a escola, por mais que queira vestir o manto da neutralidade, não se diferencia das demais instituições no uso de sua força que, normalmente se faz invisível, pelo uso daquilo que Foucault chama de panoptismo; conceito que surge a partir do panóptico de Bentham, quando este imagina uma arquitetura perfeita que possibilite, pelo controle, a disciplina que se faz necessária na prisão. Hoje, percebemos que tal controle, muitas vezes sutil, não necessita de uma arquitetura específica para realizar-se, pois o panóptico, enquanto “olho invisível” que tudo vê, está em todo e qualquer lugar; e ele

[...] é um dos traços característicos da nossa sociedade. É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle, de punição e correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este tríptico aspecto do panoptismo – vigilância, controle e correção – parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade. (ibid, p. 103)⁸

Desta forma, a escola não difere das demais instituições, à medida que esta também faz uso de tal poder, adestrando aqueles que nela estão pela “pedagogia da conformação”.

[...] Na realidade, qualquer instituição panóptica, mesmo que seja tão cuidadosamente fechada quanto uma penitenciária, poderá sem dificuldade ser submetida a essas inspeções ao mesmo tempo aleatórias e incessantes: e isso não só por parte dos controladores designados, mas por parte do público; qualquer membro da sociedade terá direito de vir constatar com seus olhos como funcionam as escolas, os hospitais, as fábricas, as prisões. (Foucault, 1998b, p. 171)⁹

Além deste controle pelo panóptico, é oportuno ressaltar uma outra forma de poder que, além de fazer parte de toda a sociedade, está concretamente na escola projetando a lógica vigente – o poder simbólico – que se define também nas relações de força, delimitando a cultura que se faz hegemônica. Este poder simbólico, também invisível, gera violência

simbólica, que é a imposição da cultura dominante e, mais do que isso, a dominação de uma classe sobre a outra. No dizer de Bourdieu

[...] o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar - reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (1998a, p. 15)¹⁰

Buscando entender a maneira com que o poder se consubstancia na escola, enquanto instituição, não podemos deixar de relativizar, especificamente, como se dão as relações entre professores e alunos no contexto da sala de aula, onde inevitavelmente é entretida uma rede de relações, nem sempre tão harmônica. Até porque,

[...] a família, a escola, a fábrica, a universidade, o hospital são instituições baseadas numa clara distribuição de papéis: a divisão do trabalho (senhor e servo, professor e aluno, dirigente e dirigido). Isto significa que o mais característico de tais instituições é uma cortante separação entre os que detêm o poder e os que não o detêm. (Basaglia, 1985, p. 36)¹¹

É pensando nessa relação professor e aluno que me reporto a Paulo Freire, pois esse em seus textos sempre apontou a importância que o professor tem que dar à realidade concreta do aluno, porque é desta forma que poderemos substantivamente forjar o conhecimento escolar pleno de significado; além do que a afetividade é fundamental, na medida em que ela sustenta a interação, como também o diálogo.

[...] Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. (Freire, 1993, p. 79-80)¹²

Sendo assim, é na perspectiva dialógica e dialética que o professor pode garantir que as vozes de todos, no universo da sala de aula, sejam ouvidas, garantindo que as diferenças, sejam elas quais forem, sejam, de fato, respeitadas; sem o que, fica comprometido todo o processo pedagógico.

Contudo, não é sempre assim que percebemos as relações que se estabelecem no contexto da sala de aula; muitas vezes, o professor se faz dono da verdade absoluta com a postura exigida pela “educação bancária” (Freire, 1993)¹³, não permitindo que os alunos relatem as suas vivências, contextualizando as diversas visões de mundo que, inextricavelmente, estão sedimentadas em suas culturas, obstaculizando, assim, que as identidades sociais sejam construídas de forma diferente da dominante. Neste sentido, fica claro o quão difícil se faz perceber-se incluído na sociedade da qual fazemos parte, inclusive porque, normalmente, além do que foi apontado, a escola e, por conseqüência, o professor acostumaram-se a trabalhar somente com o capital cultural da elite dominante, excluindo aqueles que dela não fazem parte.

[...] As investigações sociológicas e antropológicas sobre as maneiras como se transmite o saber de cada sociedade através das escolas e museus, demonstram que diversos grupos se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural. Não basta que as escolas e museus estejam abertos a todos, que sejam gratuitos e promovam em (todos os setores) sua ação difusora; à medida que descemos a escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições. (Canclini, 1994, p. 96)¹⁴

Entendendo como capital cultural um conhecimento prévio já construído por aqueles que se integram à cultura dominante *a priori*, fica realmente difícil, para os outros que dele não fazem uso, interagirem neste universo que é a escola, onde o que conta é a capacidade de

entender aquilo que está sendo veiculado como sendo a única verdade. Sabemos que muitas escolas ainda trabalham com a potencialidade de reprodução dos sujeitos, subtraindo destes a capacidade de reflexão, por intermédio da inculcação. Sendo assim, o que conta é todo um processo reprodutor que se coaduna com o sistema social.

[...] Sem dúvida as sociedades modernas conseguem cada vez mais obter da Escola que ela produza e garanta como tais cada vez mais indivíduos qualificados, isto é, cada vez mais bem adaptados às exigências da economia. (Bourdieu, 1998b, p. 173)¹⁵

Não é sem preocupação que nos colocamos diante de tais circunstâncias, pois vemos materializar-se na escola, assim como na sociedade mais ampla, uma gama de conflitos – não podemos excluir os movimentos de resistência – que nos fazem querer entender como é possível ainda estarmos sendo preparados pelas instituições para atender à lógica dos opressores, numa perspectiva classista, onde, inclusive, a alteridade sequer é levada em conta. Percebemos, então que

[...] numa sociedade dividida em classes antagônicas, a Escola é um aparelho da classe dominante. Nessa sociedade, a Universidade sobretudo, tem uma função particular; formar advogados para defenderem o capital, formar médicos para cuidarem da saúde da burguesia, formar veterinários para os grandes latifúndios, formar economistas para defenderem os interesses particulares do capitalismo, formar educadores para conservar tudo isso como está. (Gadotti, 1991, p. 78-79)¹⁶

Os educadores, como nos mostra Gadotti, têm função primordial nesta sociedade na medida em que é pelas mãos destes que a maioria da população passa. A partir da escola, então, podemos de alguma forma reverter o quadro exposto, pois, com certeza, da maneira como estamos conduzindo a situação, não só escolar, mas socialmente também, não chegaremos a lugar algum; apenas continuaremos perpetuando aquilo que está posto, como a supremacia do opressor. Não obstante,

[...] a instituição escolar deve ser entendida não apenas como o lugar onde se realiza a reconstrução do conhecimento, mas,

além disso, como um lugar onde se reflete criticamente acerca das **implicações políticas** desse conhecimento. (Santomé, 1995, p. 176; negrito do autor)¹⁷

Sem as reflexões necessárias para que as transformações se realizem, continuaremos privilegiando uma sociedade dividida, totalmente dicotomizada, onde poucos exercem, efetivamente, sua cidadania; precisamos, neste sentido, entender quem somos, sem o quê, torna-se impossível transformar: *“A produção de novas formas de subjetivação é o processo de transformação, o esboço daquilo que ainda não somos, mas que estamos em via de nos tornar.”* (Costa, 1998, p. 110)¹⁸. É na singularidade intrínseca, bem como na alteridade, na percepção de quem é o outro que talvez possamos buscar estratégias que possibilitem a igualdade de direitos, como também ter cada um a sua identidade respeitada. Este reconhecimento pode se dar plenamente, de início no interior da escola, promovendo um espaço de interlocução que garanta o ouvir das diversas vozes que se fazem presentes, bem como das diversas histórias. Sendo assim, a memória também teria seu espaço garantido, colaborando no exercício de (re)construção das diferentes identidades, até porque *“o acesso à memória é um fator fundamental para transmissão da cultura e, portanto, para a permanente refundação de uma sociedade.”* (Gondar, 1997, p. 53)¹⁹

Como se vê, o poder é algo que se corporifica em todo e qualquer lugar; concretamente o percebemos nas instituições em função da ideologia capitalista que, de uma certa forma, corrobora com a assertiva de que o poder está vinculado a uma forma de saber e, neste caso, com o saber de quem sabe mandar, de quem faz uso da força para oprimir, manipular, controlar. Sendo a sociedade capitalista claramente dividida – opressores/oprimidos – evidencia-se, sobremaneira, onde está o saber, e, conseqüentemente, onde está o poder. Não é à toa que a violência se instaura cristalizando a relação opressores/oprimidos, favorecendo sempre o mais forte, aquele que detém o poder, pois como diz Paulo Freire:

[...] Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o resultado de uma violência?

Como poderiam ser os promotores de algo que, ao instaurar-se objetivamente, os constitui?

Não haveria oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que os conforma como violentados, numa situação objetiva de opressão.

Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que os oprimem como outro.

Inauguram o desamor, não os desamados, mas os que não amam, porque apenas se amam.

Os que inauguram o terror não são os débeis, que a ele são submetidos, mas os violentos que, com seu poder, criam a situação concreta em que se geram os “demitidos da vida”, os esfarrapados do mundo.

Quem inaugura a tirania não são os tiranizados, mas os tiranos. Quem inaugura o ódio não são os odiados, mas os que primeiro odiaram.

Quem inaugura a negação dos homens não são os que tiveram a sua humanidade negada, mas os que a negaram, negando também a sua.

Quem inaugura a força não são os que se tornaram fracos sob a robustez dos fortes, mas os fortes que os debilitaram. (1993, p. 42)²⁰

Paulo Freire continua afirmando que,

[...] Para os opressores, porém, na hipocrisia de sua “generosidade”, são sempre os oprimidos, que eles jamais obviamente chamam de oprimidos, mas, conforme se situem, interna ou externamente, de “essa gente” ou de “essa massa cega e invejosa”, ou de “selvagens”, ou de “nativos”, ou de “subversivos”, são sempre os oprimidos os que desamam. São sempre eles os “violentos”, os “bárbaros”, os “malvados”, os “ferozes”, quando reagem à violência dos opressores.

Na verdade, porém, por paradoxal que possa parecer, na resposta dos oprimidos à violência dos opressores é que vamos encontrar o gesto de amor. Consciente ou inconscientemente, o ato de rebelião dos oprimidos, que é sempre tão ou quase tão violento quanto a violência que os cria, este ato dos oprimidos, sim, pode inaugurar o amor.

Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser. (ibid., p. 43)²¹

Nesta perspectiva, podemos concluir que todos, sem exceção, apesar de todo poder opressivo, têm o direito à sua humanidade independente de raça, credo, gênero, ou seja lá o que for. E, para isso, é fundamental que construamos **consciência** na hora de olhar para o mundo, pois a partir deste novo olhar poderemos, de alguma forma, mudar o nosso agir, de modo a respeitar o que nos é diferente, porque sem entender as diferenças e sem respeitá-las, se torna quase impossível desenvolver estratégias que contemplem as diversidades, estejam elas fora ou dentro das instituições.

NOTAS:

- 1 Doutoranda em Serviço Social UERJ – Rio de Janeiro; Mestre em Memória Social – UNIRIO – Rio de Janeiro; Pedagoga - UFF; Diretora Acadêmica das Faculdades Integradas Maria Thereza – Niterói – RJ - Brasil.
- 2 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- 3 FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1998a.
- 4 SANTOMÉ, Jurjo Torres. *As culturas negadas e silenciadas no currículo*. In: SILVA, Tomás Tadeu da. *Alienígenas na sala de aula*.(org.) Petrópolis: Vozes, 1995.
- 5 BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998b.
- 6 FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1998a.
- 7 FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.
- 8 *Op. cit.*
- 9 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1998b.
- 10 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a.
- 11 BASAGLIA, Franco. A instituição da violência. In: BASAGLIA, Franco. *A instituição negada*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- 12 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993
- 13 *Op. cit.*
- 14 CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, IPHAN, n. 23, p. 95-115, 1994.
- 15 BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998b.
- 16 GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- 17 SANTOMÉ, Jurjo Torres. *As culturas negadas e silenciadas no currículo*. In: SILVA, Tomás Tadeu da. *Alienígenas na sala de aula*.(org.) Petrópolis: Vozes, 1995.
- 18 COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Memória institucional e representação: da árvore ao rizoma. In: LEMOS, Maia Teresa Toríbio B. e BARROS, José Flávio P. de. *Memória, representações e relações interculturais na América Latina*.(orgs.) Rio de Janeiro: UERJ, NUSEG: UERJ, INTERCON, 1998.

- 19 GONDAR, Jô. *O esquecimento como crise do social*. In: WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. [et al]. *Memória Social e Documento: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro. Mestrado Memória Social e Documento, 1997.
- 20 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993
- 21 *Op. cit.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obra completa:

BASAGLIA, Franco. A instituição da violência. In: BASAGLIA, Franco. *A instituição negada*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998b.

CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1998a.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1998b.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 21 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

Capítulo de livro:

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Memória institucional e representação: da árvore ao rizoma. In: LEMOS, Maia Teresa Toríbio B. e BARROS, José Flávio P. de. *Memória, representações e relações interculturais na América Latina*.(orgs.) Rio de Janeiro: UERJ, NUSEG: UERJ, INTERCON, 1998.

GONDAR, Jô. *O esquecimento como crise do social*. In: WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. [et al]. *Memória Social e Documento: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro. Mestrado Memória Social e Documento, 1997.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *As culturas negadas e silenciadas no currículo*. In: SILVA, Tomás Tadeu da. *Alienígenas na sala de aula*.(org.) Petrópolis: Vozes, 1995.

RESUMEN:

Son muchas las concepciones que nortean las practicas educativa, bien como son muchas también las formas como el conocimiento es producido. En el contexto de la escuela, percibimos un tratamiento específico dado al conocimiento, en medida que ésta solo percibe como siendo conocimiento aquél que es conocido como conocimiento científico, no caracterizando, incluso, el conocimiento espontáneo, aquél que Paulo Freire llama de “saberes de experiencia hechos”, pautado en lo que es vivido, percibido y concebido a través de la realidad concreta. **Palabras claves:** sistema escolar, capital cultural, producción del discurso.

ABSTRACT:

There are many conceptions that guide the educative practice and there are also many forms how the knowledge is produced. In the school context, we realize a specific treatment given to knowledge, in the way that it only realizes being a knowledge the ones which are knew as scientifics, mischaracterizing , including, the spontaneous knowledge, that is produced everyday, the one that Paulo Freire calls as “done experiences knowledge”, guided in what is lived, realized and conceived through the concrete reality.

Keywords: scholar system, cultural capital, discourse production.

Retos económicos para América Latina después de la V Cumbre de las Américas

Katarzyna Dembicz

RESUMO:

O principal eixo era a idéia de livre comércio, que se baseava no conceito de regionalismo aberto, e o principal desafio a cumprir, então, era a promoção das idéias democráticas na América Latina como um requisito indispensável para poder enfrentar o resto dos problemas da região. No documento final desde encontro, entre os objetivos mais importantes a se lograr se mencionou: a ascensão dos modelos de vida dos habitantes de toda a região, diminuição da pobreza e do desemprego, eliminação da corrupção, luta contra a produção e comércio das drogas, garantir o desenvolvimento sustentável para poder diminuir os riscos da crescente ingerência do homem no meio ambiente.

Palavras chaves: ALCA, desenvolvimento sustentável, acordos bilaterais.

El enorme interés de los medios de comunicación por la V Cumbre de las Américas me llevó a formular la pregunta, si ¿este encuentro tendrá alguna influencia en las posteriores decisiones de los países de América Latina?

La Primera Cumbre organizada en Miami en el año 1994 puede considerarse, desde una amplia perspectiva, como un momento de cambio que diseñó nuevos caminos de acción, tanto políticos como económicos. Al igual que otros encuentros de este tipo en la historia regional, como las conferencias en Punta del Este (1961), Washington (1889) – cuyo efecto fue la creación de la Unión Internacional de las Repúblicas Americanas o el Congreso de Panamá (1826) – encuentro de importancia simbólica para los estados latinoamericanos. Podríamos preguntarnos si la declaración conjunta suscrita en Trinidad y Tobago durante la V Cumbre y las decisiones tomadas en este lugar se convertirán en importantes retos para los países de América Latina?

15 años atrás, la Primera Cumbre realizada entre el 9 y el 11 de diciembre de 1994, tuvo como lema la frase: *Pacto para el Desarrollo y la Prosperidad: Democracia, Libre Comercio y Desarrollo Sostenible en las Américas.*

Los estados americanos declaraban entonces un gran empeño en la promoción de las ideas del Área de Libre Comercio de las Américas – ALCA¹, la cual empezaría a funcionar (acorde a las declaraciones) en el año 2005, gracias a la existencia de acuerdos bilaterales y de agrupaciones regionales. El lema arriba citado planteaba cuatro dimensiones de actuación:

- política – concentrada en la promoción y desarrollo de ideas democráticas en los países americanos,
- económica – la eliminación de las barreras aduaneras y un libre flujo de mercancías y servicios,
- social – la cual incluía lucha contra la pobreza, construcción del capital social,
- espacial - cooperación para una temprana alerta ante los desastres naturales, la integración física.

Sin embargo, el principal eje era la idea de libre comercio, que se basaba en el concepto del regionalismo abierto, y el principal reto a cumplir entonces era la promoción de ideas democráticas en América Latina como un requisito indispensable para poder enfrentar el resto de los problemas de la región. En el documento final de este encuentro, entre los objetivos más importantes a lograr se mencionó:

- ascenso de los estándares de vida de los habitantes de toda la región
- disminución de la pobreza y desempleo
- eliminación de la corrupción
- lucha contra la producción y comercio de las drogas
- garantizar el desarrollo sustentable para poder disminuir los riesgos de la creciente ingerencia del hombre en el medioambiente.

Las siguientes cumbres tuvieron lugar en:

1998 – Segunda Cumbre, Santiago de Chile, 18-19 de abril; en el texto de la declaración la mayor importancia se le dio al avance del proceso de la integración en el marco del desarrollo del Área de Libre Comercio de las Américas, promoción de la democracia, acciones conjuntas para combatir el narcotráfico, respeto de los derechos humanos, facilitación al acceso a la educación, disminución de la pobreza. ²

2001 – Tercera Cumbre, Québec, 20-22 de abril; en el debate se mantuvo la importancia de los procesos de democratización en América Latina como indispensable elemento del desarrollo socio-económico de la región, además en la declaración final se hace énfasis al problema de la seguridad y mantenimiento de la paz, respeto de los derechos humanos, avance en la ampliación del área de libre comercio, promoción de las políticas de desarrollo sustentable.

2005 – Cuarta Cumbre, Mar del Plata, 5 de noviembre, fue organizada bajo el lema „*Crear Trabajo para enfrentar la Pobreza y fortalecer la gobernabilidad Democrática*”; el texto de la declaración en su mayoría se relaciona al tema principal poniendo énfasis en la necesidad de la realización de los acuerdos del ALCA, construcción del capital social y ampliación de los gastos a favor de las investigaciones y desarrollo de la ciencia, pequeñas y medianas empresas (PYMES).

La primera mitad de los años noventa se puede definir como tiempo de entusiasmo y esperanza, después de dejar atrás las experiencias de la llamada década perdida. Este periodo se caracteriza por cambios y transformaciones económico-políticas, por el retorno a la democracia. En esta atmósfera se llevaba a cabo la primera cumbre. Sin embargo la quinta ha trascendido en un ambiente muy diferente. Los líderes de los países americanos reunidos en Port of Spain tenían ante sus ojos el fantasma de la crisis económica, desempleo, recesión, y como consecuencia de esto un crecimiento de la pobreza. De tal manera, el texto de la declaración, en gran mayoría, se refería a los problemas arriba mencionados. A pesar de que la atención de los medios de comunicación se concentraba en otras cuestiones, como el regreso de Cuba a la OEA y un eventual encuentro entre los Presidentes de EE.UU Barack Obama y de Venezuela Hugo Chávez, existen premisas para considerar este evento como un importante momento de cambio. Lo confirman los problemas a superar - descritos en esta última declaración, al igual que otros no mencionados en la agenda, es decir la integración económica y regional.

El lema de la Quinta Cumbre fue *Asegurar el futuro de nuestros ciudadanos promoviendo la prosperidad humana, la seguridad energética y la sostenibilidad ambiental*. El texto final compuesto de 97 puntos, en comparación con el borrador³ fue ampliado considerablemente, sin embargo desaparecieron de él compromisos concretos, tales como: la destinación de un mínimo del total del PIB al desarrollo de la ciencia o salud pública. La declaración está dividida en capítulos dedicados a los siguientes temas:

- Promoción del bienestar social
- Promoción de la seguridad energética
- Promoción del desarrollo sustentable
- Fortalecimiento de la seguridad pública
- Fortalecimiento de la democracia
- Continuación de las Cumbre y la mejora de la implementación de las decisiones tomadas en el marco de éstas.

A pesar de que la palabra ‘democracia’ no aparece en el lema del último encuentro, es una de las ideas principales y vigentes de todas las Cumbres y considerada como elemento imprescindible de los cambios que pueden llevar al mejoramiento de la calidad de vida de los habitantes de la región. Otra cuestión que siempre se mantuvo como muy importante fue el libre comercio. Esta idea tan entusiastamente acogida en los años noventa del siglo XX, esta vez no apareció en el texto de la declaración y ni siquiera en su título. Más de 15 años de experiencia en la aplicación y realización de las ideas del regionalismo abierto han traído resultados mensurables, sólo a una parte de los países mientras que la actual crisis favorece el cierre y no la apertura de las economías. Este último elemento, al igual que el alejamiento (también por razones políticas) de la visión de un mercado conjunto de las Américas influyó en la renuncia, al menos temporal, a la aspiración común de construir el Área del Libre Comercio de las Américas. Esto puede llevar a la conclusión que la V Cumbre de las Américas fue un ‘silencioso funeral’ del ALCA. ¿Es así de verdad?

La falta de esta visión común puede considerarse como un reto para los países latinoamericanos, los cuales empezaron la búsqueda de una alternativa para la ‘idea del regionalismo abierto’. Así es en el caso de Venezuela, Bolivia o los países del Mercosur.

¿Existe ya una solución? ¿Qué proponen los estados de América Latina?

Lo más probable serán realizados, paralelamente, varios escenarios. El texto de la última declaración subraya la necesidad de realizar los acuerdo anteriores, entre los cuales se encuentra la idea de la creación del área de libre comercio para las Américas. Pone también énfasis en otros elementos de la integración regional, que hasta ahora fueron considerados de menor importancia, es decir la construcción del capital social, la integración de la infraestructura (en especial energética),

mejoramiento de la calidad de vida y la reacción a la marginalización de la población. Son estos los elementos, que en el caso de la integración europea – a la cual se ajustan algunos de los países latinoamericanos – jugaron un rol muy importante. La toma de decisiones entre los países de la región en los últimos años parece confirmar esta opinión. Con gran intensidad, son realizados los planes de desarrollo de la infraestructura en América Latina, por medio de dos mega proyectos IIRSA - Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana y Plan de Desarrollo de Mesoamérica (antiguo PPP). El primero conforma una plataforma de cooperación y actitudes intergubernamentales para desarrollar la infraestructura de Sudamérica – carreteras, redes eléctricas, de telecomunicación. Aprobada en el año 2004 – durante la cumbre de estados suramericanos en Cuzco. El segundo, actualmente con síntomas de estancamiento, aparte del desarrollo de la infraestructura prevé acciones que tienen como objetivo la transformación de Mesoamérica en una región más segura y justa desde el punto de vista social.

Como complementación de estas acciones habría que mencionar el avance de la integración en las agrupaciones regionales ya existentes como la CAN o CSME (Caribbean Single Market and Economy) y las propuestas de creación de nuevos organismos como la organización de estados latinoamericanos (en el 2010).⁴

La seguridad energética es otra cuestión muy importante que seguramente impondrá la cooperación en el hemisferio occidental. A ella le fue dedicada una gran parte de la declaración. Sin embargo, si comparamos el borrador con el texto final podemos llegar a la conclusión que no todos los países están dispuestos a cambios decisivos y drásticos, y no están preparados a subordinarse a la agenda que en torno a dicha cuestión pueda adoptarse. Basta tan sólo mencionar que en el borrador los países firmantes se comprometían a tales cambios en la estructura de la producción energética que llevarían a la obtención de un 50% del total de la energía eléctrica de fuentes renovables. Actualmente en las Américas (por causa de EE.UU., México y los estados de Centroamérica y del Caribe) el 80% del total de la energía eléctrica procede de fuentes no-renovables. La situación en los países de América del Sur es mucho mejor. Donde la energía hidroeléctrica es una de las principales en la estructura de producción energética (son los casos de Brasil, Paraguay o Perú).

En este ámbito los países latinoamericanos encontrarán también obstáculos. De un lado, están los precios inseguros de los combustibles y la creciente demanda en el sector eléctrico – debido a las necesidades de la industria y los consumidores individuales. En este último caso hay que considerar que una $\frac{1}{4}$ parte de los hogares en América Latina no está electrificada. A esto se suma el descenso de las inversiones en este sector. Del otro se encuentran las diferentes políticas energéticas y económicas, que pueden retardar el emprendimiento de acciones conjuntas con el objetivo de adaptarse a los acuerdos internacionales sobre el medioambiente.

Venezuela, Bolivia, Ecuador y Argentina representan la política del nacionalismo energético, tomando el control de la explotación de los yacimientos de petróleo, gas y su procesamiento, han subordinado sus economías en total o en gran parte a la exportación de estos.

Brasil, Chile, Perú y Colombia forman un grupo que se caracteriza por una política energética ‘pragmática’, mucho más transparente y orientada hacia el mercado, con el objetivo de diversificar las fuentes de energía.

El tercer tipo de países – representado por México – podríamos llamar como ‘indeciso’ ya que no implementa ninguna de las soluciones arriba mencionadas. En este caso, tal situación provoca una falta de inversiones y reestructuración en el sector energético, muy necesarios en este caso.⁵

La creciente interdependencia en la economía mundial, los acuerdos internacionales en el ámbito ambiental y el inevitable, como se puede pronosticar, crecimiento de los precios de materias primas y consumo de energía, obligarán a los estados a cooperar en el marco del sector energético. Tanto en la construcción de la infraestructura como en las acciones a favor de una ‘energía limpia’. Esto fue reconocido en el texto de la declaración de la V Cumbre de las Américas.⁶ También se da en las ya existentes labores internacionales, en el marco de la mencionada IIRSA – con la construcción de hidroeléctricas – y nuevas propuestas como la *US-Brasil Biofuels Partnership* o *Energy Partnership for the Americas*. Deberíamos preguntar en este lugar ¿si Brasil aprovechará su posición de líder mundial en la diversificación de la producción de energía? El 80% del total de energía en este país proviene de fuentes renovables, gracias a la implementación de nuevas tecnologías, las cuales son utilizadas en el sector energético, industria petroquímica y automotriz. Brasil

junto con EE.UU. pueden formar los polos de cooperación regional en este ámbito, incorporando otros países, entre los cuales se encuentran economías totalmente dependientes de la importación de crudos y energía eléctrica, como algunos países del Caribe o de Centroamérica. Esta última región ha hecho inversiones para desarrollar la utilización de energía geotermal⁷.

Los temas que están presentes en cada uno de los textos de las cumbres y constituyen uno de los mayores retos para la región latinoamericana son los problemas sociales: como la pobreza, desigualdad social, analfabetismo. Estos se relacionan estrechamente con la economía. Pero en los últimos años se discute otro proceso social, que en las siguientes décadas podría tener importantes repercusiones económicas. Con gran preocupación se habla del envejecimiento de la sociedad latinoamericana. En el texto de la declaración este problema fue sólo señalado, pero esto nos da la imagen de la creciente inquietud, presente en los sectores políticos regionales.

Tradicionalmente sólo dos países eran percibidos como amenazados por este proceso – Argentina y Uruguay. Falta de seguridad social, descenso drástico de natalidad y disminución del crecimiento natural, fuerte emigración han provocado que otros países fueron obligados a incorporarse en el debate demográfico, como Brasil, Cuba, Chile o Barbados. La toma de medidas preventivas en contra del envejecimiento de la sociedad implicará la introducción de reformas del sistema de pensiones (en muchos casos su construcción) y ayuda social, pero también nuevas políticas demográficas.

La actual crisis económica, como antes se señaló, obligará a los países de América Latina a cooperar estrechamente en la reestructuración de sistemas regionales de financiación. Con ocasión de la preparación de la V Cumbre varios análisis indicaban la necesidad de una amplia incorporación del Banco Interamericano de Desarrollo⁸ en el combate de la crisis. Los funcionarios del BID señalaron que esto será posible en el momento del incremento del capital de esta institución, ya que el actual es insuficiente.⁹ Actualmente, en el Banco el 30,01% de los votos pertenece a EE.UU., los países de la región (son en total 26) poseen un 50,02%. Algunos de los países fuera de la región que también forman parte del Banco¹⁰, y al igual que Brasil y México, podrán estar interesados en el incremento del capital. Hay que señalar que esta institución financiera fue la primera en la región y como tal financió proyectos de

desarrollo social en América Latina. De acuerdo a las evaluaciones, entre 1961 y 2007, cada dólar transferido por el BID a países latinoamericanos generó 25 dólares en proyectos realizados. (Díaz Bonilla, 2009)

Aparte del BID, las instituciones que se incorporan a enfrentar los problemas económicos en América Latina son la CAF – Corporación Andina de Fomento (la segunda, por su dimensión, institución financiera en la región) y la Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL, la cual posee una gran experiencia como agencia consultora. Las tres organizaciones (al igual que la OEA) fueron mencionadas en la declaración final de la V Cumbre de las Américas como organismos de apoyo para la realización de los acuerdos tomados.

De este breve análisis resulta que continúan siendo vigentes los problemas sociales y económicos que se trata resolver en América Latina. Pobreza, desempleo, desarrollo de la educación y seguridad social forman parte de los retos económicos también, al igual que la integración regional. Esto se expresa en los textos de las declaraciones. En este sentido la Quinta Cumbre no se diferencia mucho de las anteriores, pero dos temas hacen que se la pueda considerar como un evento de cambio:

- la seguridad energética y cooperación en la producción de energía de fuentes renovables, y
- Área de Libre Comercio de las Américas - ALCA.

La primera cuestión está presente por primera vez en las declaraciones y la cooperación conjunta en este ámbito será un reto para los países de las Américas.

La segunda, aunque desapareció del texto final, tiene que considerarse como un reto ya que hasta ahora había sido el tema principal de los anteriores encuentros.

A pesar de la gran influencia de EE.UU. en el estado de las relaciones interamericanas, la situación actual crea la posibilidad para que los estados latinoamericanos tomen la iniciativa. Países como Brasil y Venezuela tendrán la posibilidad de indicar la dirección y velocidad de eventuales acciones. Esto parece ser el mayor reto de los países latinoamericanos.

NOTAS

- 1 FTAA - Free Trade Area of the Americas.
- 2 Las cumbres de los años 1998 (en Santiago de Chile) y 2001 (Québec) no llevaban lema principal.
- 3 Accesibe on-line antes de la Cumbre.
- 4 Esta propuesta surgió durante el último encuentro del Grupo del Río y su creación se incorporaría a los festejos del Bicentenario de la Independencia.
- 5 Paul Isabell, *Energía para el hemisferio occidental: otra mirada al panorama energético latinoamericano ante la V Cumbre de las Américas*, Real Instituto Elcano, www.realinstitutoelcano.org (1.05.2009)
- 6 Los puntos del 46 al 56 hablan de este tema.
- 7 aplicando tecnologías japonesas.
- 8 IDB - Inter-American Development Bank.
- 9 En el momento de preparar este artículo, mayo 2009, el capital del banco era de 100 mil millones de Dolares.
- 10 Como Francia, Alemania,, Italia, Israel, Suecia, Japón.

BIBLIOGRAFIA

Díaz Bonilla, Eugenio, *El Sr. Obama apunta al Sur*, INTAL Carta Mensual no. 153, Abril 2009.

Paul Isabell, *Energía para el hemisferio occidental: otra mirada al panorama energético latinoamericano ante la V Cumbre de las Américas*, Real Instituto Elcano, www.realinstitutoelcano.org.

Cumbres de las Américas - Sistema de información, <http://www.summit-americas.org> (junio, 2009).

RESUMEN:

El principal eje era la idea de libre comercio, que se basaba en el concepto del regionalismo abierto, y el principal reto a cumplir entonces era la promoción de ideas democráticas en América Latina como un requisito indispensable para poder enfrentar el resto de los problemas de la región. En el documento final de este encuentro, entre los objetivos más importantes a lograr se mencionó: ascenso de los estándares de vida de los habitantes de toda la región, disminución de la pobreza y desempleo, eliminación de la corrupción, lucha contra la producción y comercio de las drogas, garantizar el desarrollo sostenible para poder disminuir los riesgos de la creciente ingerencia del hombre en el medioambiente.

Palabras claves: ALCA, desarrollo sostenible, acuerdos bilaterales.

ABSTRACT:

The principal center line was the idea of free trade, which was based in the concept of open regionalism, and the main challenge to full fill was the promotion of the democracy ideas in Latin America as an indispensable requirement to confront with the rest of the problems' region. At the final document of this encounter, among the aims most important to be accomplished, are mentioned: the ascension of the region people's way of life, the poverty and unemployed decrease, the elimination of the corruption, the fight against the production and trafficking drugs, to guarantee the sustainable development to decrease the risks of the growing man's interference in the environment.

Keywords: ALCA, sustainable development, bilateral trade.

Os Bares Cariocas: Espaços Pluriculturais?

Leila Medeiros de Menezes¹

RESUMOS:

Os bares e botequins, caracterizados como verdadeiros espaços de sociabilidade e de musicalidade, tornaram-se, ao longo do tempo, ponto de encontro, centro de decisões, local democrático de diversão, descontração, criação, onde dialogam permanentemente diferentes e diferenças e onde muito da nossa música é (e foi) gestada, aliando-se quitutes harmônicos de sons e sabores, regados pela cervejinha “estupidamente gelada”, a um bom “papo amigo.”

Palavras chaves: Espaços pluriculturais, alma da cidade, bares e botequins.

A força do botequim – como a da praia, outra peculiaridade desta leal e heróica capital – está no seu espírito democrático. Ele acolhe sem distinção, e sempre com afeto, o boêmio inveterado e o empresário entediado, a dama respeitosa e a garota serelepe – a todos o botequim oferece sem questionar a descontração e a magia de sua cultura. Basta chegar e ir sentando, isso quando há onde sentar.²

Falar de bar e botequim é falar de tradição, de descontração, de encontros (e também desencontros). Este trabalho objetiva apresentar o percurso e a teia que se vai tecendo pelas muitas esquinas, nos bares e botequins da cidade do Rio de Janeiro, em especial os localizados na área que chamaremos aqui de grande Tijuca. Esta área engloba os bairros da Tijuca, Vila Isabel, Estácio, Andaraí, Grajaú, Maracanã, Mangueira – berço do samba e de muitos compositores da Música Popular Brasileira. A região é responsável também pelo surgimento de muitos dos movimentos musicais e do lançamento de grandes nomes da nossa música brasileira. O encontro com amigos de bar, após um duro dia de trabalho, a criação de confrarias, a discussão de projetos vieram se tornando, ao longo do tempo, uma prática cotidiana na cidade do Rio de Janeiro.

É Macieira quem declara que “o botequim (e eu acrescentaria o bar) está impregnado de carioquice, carrega a alma desta cidade cosmopolita

e brasileiríssima, materna e mundana, multicultural e singular”³. Pode ser considerado o símbolo do jeito carioca de ser e de viver. Não seria esta uma marca cultural?

Os bares e botequins, caracterizados como verdadeiros espaços de sociabilidade e de musicalidade, tornaram-se, ao longo do tempo, ponto de encontro, centro de decisões, local democrático de diversão, descontração, criação, onde dialogam permanentemente diferentes e diferenças e onde muito da nossa música é (e foi) gestada, aliando-se quitutes harmônicos de sons e sabores, regados pela cervejinha “estupidamente gelada”, a um bom “papo amigo.” Sem dúvida, os bares e botequins são espaços por onde circulam manifestações culturais diferenciadas e onde podemos verificar marcas de identidade cultural regionais.

É bem verdade que nem todos os bares e botequins possuem a mesma alma carioca, os hoje chamados “pés-limpos” se distanciam dessa essência, pela sofisticação e pela clientela difusa que os freqüentam. É quase que um modismo conhecer esses bares modernos. Os mais autênticos são, sem dúvida, os “pés-sujos”, ou seja, os botequins em seu estado natural, onde não há sofisticação na decoração, na acomodação, muito menos nos serviços prestados aos fiéis clientes que, em sua grande maioria, são vizinhos desses bares ou moradores das redondezas.

Esses estabelecimentos, conforme nos fala Mello, têm “o poder de ser muito mais do que um mero estabelecimento comercial, oferecendo em meio à grande densidade urbana do Rio, cantinhos onde nos sentimos tão à vontade, como se estivéssemos em casa”.⁴ São eles verdadeiras extensões de muitos lares, oferecendo todo um clima de informalidade, de descontração, de carioquice.

Martinho da Vila, um desses boêmios inveterados, define botequim como “um templo onde os solitários se sentem acompanhados com seus copos, pensando... pensando... ou padreando com um amigo, ou numa roda de camaradas de copo”.⁵ O encontro, a descontração, a dor de cotovelo, a comemoração, a extensão do lar permeiam o cotidiano dos bares e botequins. As palavras de Goldenberg confirmam esse posicionamento: “e o botequim é um caos, é templo de muitos, é lar de multidões, refúgio dos que têm dor (...)”⁶, o espaço da busca de algo mais no fundo do copo – confissões, soluções, brigas, paixões, descobertas, paqueras, criações, festas.

O vocábulo botequim, segundo o Dicionário Aurélio, deriva da forma diminutiva de botica, uma espécie híbrida de armazém de secos e molhados

e bar, estabelecimento tipicamente português, muito comum no Rio de Janeiro no início do século XX. Nessa época, quando a cidade ensaiava os primeiros passos como centro urbano cosmopolita, esses estabelecimentos proliferavam pelos espaços urbanos da cidade. Hoje eles são bem raros, mas alguns ainda teimam em resistir, desafiando o tempo.

(...) vendiam produtos finos, como nacos de bacalhau e salames importados. Era comum também que servissem vinhos e outras bebidas alcoólicas à clientela, basicamente masculina, que vinha comprar as iguarias no balcão. Tornou-se então um hábito beber com os amigos antes das compras da semana, e esta espécie de ritual foi incorporada à cultura boêmia da cidade.⁷

A maioria dos estabelecimentos, que hoje resistem à modernidade, teve suas origens nessas mercearias, nos antigos cafés e confeitarias que surgiram após o período do Bota Abaixo, no governo Pereira Passos. Anteriormente as ruas eram consideradas lugares de negros, malandros e meretrizes, fazendo com que os referidos estabelecimentos tivessem, à época, projeção tímida e lenta. Não era aconselhável que “as pessoas de bem” circulassem pelas ruas do Rio de Janeiro.

A modernização da cidade no início do século XX, faz surgir a figura do *flâneur*, “incentivando”⁸ à pequena burguesia a tomar as ruas; assim, como diz Chacel, “nasce o espírito do botequim” que, pouco a pouco, vai ganhando corpo até se tornar esse lugar privilegiado de encontros, de criação poética, de se fazer amigos, verdadeiro espaço de sociabilidade.

Mello considera os botequins “achados arqueológicos”. Podem ser vistos, segundo Chavel, “museus vivos da cidade, onde passado e presente conversam.”⁹ Exemplares desses achados podem ser ainda encontrados no centro da cidade; a exemplo podemos citar o *Paladino* na rua Uruguaiana, o *Villarino* na avenida Calógeras.

O encontro com “amigos de bar”, após um duro dia de trabalho, veio se tornando uma prática cotidiana nessa mui heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Atualmente, está presente na “alma” da cidade essa quase necessidade de encontro, somando samba (a alegria), suor (o trabalho) e cerveja (a descontração). É nessa mistura saudável e feliz que muito dos “papos de bar” acabam por servir de inspiração a artistas-compositores, transformando-se em belas criações poéticas e onde

também se confrontam e se encontram diversas manifestações culturais, marcas, muitas vezes, da própria identidade local / regional.

Foi o bar alemão *Adolf*, hoje o famoso e tradicional *Bar Luis*, situado à rua da Carioca, na pessoa de seu proprietário Adolf Rumjaneck, que introduziu, no início do século XX, por uma estratégia de *marketing*, a música nos bares da cidade para fazer frente aos seus concorrentes:

Adolf se viu compelido a criar nova campanha de marketing, desta vez para se destacar da concorrência – o chope berrante – que nada mais era do que a contratação de músicos e cantores de modinha para atrair a freguesia.¹⁰ (grifo nosso)

Possivelmente a expressão chope berrante usada por Adolf foi introduzida para justificar a altura de voz dos cantores para se fazerem ouvir em meio ao burburinho intenso que tomava o salão repleto dos fieis freqüentadores do bar.

Muitas manifestações culturais, em especial, a música passam a se fazer presente nas mesas dos bares. No caso da música, uma caixa de fósforos, um violão, um grupo de amigos (ou não), um balcão ou uma mesa de bar são ingredientes fundamentais para que ela (a música) se faça presente, e as preocupações e as tristezas sejam aplacadas e se comemore / “bebemore” as alegrias. Assim como a música se faz presente nos bares, os bares são matéria-prima privilegiada no cancionário popular. Bar e música formam, portanto, um binômio perfeito para a criação poética. Nasceram um para o outro. Segundo Vieira,

(...) desde que o primeiro português abriu as portas do primeiro botequim na cidade, bar e música, nesta terra de São Sebastião do Rio de Janeiro, são como queijo e goiabada, torresmo e moela, pão e manteiga. Nasceram um para o outro.¹¹

E é tão forte essa combinação étílico-musical que os proprietários não simpáticos à música se vêm obrigados a colocar cartazes nas áreas de circulação do(s) estabelecimento(s): “*É proibido batucar ou cantar nas mesas*”. Hoje muitos cantos e recantos do Rio se inundam de música, de domingo a domingo, colorindo, ainda mais, os tons fortes da cidade.

O cartunista Jaguar, outro boêmio inveterado, em artigo publicado na Revista Argumento, afirma que “bar é melhor do que lar”¹² e, com

seu bom humor de sempre, ensina-nos como deve ser um botequim de verdade: “de preferência razoavelmente limpo. Mas não a ponto de a gente pensar que está bebendo numa enfermaria. Ninguém morre de infecção contraída em bar. E quantos já morreram de infecção hospitalar?”¹³ O posicionamento de Jaguar justifica a sua presença marcante nos muitos bares da cidade. É ele um verdadeiro *flâneur*, andarilho, circulando de bar em bar.

Bar (botequim) e música formam, como já declaramos, um binômio perfeito. Os bairros de Vila Isabel, Estácio e Tijuca, em especial, sempre foram celeiro da boa música e berço de grandes compositores. Só para citarmos alguns: Noel Rosa, Ismael Silva, Aldir Blanc, Gonzaguinha, Ivan Lins, Martinho da Vila, Tim Maia, Luiz Melodia, Moacyr Luz, Erasmo Carlos, dentre tantos outros.

Os bares localizados na região que estamos denominando de grande Tijuca vêm, sem dúvida, ao longo de décadas (a história está aí para comprovar), espaços privilegiados onde muitos movimentos musicais têm surgido, a exemplo podemos citar o MAU (Movimento Artístico Universitário), surgido nos encontros musicais na casa do psiquiatra Aloísio Portocarreiro, rua Jaceguai 27; a Jovem Guarda, com sua origem no Bar do Divino, à rua Haddock Lobo; a revitalização das bandas e dos blocos carnavalescos, com “sede” em bares tijuicanos, etc .

O “bar da dona Maria”, situado à rua Garibaldi, na Muda (Tijuca), não foge à regra. O violão é sempre presença marcante naquele espaço de convivência de tijuicanos (ou não) de muitas paragens. Aldir Blanc, vizinho ilustre do bar, e Moacyr Luz (ex-vizinho), por exemplo, são freqüentadores assíduos. Fazem do bar a extensão do lar. O local é ponto de encontro de trabalhadores, políticos, músicos e intelectuais.¹⁴ No período pré-carnavalesco o bar passa a ser sede do já tradicional bloco *Não muda nem sai de cima*.

Segundo a *História dos bairros*, em volume que trata da Tijuca, o “bar da dona Maria”, assim chamado carinhosamente por seus freqüentadores para enfatizar a presença marcante de sua proprietária, a portuguesa dona Maria do Rosário, que continua à frente da administração do bar, apesar dos seus quase oitenta e cinco anos. O nome oficial do bar é *Café e Bar Brotinho*, mas este é apenas um título na parede.

(...) O Café e Bar Brotinho é uma referência do samba carioca. E por isso mesmo acabou se tornando uma síntese do que é

ser Tijucano. A alma do pequeno estabelecimento é tangível. A alegria sábia no rosto da senhora portuguesa, que comanda tudo de trás do balcão, convence o freqüentador de que ela está realmente numa embaixada segura de sua casa, requisito primaz de um boteco. Os velhos retratos de times e sambistas espalhados pelas paredes surradas pelos [mais de] sessenta anos de funcionamento, fazem também do bar um templo para a tranqüilidade e a meditação dos sempre bem-vindos, famosos ou não, fregueses”.¹⁵

Na expressão “templo para a tranqüilidade e meditação” fica enfatizada, mais uma vez, a máxima de que bar e lar, para a turma boêmia, são indissociáveis. Também para dona Maria, o bar “é a embaixada segura de sua casa”, portanto lar e bar se confundem no seu cotidiano.

Não foi por acaso que a Prefeitura do Rio de Janeiro escolheu a Tijuca, justamente nas proximidades do “bar da dona Maria”, para instalar o *Centro de Referência da Música Carioca*¹⁶, em um antigo casarão, em estilo eclético, construído em 1939, que ainda preserva muito de sua beleza original e que hoje abriga a memória da música carioca, além de ter se tornado local de encontro de músicos e de lançamento de novos nomes da música carioca.

Os bares e botequins, para os “boêmios de plantão”, funcionam, como já declaramos, quase que como uma extensão do lar. O poeta-compositor¹⁷ Adir Blanc, também grande freqüentador dos bares cariocas, declarou em uma de suas crônicas publicada no *Jornal do Brasil* que

É no buteco da esquina que arquitetamos nossos projetos mais sublimes, nossos sonhos mais elevados – os mesmos que desmoronam assim que enfiamos a chave na fechadura do que se convencionou chamar de residência. Tudo bem. O lar é meu segundo bar¹⁸. (grifo nosso)

A declaração de Blanc dialoga perfeitamente com os versos do poemacção *Último desejo*, de Noel Rosa:

Às pessoas que eu detesto
Diga sempre que eu não presto
Que meu lar é o botequim

Que eu arruinei sua vida
Que eu não mereço a comida
Que você pagou pra mim¹⁹

Como podemos verificar, tanto Noel Rosa, quanto Aldir Blanc, quanto Jaguar misturam lar e bar como espaços de intenso convívio, não havendo limites que determinam o espaço das suas ações. Para eles, do lar para o bar o trânsito é livre e intenso, criando, assim, uma cenografia, onde lar e bar são “ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra” (MAINGUENEAU, 2001).²⁰

Além de Aldir Blanc e Noel Rosa, outros poetas-compositores fizeram do bar tema quase que obrigatório na descrição do cotidiano carioca. São muitas as composições que privilegiam esse espaço tão carioca de ser e de viver.

Os frequentadores dos bares formam uma verdadeira comunidade boêmia, na medida em que suas crenças e convicções são partilhadas nas mesas dos bares.

Luiz Gonzaga, na composição *Mesa de bar*, declara que

(...) mesa de bar é onde se toma um porre de liberdade com-
panheiros em pleno exercício de democracia²¹

Território livre para se pensar, para se viver, para se fazer amigos, para se criar. É esse “porre de liberdade” tão bem colocado pelo compositor.

Esse território livre é confirmado por Aldir Blanc, na composição, em parceria com João Bosco, intitulada *De frente pro crime*, onde faz uma verdadeira crônica do cotidiano

O bar mais perto depressa lotou
Malandro junto com trabalhador
Um homem subiu na mesa do bar
E fez discurso pra vereador.

Nos versos “malandro junto com trabalhador” e “fez discurso pra vereador” fica evidenciado esse espaço democrático anunciado por Luiz Gonzaga. Os versos seguintes apresentam esse espaço de todos e onde tudo pode acontecer:

Veio o camelô vender
Anel, cordão, perfume barato
Baiana pra fazer pastel
E um bom churrasco de gato
Quatro horas da manhã
Baixou o santo na porta-bandeira
E a moçada resolveu parar
E então...
Tá lá o corpo estendido no chão²²

É Gonzaguinha quem nos oferece o espaço da descontração, da alegria do encontro, nos versos de seu poema-canção *E vamos à luta*

Aquele que sai do trabalho
Entra num botequim
Pede uma cervinha gelada
E agita na mesa uma batucada²³

Chico Buarque nos chega para dialogar com Gonzaguinha; em *Com açúcar, com afeto* ratifica da descontração, do “divã” para sufocar tristezas e comemorar alegrias

No caminho da oficina
Há um bar em cada esquina
Pra você comemorar
Sei lá o quê...

E continua falando da alegria do encontro, do fazer novos amigos, do prazer do cantar e do encantar

Sei que alguém vai sentar junto
Você vai puxar assunto
Discutindo futebol
(...)
Na caixinha um novo amigo
Vai bater um samba antigo
Pra você lembrar
Sei lá o quê...²⁴

A intimidade, a relação lar e bar ficam enfatizadas nos versos de Noel Rosa em *Conversa de botequim*, onde o bar é considerado o escritório

E ordene ao seu Osório
Que me mande um guarda-chuva
Aqui pro nosso escritório
Seu garçom me empresta algum dinheiro
Que eu deixei o meu com o bicheiro²⁵

Finalizando, Carlinhos e Franco convidam-nos a “tomar um porre” de felicidade, bebendo a vida de bar em bar.

Hoje eu vou tomar um porre, não me socorre que eu tô feliz
Nessa eu vou de bar em bar beber a vida que eu sempre quis
(...)
Garçom, garçom, bota uma cervá bem gelada aqui na mesa
Que bom, que bom, minha alegria deu um porre na tristeza
(...)²⁶

E é nesta mesma cidade que, em meio a tanta violência, a problemas de todas as ordens, essas “gentes humildes” acordam cedo diariamente para trabalhar e ainda encontram tempo e espaço para, nos bares e botequins, serem samba, suor e cerveja, de domingo a domingo, buscando, como diz Drummond, “a poesia inexplicável da vida”. É justamente essa matéria-prima que nutre nossos poetas-compositores.

NOTAS

- 1 Mestre em História, Professora Assistente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/Assessora da Sub-reitoria de Graduação da UERJ. Rua Pontes Correia, 109, bloco A, ap. 102, Andaraí, Rio de Janeiro. CEP: 20 510-050, Tel. (55-21) 2572-5633, 2587-7750, 9157-4417. E-mail: caleila@uerj.br
- 2 Ricardo Macieira. In. *Rio Botequim: 50 bares e botequins com a alma carioca*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004, texto de abertura.
- 3 Idem
- 4 Paulo Thiago de Mello. *Pé-sujo, o botequim no seu estado mais puro*. In. *Rio Botequim: 50 bares e botequins com a alma carioca*. 6ª Ed., Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004, p. 35.
- 5 Martinho da Vila. *Bar, um lugar sagrado*. (Prefácio). In. Moacyr Luz. *Manual de sobrevivência nos botequins mais vagabundos*. Rio de Janeiro: SenacRio, 2005. p.IV.
- 6 Eduardo Goldenberg. *Meu lar é o botequim: histórias, palpites e feitiço sem fim*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2005. p. 13.
- 7 Paulo Thiago de Mello. *Bar é um achado arqueológico*. In. *O Globo*. Rio de Janeiro, 23/4/2006. p. 27 (Rio).

- 8 Cristina Chacel. *A cidade detrás do balcão*. In. *Rio Botequim: 50 bares e botequins com a alma carioca*. 6ªEd. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004, p. 21.
- 9 Idem.
- 10 Idem.
- 11 Marceu Vieira. *Batuque na mesa*. In. *Rio Botequim: 50 bares e botequins com a alma carioca*. 6ª Ed., Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004, p. 51.
- 12 Jaguar. *Bar é melhor que lar*. In. *Revista Argumento*. Rio de Janeiro: Argumento Ed., nº 11, outubro de 2005, (Boemia). P. 8.
- 13 Álvaro Costa e Silva. *Jaguar, o memorioso*. In. *Avenida Central: o guia de cultura e lazer do Centro e da Lapa*. Rio de Janeiro, Janeiro de 2006, ano 1, nº 12.
- 14 Para saber mais sobre o assunto, indicamos a leitura do artigo de Lená Medeiros de Menezes, intitulado.....
- 15 *Bairros do Rio: Tijuca e Floresta*. Rio de Janeiro: Trainha/Prefeitura do Rio, 2000, p.82.
- 16 Centro de Referência da Música Carioca, rua Conde de Bonfim, esquina com rua Garibaldi, exatamente em frente ao “bar da dona Maria”, *point* de reuniões musicais, ponto de encontro de músicos de renome e de anônimos.
- 17 Estamos chamando de poeta-compositor aqueles poetas que têm seus poemas musicados; da mesma forma que utilizaremos a expressão poema-canção para as poesias musicadas.
- 18 Aldir Blanc. *Rua dos Artistas: diabolô*. In. *Jornal do Brasil – Caderno B*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 2005.p. B5.
- 19 Noel Rosa. *Último desejo*.
- 20 Dominique Maingueneau. *A cena de enunciação*. In. *Análise de textos*
- 21 Luiz Gonzaga. *Mesa de bar*. São Paulo: Universal, 1998.
- 22 Aldir Blanc e João Bosco. *De frente pro crime.....*
- 23 Luiz Gonzaga Júnior. *E vamos à luta!.....*
- 24 Chico Buarque de Holanda. *Com açúcar, com afeto.....*
- 25 Noel Rosa. *Conversa de botequim* Sem dúvida, os bares e botequins são espaços por onde circulam manifestações culturais diferenciadas e onde podemos verificar marcas de identidade cultural regionais.....
- 26 Carlinhos e Franco. *De bar em bar: Didi um poeta*. Samba-enredo do Carnaval de 1991 do GRES União da Ilha do Governador

BIBLIOGRAFIA E FONTES

MACIEIRA, Ricardo. *Rio Botequim: 50 bares e botequins com a alma carioca*. 6ªEd. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.

LUZ, Moacyr. *Manual de sobrevivência nos botequins mais vagabundos*. Rio de Janeiro: SenacRio, 2005.

GOLDENBERG, Eduardo. *Meu lar é o botequim: histórias, palpites e feitiço sem fim*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos literários*. São Paulo, Contexto, 2006.

RIO DE JANEIRO, *O Globo*, 2006-2008.

RIO DE JANEIRO, *Jornal do Brasil*, 2006-2008

RESUMEN:

Los bares y “*botequins*”, caracterizados como verdaderos espacios de sociabilidad y de musicalidad, se convirtieron, a lo largo del tiempo, punto de encuentro, creación, donde dialogan permanentemente diferentes y diferencias y también donde la mayoría de nuestra música fue y todavía es creada, añadiendo “*quitutes*” armónicos, de sonidos y sabores, regados por la cervecita “estúpidamente helada” y la “charla con amigos”

Palabras claves: espacios multiculturales, alma de la ciudad, bares y botequines.

ABSTRACT:

The bars and “*botequins*”, characterized as true spaces of sociality and musicality, were transformed through the years a place where people meet, where there are the creation process and where permanent dialogue occur with the different and their differences. They are also where most of the Brazilian music was and still is created, adding harmonic “*quitutes*” of sounds and flavors, irrigated with beer “stupidly cold” and friends talk.

Keywords: Multicultural spaces, city soul, bars.



Rio de Janeiro: Enfrentamentos cotidianos no alvorecer republicano (1901-1904)

Lená Medeiros de Menezes¹

RESUMO:

A cidade do Rio de Janeiro foi palco permanente de levantes e motins durante o período que se estendeu de da virada do século XX a 1930. Quebra-quebra generalizados e barricadas de rua deram o toque da convulsão social à cidade, demonstrando a existência de um outro lado do progresso: aquele que representava a resposta possível à imposição de um processo civilizatório que alterava dramaticamente o viver da imensa maioria da população.

Palavras chaves: Cotidianidade, cidade do Rio de Janeiro, Repressão.

Durante muito tempo a História ignorou os registros jornalísticos do protesto popular nas ruas como fontes válidas para a construção histórica. Excetuando-se 1904, poucas são as menções aos levantes populares recorrentes que tiveram por cenário a capital brasileira nas primeiras décadas do novecentos.

Essencialmente rebelde e irredenta, a cidade do Rio de Janeiro foi palco permanente de levantes e motins durante o período que se estendeu de da virada do século XX a 1930. Quebra-quebra generalizados e barricadas de rua deram o toque da convulsão social à cidade, demonstrando a existência de um outro lado do progresso: aquele que representava a resposta possível à imposição de um processo civilizatório que alterava dramaticamente o viver da imensa maioria da população.

No processo de construção de uma capital disciplinar, o processo de domesticação popular foi altamente autoritário e repressor, notadamente nos vários e sucessivos períodos de estados de sítio, quando o número de presos ultrapassava em muito a capacidade dos ‘depósitos de presos’², ao mesmo tempo em que a deportação e a expulsão firmavam-se como instrumentos privilegiados de “limpeza urbana”³.

Inspirada no modelo europeu, que consagrava a separação entre lar e trabalho, a ação modernizadora afetou enormemente a paisagem física e social da cidade, sendo gestada e parida apesar do grito de revolta dos

excluídos. Imposto do alto, o processo traduziu-se em um embate permanente entre o contestar e o reprimir.

A medida que o progresso reordenou e especializou os espaços, redesenhando a cidade, os arautos da civilização negavam o passado, voltando as costas às tradições oriundas de Portugal e África. Os costumes e as festas populares, nesse contexto, foram combatidos em prol do progresso e da ciência, sobrevivendo, quando muito, nas áreas periféricas, menos sujeitas à vigilância policial.

O espaço densamente povoado da Cidade Velha, formado por ruas estreitas, entremeado de largos e becos e pontilhado por cortiços, em pouco espaço de tempo cedeu lugar a quarteirões *higiénicos e disciplinados*, cortados por avenidas modernas, largas o suficiente para facilitar a circulação e dificultar as barricadas. Esse projeto atingiu de forma violenta a população pobre que habitava o centro urbano, até então caracterizado pela perfeita conjugação entre os espaços destinados à moradia, ao trabalho e ao lazer. Deslocada para a periferia e para subúrbios cada vez mais longínquos, ela viu os transportes tornarem-se parte integrante de sua vida, razão pela qual eles viriam a se tornar alvos potenciais do ódio popular, quando as tensões explodiam. Ao contrapor o público e o privado como ética e estética espaciais, os novos tempos contemplaram uma nova postura com relação às ruas, sujeitas a uma vigilância policial cada vez mais eficiente e disciplinadora.

‘Vadiar’ nas ruas, parar nas esquinas e bares, morar e trabalhar em espaços indiferenciados foram condutas que marcaram o final do Império, com a “ambição popular [inscrevendo-se] no coração da cidade.”⁴ Foi neste cenário que nasceu o bate-papo nas calçadas e nos bares. Foi também neste cenário que as serenatas cumpriram a função de preencher as noites dos boêmios, encantando aquelas que tinham na janela o elo de ligação entre dois mundos: o lar e a rua.

A chegada dos novos tempos republicanos representou, para a população cidadina, a imposição da vigilância e da disciplina cotidianas, marcando a definição do espaço público como um espaço político ostensivamente policiado e a vida privada como um novo marco, com o lar transformando-se em local de repouso e abrigo, resguardado do olhar vigilante do Estado.⁸ Esse processo de privatização teve na prisão celular seu correspondente penal.⁹ A prostituição, por sua vez, passou a ser tolerada em lugares reservados, ao mesmo tempo em que o recolhimento dos menores abandonados, mendigos, inválidos, alcóoltras

e loucos aos hospitais e asilos da cidade complementava a consagração do privado.¹⁰

Gestão emblemática desses novos tempos, a administração Pereira Passos deu corpo às aspirações civilizatórias das elites. Declarando guerra à desordem e a tudo aquilo que pudesse ser caracterizado como anti-higiênico, Passos adotou estratégias de modernização, higienização, especialização, espacialização e funcionalidade à cidade, merecendo o aplauso de todos aqueles que sonhavam com a construção de uma Paris ou Londres nos trópicos. Todas essas ações representaram profunda intervenção no cotidiano dos segmentos pobres que habitavam o centro urbano, tensionados pelos novos processos vividos.

Não só muitas residências deixaram de existir por conta do *bota-abaixo* que acompanhou a abertura de avenidas, o alinhamento ou prolongamento de ruas centrais e a verdadeira cruzada contra os cortiços, quanto a circulação nas ruas tornou-se sujeita a inúmeras restrições, principalmente na noite. Nesse último aspecto em particular, as apreciações feitas por Perrot com relação a Paris podiam ser perfeitamente aplicadas ao Rio de Janeiro,⁵ onde “as classes populares [também opuseram] uma resistência viva ou surda contra a especialização progressiva e a delimitação de espaços funcionais.”⁶ Expulsas das ruas (e do centro da cidade), elas tenderam a reconquistar esses espaços a cada ato de protesto, com as barricadas transformando-se na forma mais comum de afirmação do direito popular sobre as ruas; forma de protesto político fora dos canais formais, como já o disse Carvalho.⁷

Apreendidos como ‘coisa do Estado’, os frutos mais visíveis da modernização tornaram-se alvos privilegiados da destruição a cada movimento de protesto desencadeado. Arrancar trilhos de bondes e pedras de calçamento; destruir postes telefônicos e de iluminação transformaram-se, assim, em símbolos incontestáveis da resistência popular ao progresso. Definida a exclusão como característica mais marcante e consagrado o processo civilizatório como norte da caminhada, a contestação popular e o embate com a polícia nas ruas fizeram-se fatos permanentes.

Entre 1901 e 1904, aumentos nos preços das passagens ou redefinição de trajetos dos transportes coletivos; alta nos gêneros alimentícios; imposições da Higiene Sanitária; decretos autoritários como o da vacinação obrigatória possibilitaram o rompimento dos limites de tolerância popular, desdobrando-se em inúmeras formas de protestos de rua.

Em todos estes momentos, uma espécie de combustão espontânea aqueceu a cidade, exteriorizando tensões e frustrações acumuladas, que se traduziram em quebra-quebra generalizados. Em última instância, estes atingiam os símbolos mais visíveis do progresso, “meninas dos olhos” das autoridades governamentais, demonstrando que o progresso, ditado do alto, era um inimigo por atacar.

Inúmeros levantes, motins e revoltas pontuaram o dia-a-dia da capital nos quatro primeiros anos do século XX. Cada um desses movimentos teve por resposta imediata ondas repressivas de alcance cada vez mais amplo. Do motim inicialmente indiferenciado, projetou-se, pouco a pouco, a contestação sindical, com a atuação destacada, pacífica ou radical dos anarquistas, dando complexidade nova aos atos de contestação. Para além da ação dos sindicatos, por outro lado, os libertários levaram às ruas seu grito de protesto e de revolução, depositando no *lumpesinato* a esperança de redenção de todos os excluídos.⁸

A constância com que o Estado de sítio foi instituído na capital (por vezes, só na capital) é um dos indícios mais visíveis da situação de caldeirão em ebulição da cidade do Rio de Janeiro, bem como das resistências interpostas ao processo civilizatório, anti-popular por excelência, ironizado por cronistas e críticos do regime republicano de então, dentre os quais Lima Barreto:

Tenho para mim que nossa engraçada República só devia andar em permanente estado de sítio. É o estado que lhe convém e lhe vai às mil maravilhas. A primeira vantagem que tem o estado de sítio é que todos nós nos abstemos de falar em política. Ora, isto é uma grande vantagem para a mentalidade carioca, porquanto o seu Pensamento é por força de sua força encaminhado para outros assuntos (...) pelos bondes, pelas confeitarias, pelos cinemas vê-se que toda a gente se abstém de falar do governo, pró ou contra, tratando de temas mais variados.⁹

Previsto na constituição como ato de exceção, o estado de sítio tornou-se um instrumento permanente no dia-a-dia da cidade, fazendo cair um manto de silêncio sobre os movimentos ocorridos, da mesma forma que foi garantida um manto de impunidade à repressão sem limites.

No ano de 1901, em uma república recém proclamada, o aumento no preço das passagens dos bondes da Companhia São Cristóvão foi o estopim para o aquecimento das tensões. Os conflitos, instalados, espalharam-se pela cidade, a despeito da Companhia envolvida e da Prefeitura terem atendido a algumas das reivindicações populares, visando acalmar os ânimos.

Os conflitos de rua iniciaram-se dois dias depois do aumento das passagens ter sido anunciado (16 de junho). Nesse dia, bondes foram incendiados no centro e bairros da zona norte e alguns carros foram atacados, sendo cinco incendiados. Chamada a intervir, a polícia, “foi recebida a pedradas.”¹⁰

No transcorrer do dia seguinte, novos assaltos aos bondes e novos conflitos entre policiais e populares ocorreram em diferentes pontos da cidade. Várias pedras arrancadas aos calçamentos foram colocadas nos trilhos e postes de iluminação foram derrubados, no intuito de impedir a circulação dos bondes. Novos apedrejamentos foram, também, registrados.

Dois dias depois de iniciados os protestos, deram-se, segundo a imprensa, “fatos desagradáveis”: bondes foram queimados no centro da cidade e conflitos explodiram em algumas ruas centrais. A polícia foi recebida aos gritos de “Viva a Polícia”, ao mesmo tempo em que bondes eram virados, pedras atiradas às tropas e disparos feitos pelos policiais. Tiros e golpes de cassetetes repetiram-se em outras tantas ruas, onde cavalos a galope, “lançados a esmo contra a população” demonstravam a radicalização extrema da repressão que “não poupou mulheres e crianças.”¹¹

Os protestos atingiram ainda a rua do Ouvidor, a mais francesa das ruas cariocas, símbolo da modernidade e espaço privilegiado da moda, com “paralelepípedos [sendo] arrancados da rua e calçadas e tampões de esgotos e bueiros retirados.” O mesmo ocorreu em outras ruas adjacentes e em vários pontos da cidade, tropas a cavalo foram recebidas pela população com rolhas de cortiça sendo atiradas ao chão. Isto, entretanto, não impediu que o povo “fosse atropelado” pela cavalaria em disparada e que tiros fossem “disparados a esmo”, promovendo correrias generalizadas pelas vias centrais, obrigando os estabelecimentos comerciais a cerrar as portas.¹²

Apenas no dia 19, três dias após o início do quebra-quebra, o motim foi debelado pela polícia, deixando para trás o saldo de um morto -

“ferido estupidamente por uma bala atirada a esmo por um policial.”¹³ Vários feridos e muitos presos - dentre os quais alguns estrangeiros acusados de serem “revolucionários destemidos” - foram o saldo dos conflitos. Iniciava-se, então, ainda que discretamente, o discurso que se tornaria permanente: o da desordem como planta exótica importada pelas mãos de agitadores anarquistas profissionais.¹⁴

Menos de um ano depois, em maio de 1902, a apreensão da carne em vários açougues e matadouros da cidade, por imposição da Higiene Pública, levou, novamente, a população às ruas. O povo conflagrado novamente protestou contra as autoridades. Devido à obrigatoriedade da carne passar por testes sanitários, os serviços de Higiene retiraram do mercado o artigo vendido fora das prescrições governamentais, inclusive por preços inferiores à tabela. A “cruzada higienista” foi traduzida pela população como intervenção autoritária, descabida e extremamente anti-popular. Deflagrada a revolta, ela alastrou-se por bairros operários, como Saúde e de Santo Cristo, palco de várias manifestações de rua, algumas delas, assim narradas pelo *Jornal do Brasil* que circulou nos dias 25 e 26 de maio.

Ao perceber que uma carroça iria recolher a carne de um açougue, o povo derrubou-a e queimou-a, completando o ato com vaia aos policiais encarregados da ação.¹⁵ Na rua da Harmonia, um açougue que vendia “carne legalizada” foi invadido no dia seguinte e a carne foi repartida entre os promotores do saque. Na rua da Gamboa, a tropa a cavalo foi recebida com pedras e garrafas atiradas pelos populares.¹⁶ A 27 de maio, a passagem de uma carroça, escoltada por tropa de cavalaria e abarrotada de carne apreendida pela rua da Saúde incentivou o povo a gritar palavras de ordem como “Abaixo o Monopólio!”, “Viva a Matança Livre!” “Toca a Distribuir!” e “Avança!” Dentre tais conclamações, contavam-se comandos mais imediatos de interesses meramente pessoais, demonstrando que uma participação multifacetada permanecia caracterizando estes protestos. Trabalhadores, ligados ou não ao movimento sindical que se estruturava, ex-escravos, desempregados permanentes ou eventuais, vadios de diversos calibres, estudantes, caixeiros e militantes políticos, nacionais e estrangeiros somavam-se em um mesmo grito de protesto.

Em um clima de motim, intensificaram-se os choques entre o povo e a polícia. Combustores de iluminação pública foram apagados e bueiros tiveram suas tampas arrancadas. Os açougues que vendiam a carne legalizada tornaram-se alvos de saques e apedrejamentos. A polícia levou

8 dias para apaziguar a cidade, ainda que reprimindo com violência os manifestantes e efetuando várias prisões.

No ano de 1904, e no mesmo contexto de resistência ao processo civilizatório, explodiu a revolta popular contra a vacinação obrigatória, representando o clímax de todo um processo de insatisfação popular. Para Sevcenko, a Revolta da Vacina constituiu-se “numa das mais pungentes demonstrações de resistência dos grupos populares do país contra a exploração, discriminação e o tratamento espúrio a que eram submetidas pela administração pública “ no alvorecer do período republicano.¹⁷

O decreto de vacinação obrigatória foi a causa imediata de uma revolta que, durante sete dias, atingiu a capital de uma forma generalizada, instituindo uma situação de pânico nas autoridades. Nesse momento crítico, nacionais e estrangeiros deixaram o registro de sua presença na vida política da cidade, como “anti-heróis pobres e anônimos.”¹⁸ A população revoltada virou bondes, apedrejou quartéis e agentes policiais, incendiou veículos e quebrou lampiões. Em resposta, as forças policiais mataram pessoas, invadiram domicílios e prenderam mais de duas centenas de pessoas. Barricadas voltaram a ser erguidas nas ruas, immortalizando Porto Artur (em lembrança da guerra russo-japonesa) como símbolo da resistência popular, sob o comando de um negro apelidado de Prata Negra.

A dimensão desses motins populares pode ser apreendida nas muitas descrições feitas pelo *Jornal do Commercio* entre os dias 12 e 15 de novembro. Com relação ao dia 12, o jornal assim dedicou-se a descrever os conflitos que aconteceram em uma das principais praças da cidade: a Praça Tiradentes:

Crescia o movimento de minuto a minuto, temendo-se acontecimentos graves. Vinha nessa ocasião (...), num carro aberto(...) o Chefe de Polícia. (...) O carro começou a ser apedrejado. Cardoso de Castro [o chefe de polícia], desassombradamente, de pé no veículo, ordenou, num gesto resoluto e enérgico, que o piquete carregasse. Os soldados, de lança em riste, avançaram contra a multidão. (...) Travou-se então uma luta veemente, sibilando balas, cortando os ares pedras e toda a espécie de projetis. (...) O povo reagia ferozmente a tiros e pedradas, fugindo, recuando, avançando de novo, caindo feridos, tobando mortos. Todas as entradas de ruas que desembocavam na praça foram ocupadas pela força. A praça estava sitiada (...)

Após narrar que a multidão fora se refugiar em uma rua próxima (rua da Sacramento), onde casas em ruínas, montes de madeiras e pedras anunciavam o início de uma futura avenida (Avenida Passos), o mesmo jornal descreve o quadro desolador que se evidenciava por toda a cidade, transformada em verdadeiro campo de batalha:

Toda a rua estava cheia de manchas de sangue. Por trás de um montão de paralelepípedos e madeiras um grupo resistia em prodígios de coragem, tornando-se invencível a barreira que encontrava a força no trecho compreendido entre as ruas do Hospício e Marechal Floriano. Os combustores da iluminação pública, as vidraças do Tesouro e de outras casas eram espatifadas a pedradas. Os bondes eram virados, arrebatados e incendiados uns, atravessados outros ao longo da rua para servir de trincheiras. Outros veículos - carroças, tálburis, carros de praça - aumentavam as barricadas. Generalizava-se o tumulto, reproduzindo-se as mesmas cenas em quase todas as ruas centrais, como em vários bairros (...)

Na segunda-feira seguinte, segundo o mesmo jornal, longe de arrefecerem os conflitos, radicalizaram-se os choques entre o povo e as forças policiais:

Todas as ruas centrais apresentavam os aspectos de um campo de batalha, coberta de destroços: postes virados, paralelepípedos revolvidos, restos de bondes quebrados e incendiados, vidros espatifados, latas, madeiras. Os poucos combustores que restavam de pé, iam sendo destruídos. Não trafegava um único veículo em toda a cidade (...)

Em determinadas ruas da cidade, erguiam-se barricadas construídas de “carroças, bondes, colchões, sacos de areia, pedras, trilhos arrancados do solo, postes de iluminação e fios de arame.” Os mortos e os feridos eram “amontoados dentro das casas em ruínas,” da mesma forma, estava cheio o necrotério. Nesse quadro de conflagração geral, a Câmara dos Deputados, o Senado, os Telégrafos, os gasômetros, os bancos, os Correios e a Alfândega permaneciam guardados por contingentes da Marinha. Por todo o lado respirava-se revolta e a sedição. Um dos principais

bairros populares: o bairro da Saúde parecia inexpugnável. Para ele voltavam-se todas as atenções governamentais. Nas barricadas nele erguidas (denominadas de Porto Arthur, em lembrança da guerra russo-japonesa), trincheiras com mais de um metro de altura garantiam a defesa, defendidas por revoltosos em armas e munidos de bombas de dinamite segundo os registros jornalísticos.

Apenas com a decretação do estado de sítio, e com o auxílio das forças militares, puderam as autoridades esmagar a revolta. Como saldo, restou a revogação do decreto de vacinação obrigatória e dezenas de feridos, mortos e presos em profusão, muitos deles condenados à deportação ou à expulsão. O processo de esvaziamento político da capital firmou-se, desde então, como opção estratégica e o medo de um novo 1904 enraizou-se, como pesadelo, no imaginário das elites. A necessidade da promoção de uma “limpeza urbana” na capital, assim foi justificada pelo Dr. Cardoso de Castro, então Chefe de Polícia:

Era preciso limpar a cidade e, como se tratasse de contrventores provavelmente reincidentes, a remessa dos mesmos para um território de fronteira, longe de ser uma violência, estava compreendida entre as faculdades que a própria Constituição concede ao Poder Executivo durante o sítio e, o que é mais, achava-se de perfeita harmonia com o espírito do art. 400 do Código Penal e constituía uma providência salutar, não só para a população como para os próprios vagabundos, os quais desse modo se ofereceu um largo campo, onde o trabalho pela necessidade de subsistência se torna por assim dizer obrigatório.¹⁹

O grande medo de um novo 1904 justificou e orientou uma ação repressiva cada vez mais intensa e competente por parte do Estado. Seu olhar vigilante, cada vez mais, buscou tornara a utopia da disciplina e da ordem em realidade, encaminhando um processo continuado de reformas nas instituições policiais. Apesar dessas ações, entretanto, novos movimentos contestatórios de rua vieram a ser deflagrados, até que a arquitetura oligárquica da Primeira República tivesse fim, com a subida de Getúlio Vargas ao poder.

NOTAS

- 1 Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular de História Contemporânea e Professora do programa de Pós-graduação em História (Mestrado e Doutorado) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Autora de livros e artigos sobre imigração no Rio de Janeiro (destaque para as imigrações portuguesa e francesa), movimentos migratórios e expulsão de estrangeiros, incluindo-se reflexões sobre mulher e gênero.
- 2 A nomenclatura está utilizada de forma não formal. Institucionalmente, o Depósito de Presos foi estabelecido pela Reforma Policial de 1905.
- 3 Havia uma diferença de essência entre deportação e expulsão. Enquanto a primeira voltava-se para os nacionais, remetidos para colônias penais de fronteira, a segunda era aplicada aos estrangeiros, remetidos para seus países de origem. Até 1907, a expulsão, considerada inerente à própria soberania do Estado, não tinha qualquer regulamentação, o que torna impossível precisar-se o total de estrangeiros que foram colocados para fora do país. O processo de expulsão em massa, entretanto, já pode ser registrado por ocasião da Revolta da Armada, quando 73 estrangeiros teriam sido expulsos. Sobre expulsão, ver Lená Medeiros de Menezes. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997.
- 4 A expressão foi tomada a Michelle Perrot. *Os excluídos da História.. Ooperários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p.119.
- 5 Cf. Michelle Perrot. Op. cit.
- 6 Idem. p. 299.
- 7 Cf. José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- 8 Sobre a ação ampla dos anarquistas, ver Lená Medeiros de Menezes. *Os Indesejáveis*. Op. cit. Cap.2.
- 9 Lima Barreto. "Coisas do sítio". In: *Coisas do reino de Jambón*. Sátira e romance. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. p.200.
- 10 *O País*, 16/06/1909.
- 11 Idem, 18/06/1901.
- 12 *Jornal do Brasil*, 20/06/1901.
- 13 *O País*, 17/06/1901.
- 14 Os limites dados à enunciação do discurso prende-se à necessidade de distinguir este período daquele que abrangeu os anos 1917-1921, quando radicalizaram-se não só os discursos contra-revolucionários, quanto a repressão.
- 15 *Jornal do Brasil*, 25/05/1902.
- 16 Idem, 26/05/1902
- 17 Nicolau Sevckenko. *A Revolta da vacina*. Mentis insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 19..... p.10. (Tudo é história, 90).
- 18 Lená Medeiros de Menezes. *Os indesejáveis*. Op. cit. p.271.
- 19 BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório de 1904, apresentado pelo Ministro J.J. Seabra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. Ranexos. Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

AZEVEDO, André Nunes de (org.). *Rio de Janeiro, Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro, UERJ, 2002.

BARRETO, Lima. *Coisas do reino de Jambón*. Sátira e romance. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra nas ruas*. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997 (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa).

CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis*. Desclassificados da Modernidade. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. Operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da vacina*. Mentis insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense. (Tudo é história, 90).

RIO DE JANEIRO, *O País*, 1901-1904.

RIO DE JANEIRO, *Jornal do Brasil*, 1901-1904.

RESUMEN:

La ciudad del Río de Janeiro fue palco permanente de levantes y motines durante el período que se extendió en la virada del siglo XX a los años 1930. Peleas y barricadas de calle dieron el toque de la convulsión social a la ciudad, demostrando la existencia del otro lado del progreso: aquél que representaba la respuesta posible a la imposición de un proceso civilizatorio que alteraba dramáticamente el vivir de la grande mayoría de la población.

Palabras claves: cotidianidad, ciudad del Río de Janeiro, Represión.

ABSTRACT:

The Rio de Janeiro city is stage of permanent uprisings and mutiny during the period that extended through the turn of the XX century and the 1930's. The fight and the barricades in the streets gave a touch of social convulsion to the city, showing the existence of the other side of the progress: the one which represents the possible answer to the imposition of the civilizing process that changed dramatically the living of a huge part of the population.

Keywords: Everyday life; Rio de Janeiro city, Repression.



O Sertão nordestino : entre as práticas médicas e as representações culturais

Maria Luzia Braga Landim*

Tiago Landim D'Avila**

RESUMO

Esta investigação tem a finalidade de refletir sobre a temática dos desafios da Brasilidade, sob a perspectiva da aprendizagem intercultural, como processo transformativo das práticas pessoais e profissionais na área de saúde. Aborda, questões relacionadas à cultura, identidade, bem como as problemáticas relacionadas aos mitos e tradições utilizadas no Nordeste do Brasil, que tornam de certa forma, empecilhos para a aplicação de procedimentos técnicos. A área de Cultura e Saúde tem se desenvolvido como de pesquisa e aplicação, e nota-se que, atualmente, há quase um consenso de focar o processo a partir da interculturalidade. Como ponto de partida, verificamos as alteridades das comunidades estudadas a fim de proceder ao mapeamento das questões por meio da metodologia do estudo de caso, realizado na cidade do Salvador e no Município de Jequié-Bahia. Os objetivos buscam sensibilizar e mobilizar as comunidades acerca das questões relacionadas à saúde, a educação, a cultura, a religião, ao racismo e a discriminação. Os estudos sobre Cultura e Saúde desenvolvidos a partir das análises culturais expressam propostas possíveis e articuladas para a desconstrução de mitos e apresentação de fatos que estabeleçam dimensões de cidadania.

Palavras chaves: Interculturalidade – representações simbólicas e práticas culturais

INTRODUÇÃO

Esta investigação tem a finalidade de refletir sobre a temática dos desafios da Brasilidade sob a perspectiva da aprendizagem intercultural, como processo transformativo das práticas pessoais e profissionais na área de saúde, desmistificadas às tradições culturais.

Analisa as iniciativas pioneiras no século passado, que tinham como enfoque principal a saúde da população. O serviço público, ao anunciar medicamentos para a cura de doenças e produtos dirigidos à saúde, promoveu a informação que desempenhou papel importante na

orientação de hábitos de higiene, assistência médica regular e funcionariam como propagação de conhecimentos preventivos às doenças.

Um discurso claro e acessível expropriou, aos poucos, as subjetividades, os medos e as superstições que alimentaram o imaginário popular nos anos 1930. As questões relacionadas à cultura, identidade, bem como as problemáticas relacionadas à evolução tecnológica e a farmacológica, progrediram consideravelmente. A medicina ficou extremamente cara agravando a situação da baixa renda média individual e o problema tomou proporções de suma gravidade. A rigor parcela insignificante da população tem condição de arcar com o ônus da doença.

O surto industrial do país, a instalação de indústria automobilística, subsidiária de siderurgia e desenvolvimento no setor de energia elétrica, agravou os acontecimentos no setor da assistência social, embora a área da Cultura e Saúde se desenvolva como de pesquisa e aplicação. Atualmente há quase um consenso de focar o processo a partir da interculturalidade.

A preocupação com a saúde coletiva, porém, é assunto bem mais recente. Quando a expectativa de vida aumentou nas últimas décadas no Brasil, entendeu-se que, se fosse dada maior atenção aos problemas de saúde, e à prevenção, grandes benefícios redundariam a favor da sociedade.

A doença e a dor têm sido através dos séculos, companheiras inseparáveis do homem. São atribuídos a deuses os ensinamentos originais sobre a arte de curar e os cultores das ciências da saúde ocuparam sempre, entre todos os povos, lugar de honra. A saúde, considerada como supremo bem da vida, tem papel preponderante para a utilização de propósitos que evitem a catástrofe pela previsão.

Como ponto de partida, apontamos fases de construção do Brasil desde final do século XIX a dimensão cultural da política externa brasileira nos idos de 1930, quando institucionalizam de forma pioneira na América Latina, os instrumentos de ação para uma política cultural internacional.

Os objetivos buscam sensibilizar e entender as questões relacionadas à educação, a cultura, a religião, ao racismo e a discriminação constituindo desta forma, um elemento importante de discussão para um projeto de elaboração de uma política externa autônoma.

Os estudos sobre Cultura e Saúde desenvolvidos a partir de análises históricas e culturais, expressam possibilidades e articulações que encaminhem para o significado social do fato, que a doença representa.

A anulação ou diminuição da produtividade na indústria ultrapassa as próprias finalidades dos propósitos originais no período, criando condições para iniciativas análogas, embora distintas nas metas e estruturação.

A desconstrução de mitos, crenças e hábitos de acordo com as fronteiras regionais, demonstradas em estudos de caso realizados em comunidades nordestinas, trazem à tona, a apresentação de fatos sob a representação dos atores sociais que podem ser e necessitam do estabelecimento das dimensões de cidadania, com a finalidade de construir um caminho viável para a qualidade de vida.

Jodelet (1989) afirma que as representações sociais são formas de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, tendo uma visão prática concorrendo para a produção de conhecimento através de uma realidade de um conjunto social.

O método para o desenvolvimento de estudo de caso, baseado no método socrático, constitui-se numa metodologia participativa voltada à apresentação de situações onde pessoas reais inferem, refletem e propõem sobre um determinado dilema. A condução do método envolve um processo de discussão e avaliação, alternativas para o problema, gerando assim um curso de ação plausível na determinação de objetivos de interação social.

O acesso às fontes orais tem sido utilizado por diversas áreas do conhecimento humano, sociologia, antropologia, história, psicologia, lingüística, literatura, jornalismo, exemplos de áreas que têm utilizado frequentemente os relatos orais em suas produções. Vencidas as primeiras resistências relacionadas, principalmente à crítica positivista e ao subjetivismo inerentes ao método, ao controle, e à forma de validação das pesquisas neste campo, já existem os que defendem a história oral não apenas como técnica de investigação, mas também como método de pesquisa nas ciências sociais, possuidor de um estatuto próprio.

A finalidade da pesquisa não apenas como relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, significa o desenvolvimento de caráter interpretativo, a que se referem os dados obtidos. Para tal, é imprescindível correlacionar a pesquisa ao universo teórico, optando-se por um modelo que sirva de embasamento à interpretação do significado e fatos colhidos ou levantados, a fim de conter as premissas ou pressupostos teóricos sobre os quais o pesquisador fundamentará sua interpretação.

O grupo dos Annales, no período de 1929 a 1969, tinha concepções comuns que foram o resultado de debates travados com historiadores tradicionais – positivistas e historicistas. As idéias diretrizes do grupo apresentadas por Peter Burke, acentuam a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por um problema; história de atividades humanas e não apenas política; colaboração de outras disciplinas como antropologia, arqueologia, geografia, sociologia, psicologia, lingüística.

Esta idéia foi decorrência das infundáveis discussões que Febvre e Bloch mantiveram com o psicólogo social Charles Blondel e o sociólogo Maurice Halbwachs, cujo estudo sobre a estrutura social da memória publicada em 1925, causou profunda impressão em Bloch introduzindo diversos aspectos da vida social nos estudos da história, da vida diária, do povo e das coisas, coisas que a humanidade produz ou consome: alimentos, vestuários, habitação, ferramentas, moedas, cidades.

Halbwachs (1990), atribui que a memória se dá num contexto preciso, já que não é uma atitude individual mas social e num tempo também de natureza social. Sendo o homem um sujeito histórico, recordar é um ato coletivo, que está ligado a um contexto social e a um tempo que engloba uma construção, uma noção historicamente determinada. Ele propõe o tratamento da memória como fenômeno social, consolidado o elo entre a memória individual e a memória coletiva, que é o tema constante, embora nem sempre explícita.

A partir dessa ênfase dada ao estudo do cotidiano, os historiadores franceses mostraram que as fontes da história não estavam mais somente nos documentos oficiais. No Brasil, a fotografia, a caricatura, o depoimento oral, são analisados como elementos auxiliares, e supostamente sem valorização histórica, embora sejam muito utilizados pelos cientistas sociais. “... um sistema de representações de si, isto é, um conjunto de características físicas, psicológicas, morais, jurídicas, sociais e culturais a partir das quais o outro pode defini-la, situá-la ou reconhecê-la”. (Tap:1979)

Desta forma, abordamos a problemática na perspectiva das representações sociais, buscando fundamentação básica em Moscovici (1978) que se apoiou nos fundadores das Ciências Sociais na França, para desenvolver a Teoria das Representações Sociais e teve em Durkheim seu maior ponto de referência inicial.

As representações sociais designam tanto um conjunto de fenômenos quantos estudos psicossociológicos, que emergem da memória.

Nesta pesquisa as alteridades identificadas foram abordadas nas comunidades incluídas, no intuito de proceder ao mapeamento das questões por meio da metodologia do estudo de caso, realizada na cidade do Salvador e no Município de Jequié, Sudoeste da Bahia, no que se refere às questões relacionadas à saúde, a educação, a cultura, a religião, ao racismo e a discriminação, de acordo com a periodicidade estabelecida.

As questões atinentes à história e à contemporaneidade e a questão social brasileira e de suas políticas sociais mostram a persistência ligada às tradições, mitos e costumes que permanecem e dificultam de algum modo a implantação de metas de regulação para a aplicação de condutas aplicativas na saúde.

A QUESTÃO DA DENOMINAÇÃO E CONTEÚDO DA ÁREA: SAÚDE E CULTURA

Estruturado a partir da primeira metade do século XX, o estudo envolve diferentes momentos, a saber: panoramas do Brasil no que se refere às grandes imigrações estrangeiras e as emergências das políticas públicas rumo à industrialização e urbanização, como uma nova transição da segunda metade do século XX.

Discute aspectos relacionados a dois momentos distintos, a visão de tendências futurísticas, e o quadro significativo de desigualdade social existente, inferindo, políticas voltadas sempre para o atendimento das regiões economicamente mais dinâmicas. A postura questionável é demonstrada por meio de contextos regionais, onde se encontram mazelas sociais que ganham destaque quando apontam problemas de infraestrutura urbana.

Segundo Resende (2002), o Brasil passou por importantes mudanças geradas pelo capitalismo. “A saúde, as condições de moradia, saneamento e higiene passaram a ser entendidas como fatores preponderantes para o desenvolvimento e melhoria da produção, após um período em que condições insalubres trouxeram sérios prejuízos ao setor produtivo, tendo levado as autoridades a priorizarem as políticas públicas, principalmente as promotoras de saúde”.

A economia era, até então, caracterizada pela produção destinada a atender o mercado externo e por uma ampla e diversificada produção

de subsistência. O poder político e econômico estava concentrado nas mãos dos grandes proprietários de terras.

A imigração espontânea foi significativa, pois os próprios viajantes se custeavam e eram recepcionados pelo governo brasileiro no porto do Rio de Janeiro para serem conduzidos à Hospedaria da Ilha das Flores, onde receberiam alojamento, alimentação e roupas gratuitamente. Depois o destino era definido habitualmente para o Sul, local que o imperador considerava despovoado, o nordeste não exerceu nenhuma atração, a não ser para os desbravadores que almejavam criar um espaço novo.

Os que vinham subsidiados pelo governo, e recebiam lotes, os mesmos deviam ser pagos no prazo de cinco anos. Muitas vezes essas terras eram muito afastadas das cidades mais próximas, impossibilitando realmente o acesso à vida local ou ainda, o aprendizado da língua portuguesa. Eram imigrantes que durante muitos anos, continuariam falando sua língua materna, cultivando seus hábitos de origem e deixando para as novas gerações traços que entrariam até para o folclore brasileiro.

Vainer e Brito (2001) descrevem a sociedade brasileira como o produto histórico das migrações, do encontro em múltiplos tempos e espaços, de migrantes vindos dos mais diferentes pontos do mundo e do território brasileiro, sendo a troca do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, um fator preponderante na dinamização do fenômeno migratório que então se processava.

Porém, nem todos os imigrantes destinavam-se à lavoura cafeeira, alguns traziam um pequeno capital que serviu de base para a montagem de negócios, embora continuassem mascateando mercadorias, nos lugares que não dispunha de qualquer tipo de estabelecimento comercial.

Observadas as características históricas e geográficas que permeiam a imigração e dizem respeito a este assunto, José Carneiro (1950), em seu livro *Imigração e colonização no Brasil*, relata o montante dos contingentes de imigrantes estrangeiros chegados ao Brasil:

- Os três períodos máximos de imigração: de 1887-1898; 1905-1914-com um pico intermediário em 1901. E 1920-1930.
- A imigração italiana que se inicia com grupos apreciáveis em 1876 e assume a liderança dos contingentes no primeiro dos grandes períodos, perde para a portuguesa e mesmo para a espanhola no segundo período, junto com a qual vai descendo de importância no terceiro período.

- A partir de 1920, e principalmente depois de 1928/1929, o grosso da imigração italiana já não mais se destinava às fazendas e sim aos centros urbanos e às indústrias do Sul e já não eram mais agricultores os que imigravam da Itália.

Na apreciação sob o ponto de vista sociológico, político e econômico, a imigração para o Sul do Brasil constituiu um reforço tal dos pontos de vista econômico, cultural, técnico, força de trabalho e até mesmo capitais que aumentou o desenvolvimento econômico extraordinariamente na Região Sul.

A política estadual de subvenção à imigração de trabalhadores estrangeiros para as lavouras de café foi o ponto de partida para o desenvolvimento dos serviços de saúde no Estado de São Paulo, e as ações difundiram-se por todo o estado, buscando minimizar a ameaça constante das doenças que comprometiam a mão de obra e a produção.

O rápido aumento populacional no Brasil desde o final do século XIX e início do século XX contribuíram para o aparecimento de novas vilas e cidades, provoca também o adensamento populacional nas cidades preexistentes, o que gerou demandas relacionadas à infra-estrutura registrando mudanças ocorridas também nos padrões culturais que sofrem ou travam lutas das quais, mesmo as etnias mais fortes, não conseguem sair incólumes.

Realiza-se um verdadeiro processo de aculturação. E é através de tal processo que se consegue ir elevando, progressivamente, o nível cultural de nossas populações, sempre que as colocamos em contato com padrões culturais mais adiantados.

Os traços, em qualquer época, observados no padrão cultural de uma sociedade e que se diferenciam dos padrões originais das diversas culturas em presença, são os resultantes da aculturação, revelados em novas técnicas agrícolas ou industriais, em novos costumes, hábitos e gostos, no próprio desenvolvimento artístico, construindo novas identidades.

Medir os alcances dos processos de aculturação é sempre difícil. Há, contudo, indícios capazes de traduzir ou de retratar as dificuldades que as diferentes correntes de imigração no Brasil têm apresentado, no sentido da inevitável e mesmo desejável aculturação processarem-se normal e suavemente, sem comprometer os traços característicos essenciais de nosso povo, principalmente seu espírito de coesão nacional.

Indícios que podemos traduzir como reveladores das dificuldades de assimilação, considerando como resultado os processos de uma aculturação natural em que nenhum perigo corra o espírito e unidade nacionais.

O exemplo da Antropologia da Saúde vem ilustrar o que corresponde à aplicação ao estudo do comportamento humano na obtenção e manutenção da saúde a partir de práticas culturais, pois embora trate de uma divisão para fins didáticos, não possui meio de isolar um fato social do seu contexto ou realidade construída pelas sociedades humanas, linguagem e cultura característica.

Para François Laplantine, o autor de *Antropologia da doença*, esta ciência estuda a percepção e resposta de um grupo social à patologia, elabora e analisa modelos etiológicos e terapêuticos. Um modelo é: uma construção teórica, caráter operatório, hipótese e também uma construção metacultural, ou seja, que visa fazer surgir e analisar as formas elementares da doença e da cura - sua estrutura seus invariantes tornando-o comparável a outros sistemas.

Outra contribuição relevante de nossos dias veio de Arthur Kleinman (1986) pois Segundo esse autor, observando-se a trajetória de pacientes e curadores no contexto cultural distingue-se na organização social o sistema cultural de cuidados de saúde (*Health Care System*) correspondendo a estas práticas: a o setor ou medicina popular / familiar, conhecida e praticada por todos.

Assim como a própria antropologia, tais estudos se iniciaram com as descrições etnográficas do século XIX, tendo como descrições, as medicinas tradicionais e medicinas populares entre as proposições teóricas do começo do século XX.

Os principais pólos teóricos, conceitos utilizados e modelos de inteligibilidade, na trajetória da antropologia, desde a sua constituição como disciplina científica, emergiram e desenvolveu-se em condições sócio-históricas específicas. Embora, por vezes aparentemente, se tenham excluído uns aos outros, os modelos teóricos e conceituais constituíram, de fato, abordagens diferentes e complementares da mesma realidade.

Numa ciência plural como a antropologia, a pluralidade de modelos teóricos constitui a pluralidade de perspectivas sobre o social, embora não o social em si mesmo, sujeita, assim, à prova dos processos de invalidação, de que fala Karl Popper. Ao longo da sua trajetória, a antropologia utilizou, sucessiva ou simultaneamente, vários modelos de investigação, uns mais de caráter empírico, outros mais preocupados

com a construção do seu objeto científico, através da percepção consciente imediata, quer dos atores sociais, quer dos observadores do social.

Exemplos podem ser relatados em estudos de caso realizados no Município de Jequié, sudoeste da Bahia, como requisitos da disciplina Antropologia Cultural da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, demonstram que a infecção pode ser causada pela resistência de aceitação de técnicas e procedimentos por pessoas que fazem parte de comunidades religiosas que respeitam e aplicam culturas de curandeirismo adquiridas dos antepassados.

A desmistificação acerca do coto umbilical surge como resolução para diminuir a estatística de mortalidade infantil no Nordeste, uma vez que ainda são utilizados procedimentos tradicionais, totalmente ultrapassados e retrógrados, como a colocação de fumo de corda para a cicatrização do umbigo da criança.

Em pleno século XXI as extrações dentárias também fazem parte e são responsáveis pelas infecções bacterianas, depois de verificados os desafios aos profissionais em proceder ao convencimento de pacientes que ignoram que a borra do café na cavidade da extração, provoca na totalidade dos usuários, problemas graves à saúde.

As infecções causadas por *Pseudomonas aeruginosa* constituem problema de saúde pública. O surgimento de cepas multiresistentes a drogas, é um fenômeno que unem clínicos e a indústria farmacêutica, uma vez que se torna uma das maiores causas de falha no tratamento a infecções hospitalares. A *Pseudomonas aeruginosa* se destaca pelos malefícios causados, custos hospitalares elevados por motivo de reincidência nas infecções, colonização e desenvolvimento de biofilme contaminante em materiais de saúde, e a subsequente invasão por microorganismos em pacientes com extremos de idade, quebrando assim a barreira física ou imunodeficiência.

Os resultados da pesquisa feita no Hospital Roberto Santos na cidade do Salvador, (D'ávila:2007) se mostraram surpreendentes, desde a avaliação da incidência bacteriana em UTIs neonatais, até os setores de comparação, pois ficou confirmada a presença da bactéria como importante agente patogênico, ressaltado o simples procedimento da lavagem das mãos como medida necessária e útil para controlar um surto, depois de verificada a importância e quantidade de atendimentos realizados, direcionando a solução para procedimentos convencionais, que mereçam obediência apenas, as normas de higiene.

Outro exemplo contundente está registrado no artigo Tuberculose, cultura e saúde pública de Buchillet (2000) entre as populações indígenas no Brasil, onde a tuberculose é um fator de morbidade e mortalidade importante. Os dados epidemiológicos disponíveis indicam taxas de incidências altíssimas, superior em muito, àquelas encontradas entre a população branca do país e ressalta a deterioração das condições de vida dos índios em decorrência do contato com os brancos, os problemas de acessibilidade (geográfica, econômica, lingüístico cultural...) aos serviços de saúde, bem como os tratamentos mal conduzidos, o médico não segue as normas técnicas editadas pelos programas nacionais de controle da tuberculose, ou mal seguidas (fraca adesão ao tratamento por parte dos doentes) favorecem a manutenção da endemia tuberculosa entre os índios.

Contrariamente a uma opinião médica freqüentemente emitida que atribui única ou principalmente o fracasso do tratamento à “obstinação”, “desobediência”, “ignorância”, “má vontade”, “fraca motivação”, “superstição”, “irresponsabilidade” ou a outros traços peculiares dos doentes, pesquisas em antropologia da saúde voltadas para os aspectos sócio-culturais mostraram que pacientes voluntária e antagonicamente não observantes constituem exceção e não a regra (Donovan & Blake 1992).

Na maioria das vezes a doença é atribuída à feitiçaria xamânica. Portanto, ela não é considerada contagiosa, já que, na concepção desana, a feitiçaria precisa ser endereçada a uma dada pessoa ou a uma comunidade para surtir efeito. Logicamente, as doenças atribuídas à feitiçaria são intransmissíveis (Buchillet 1997).

A interrupção prematura do tratamento, a tomada irregular dos remédios, ou o uso anárquico dos seus componentes podem propiciar uma recaída, possibilitando, portanto, novas contaminações. Podem também favorecer o desenvolvimento de cepas resistentes aos antibióticos.

Os movimentos sociais na América Latina e as reflexões sobre processos culturais contemporâneos trazem para além da reconstrução histórica questionamentos sobre os diferentes meios encontrados pelo homem para fixar, organizar e estabilizar o que vem a constituir-se a cultura que se encontra dominada antes de tudo pela problemática da identidade, que se enuncia cada vez mais como uma identidade cultural.

CONCLUSÃO

As concepções teóricas e as diversidades culturais existentes atuam diferentemente e mantém entre si, o isolamento. Aventamos a ação

referente à questão da obediência cultural e religiosa que estão talvez se permeando pelas condições de saúde e doença, cuja necessidade atual de conscientização visa, sobretudo, a importância da informação e consequente prevenção.

A relação entre Estado e saúde apresenta dificuldades para a sua conceituação na sua retomada histórica, mostra aspectos para a reflexão desta relação com a consagração da saúde como direito social e dever do Estado pela Constituição Federal.

A revolução verificada no campo das ciências, orientada a partir dos institutos de pesquisa promove a redescoberta dos antigos problemas do interior do país, a partir de comissões que estudam condições de saúde da população rural e urbana. O movimento que uniu vários seguimentos da sociedade empenhados na busca de melhorias para a saúde do povo brasileiro, defendendo a saúde do homem rural como um fator essencial ao desenvolvimento econômico do país.

As contribuições da antropologia à medicina, em estudos específicos sobre a produção em periódicos e congressos científicos nos revelam que no Brasil, centenas de estudos exploram as relações entre saúde, doença e cura na religiosidade popular, nos sistemas etnomédicos indígenas e religiões - medicinas de matriz africana, candomblés e práticas médicas religiosas de afro-descendentes, versam sobre representações do corpo e cuidados corporais, categorias de alimentação, condições de vida da classe trabalhadora, saúde mental e mesmo sobre as práticas médicas alternativas ou complementares.

Um conjunto de contribuições educacionais, científicas e profissionais para promoção e manutenção da saúde, visa a analisar e aprimorar o sistema de regulamentação da saúde no Brasil, considerações estas que deixam claro que fatores de diferentes ordens podem influir no resultado dos esforços preventivos e terapêuticos como a diferenças lingüísticas e sócio-culturais, conhecimento inadequado entre as comunidades, fraca adesão ou abandono do tratamento pelos doentes pela credibilidade nos procedimentos, mitos e tradições perpassados, no que se refere às questões da religião e dos dogmas, como processo acumulativo.

A expectativa de incorporar uma proposta metodológica ao planejamento educacional das instituições, grupos e indivíduos, subsidia uma gestão cidadã que diminua a distância entre a intenção e o gesto, procurando alcançar a melhoria da qualidade de vida da coletividade. No desenvolvimento de uma ação sistemática com princípios de

solidariedade, permite o exercício da cidadania e possibilita que a sociedade também faça parte da construção de um Brasil sem tantas desigualdades sociais.

NOTAS

* Bibliotecária, Professora Assistente de Antropologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

** Bacharel Biomedicina, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública da Bahia.

REFERÊNCIAS

BUCHILLET, D., 2000. Tuberculose, Cultura e Saúde pública. Brasília. Série Antropologia.n. 273, 2000.

BUCHILLET, D., 1997. Tuberculose, busca de assistência médica e observância terapêutica na Amazônia brasileira. França-Flash Saúde, abril-maio-junho, n° 11, pp. 1-9.

CARNEIRO, J. Fernando. Imigração e colonização no Brasil Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil, 1950. Publicação avulsa n.2.

D'AVILA, Tiago Landim. Pseudomonas aeruginosa – Mecanismos de resistência a antimicrobianos. Salvador, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Fundação Bahiana para o desenvolvimento das Ciências. Monografia apresentada ao Curso de Biomedicina, orientada pela Profa. Dra. Hygia Maria Nunes Guerreiro. 2007

DONAVAN, J.L. & Blake D.R., 1992. Patient non-compliance: deviance or reasoned decision-making? Social Science and Medicine, vol. 34, n° 5, pp. 507-513.

DELLA TORRE, M.B.L. O homem e a sociedade: uma introdução à sociologia. 15a ed, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989

ELIADE, Mircea. Imagens e símbolos; Ensaio sobre simbolismo mágico religioso. Tradução de Sônia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

EVANS - PRITCHARD, E.E. Bruxarias, Oráculos e Magia entre os Azande, RJ, Zahar, 1978

HALBWACHS, Maurice. Memória Coletiva e memória histórica. In: a Memória Coletiva. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais. 1990.

IYDA, M. Cem Anos de Saúde Pública: A Cidadania Negada. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

JODELET, Denise. Representations sociales: un domaine en expansion. In: Jodelet, D. Les Representations Sociales. Paris: PUF, 1989.

KLEINMAN, Arthur. Concepts and a Model for the comparison of Medical Systems as Cultural Systems. In: Curren,C e Stacey,M / Concepts of Health, Illness and Disease. A Comparative Perspective, Leomaington 1986.

LANDIM, Maria Luzia Braga. Identidade e Memória.As estratégias de luta pela preservação da identidade dos imigrantes italianos em Jequié-Bahia. UESB: 2000.

LANDIM, Maria Luzia Braga. Entre o Brasil e a Itália: identidades e nacionalidades. Rio de Janeiro: 7letras, 2005.

LAPLANTINE, François. Antropologia da Doença. SP, Martins Fontes, 1991.

MOSCOVICI, Serge. A representacao social da psicanalise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RESENDE, S.C; Heller, L. O saneamento no Brasil: políticas e interfaces. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

VAINER, C. B. e BRITO, F. Migração e migrantes na formação do Brasil contemporâneo IUSSP, Salvador: 2001.

TAP, P. Interpersonalles et gênese de l'identité. In : Homo, Toulouse, Université de Toulouse II, Tomo Xv, fasc.2, p.7-43, 1979.

RESUMEN

Esta investigación tiene como finalidad el reflejo sobre la temática de los retos de la Brasilidad, sobre la perspectiva del aprendizaje intercultural, como procesos transformativos de las prácticas personales y profesionales en el área de la salud. Aborda, las cuestiones relacionadas a la cultura, a la identidad, bien como las problemáticas relacionadas a los mitos y tradiciones utilizadas en el Noreste del Brasil, que se convierten, en obstáculos para la aplicación de los procedimientos técnicos. El área de Cultura y Salud ha se desarrollado como de investigación y aplicación, y se nota que, actualmente, hay un casi consenso de colgar el proceso a partir de la multiculturalidad. Como punto de partida, verificamos las alteridades de las comunidades estudiadas a fin de proceder la cartografía de las cuestiones por medio de la metodología del estudio de caso, realizado en la ciudad de Salvador y del municipio de Jequié (Bahia). Los objetivos buscan concienciar y movilizar las comunidades acerca de las cuestiones relacionadas a la salud, la educación, la cultura, la religión, el racismo y la discriminación. Los estudios sobre Cultura y Salud desarrollados a partir de los análisis culturales expresan propuestas posibles y articuladas para la deconstrucción de los mitos y presentación de los hechos que establezcan dimensiones de ciudadanía.

Palabras claves: Multiculturalidad - representaciones simbólicas y prácticas culturales.

ABSTRACT:

This research aims to reflect on the Brazilianness challenges thematic, from the perspective of intercultural learning, as transformative process of personal and professional practices in healthcare. It approaches issues related to culture, identity and the problems related to the myths and traditions used in Brazil Northeastern, which, somewhat, are converted in obstacles for the technical procedures application. The Cultural and Health area has been developing as an area of investigation and application and, it's noticed that, nowadays, there is almost a consensus of hanging the process from intercultural. As a starting point, we verify the communities' otherness studied in order to carry out the mapping of the issues through the case study methodology, conducted in the Salvador city and in the municipality of Jequié - Bahia. The goals seek to aware and mobilize the communities about the issues related to health, education, culture, religion, racism and discrimination. The area of Culture and Health has developed as the research and application, and note that, currently, there is a consensus to focus on the process from an intercultural approach. The studies about Culture and Health developed from the cultural analysis express the possible and articulated proposals to the deconstruction of myths and presenting facts that establish the dimensions of citizenship.

Keywords: Intercultural – symbolic representation – cultural practices.

Políticas Públicas de Inclusão na Universidade. De quem? Poder, Discurso e Representação

Mônica de Souza Hourí

RESUMO:

A América Latina inventa-se a cada dia, inventando novos questionamentos que demandam novas abordagens capazes entendê-los e atendê-los. Esse é o continente da diversidade, é o continente em cujo cotidiano a contradição é vivenciada e transformada. Em se tratando de educação, entretanto, parece haver uma característica que se repete em todos os países e que então nos iguala, melhor dizendo, no campo da educação reflete-se os incríveis níveis de desigualdades sociais experimentados em todas as outras instâncias da vida social na América Latina.

Palavra chave: Políticas Públicas, Inclusão, Educação

Pensar a América Latina parece ser um exercício de desprendimento das prontas respostas baseadas em teorias européias. A América Latina inventa-se a cada dia, inventando novos questionamentos que demandam novas abordagens capazes entendê-los e atendê-los. Esse é o continente da diversidade, é o continente em cujo cotidiano a contradição é vivenciada e transformada. Em se tratando de educação, entretanto, parece haver uma característica que se repete em todos os países e que então nos iguala, melhor dizendo, no campo da educação reflete-se os incríveis níveis de desigualdades sociais experimentados em todas as outras instâncias da vida social na América Latina. O número de alunos que conseguem concluir a Educação Básica é extremamente baixo e o número dos que alcançam as universidades é ainda menor; aqueles que chegam as universidades e principalmente a determinados cursos de maior prestígio social- tais quais, medicina, direito, engenharia- são visivelmente os filhos das elites locais. Os números lidos e traduzidos em tantas pesquisas nessa área confirmam que a universidade na América Latina tem sido um *locus* de manutenção do *status quo*, de manutenção da estratificação humana erguida em desníveis sociais de proporções abissais.

Nesse sentido, a universidade na América Latina é um elemento bastante interessante como objeto de análise visto que ela possibilita um

estudo histórico que, através de suas lentes, revela em elevado grau as influências dos países centrais em sua formação e encaminhamento histórico, desde sua implementação nos moldes europeus até um contexto mais recente, com a agenda neo-liberal que orientou fortemente as diretrizes assumidas pelas universidades em toda a América Latina a partir dos anos de 1990, tornando-a mais privatizada e ainda mais excludente.

Por outro lado, essa mesma instituição pode auxiliar no sentido de estabelecer um espaço de fomentação de uma nova narrativa histórica que vislumbre e indique caminhos em direção a uma nova configuração social. A universidade, nesse ensaio, é entendida como um dos agentes capazes de colaborar com a equidade social, com a diminuição das enormes desigualdades sociais na América Latina, através da produção de novos saberes que proporcionem sociedades baseadas em valores mais humanos. Todavia, será possível a produção de novos saberes, e de uma universidade capaz de colaborar para a formação e manutenção de uma sociedade equalitária se ela não alterar seu perfil de alunos advindos das elites? Afinal, como a história parece confirmar, as mudanças não costumam ocorrer partindo dos grupos sociais a quem nada interessa mudar, ou seja, à elite social que tem seus confortáveis papéis sociais pré-estabelecidos na sociedade não interessa uma reforma nessa direção. Desta feita, a universidade poderá ser potencializada como elemento transformador quando do ingresso de novos grupos sociais em seu corpo, daqueles grupos historicamente excluídos e a quem interessa pensar uma reconfiguração, uma estrutural resignificação da universidade.

Com a intenção de rever essas distorções históricas alguns governos do nosso continente têm adotado medidas que acreditam ser reparadoras. A presente reflexão, entretanto, ater-se-á ao caso brasileiro e, mais especificamente, a questão do sistema cotas sociais nas universidades. Esse sistema é aqui percebido, destarte, como um instrumento capaz de auxiliar no que se pode chamar de oxigenação no interior da universidade, capaz então de servir como um garantidor do ingresso da camada historicamente excluída das universidades.

Ações de políticas públicas que aceleram, por meio das cotas, a inclusão de alunos de escola pública nas universidades, têm sido campo de calorosos debates e embates. As principais argumentações contrárias a tais políticas dizem respeito ao fato de que desta forma as questões estruturais que geram e mantêm a exclusão não são resolvidas, sendo

tratadas paliativamente, e, além disso, argumentam que essas ações reforçam o sentimento de inferioridade de tal grupo e que não coloca esses alunos na universidade por meios legítimos. Contrário a tais assertivas, existe a perspectiva de que essas ações afirmativas são, por natureza, implementadas com a consciência de que concomitante à elas outras políticas de ordem estruturais sejam postas em prática. Com relação ao sentimento de inferioridade, parece que realmente essa é a lógica do sistema capitalista como lembra a Professora Joana Garcia, da Escola de Serviço Social da UFRJ, “Nas sociedades capitalistas, que premiam o talento, o sucesso, o mérito, ser beneficiário de um programa assistencial é evidência de fracasso, de não ter conseguido suprir as necessidades pelo poder de compra...”. Desta forma não menciona-se que, historicamente, a formação nas escolas públicas, quando comparadas às privadas, tem sofrido processos de profunda contradição, visto que, se por um lado tem se ampliado o número de escolas e de alunos atendidos, por outro as condições das práticas cotidianas nessas escolas como baixos salários dos professores, famílias profundamente atingidas por “faltas” materiais geradas por suas posições marginalizadas nas sociedade, a violência que ganha, principalmente nas grandes cidades, mais jovens a cada dia- não tem garantido qualidade capaz de fazê-los disputar em iguais condições e números por um vaga nas universidades públicas. Conseqüentemente, parece justo pensar que a legitimação tácita da exclusão torna ações afirmativas dessa natureza, implementadas com outras que atuem no sentido da resolução das contradições acima expostas, igualmente legítimas.

Porém, mais uma vez a discussão acima retratada é polarizada entre ser a favor ou contra as cotas. Como já foi mencionado em trecho anterior, esse ensaio parte do princípio de que as cotas podem servir como poderosa ferramenta de inclusão de camadas historicamente excluídas das universidades. No entanto, o que aqui se pretende é questionar um dos muitos aspectos de tais políticas, qual seja: quanto ao texto apresentado pelo governo Lula da Reforma do Ensino Superior- Projeto de Lei 7.200/2006- mais especificamente sobre das Políticas de Democratização do Acesso e de Assistência Estudantil, na Seção V, é possível escutar ali os anseios das tais camadas usualmente excluídas das universidades, especificamente dos alunos das escolas públicas de Ensino Médio? Houve debate e encaminhamento de demandas e propostas sobre tal matéria, mas afinal o quanto de tais demandas foi incorporado

ao texto final, e o quanto foi advinda desse grupo? Foi essa ação de política pública estruturada de forma vertical e de cima para baixo, de maneira impositiva e sem dar o devido espaço de participação aos grupos diretamente atingidos por eles?

O PL 7.200/2006 afirma no Título II, Seção V, que:

“Art. 46. As medidas de democratização do acesso devem considerar as seguintes premissas, sem prejuízo de outras:

I - condições históricas, culturais e educacionais dos diversos segmentos sociais;

II - importância da diversidade social e cultural no ambiente acadêmico; e

III - condições acadêmicas dos estudantes ao ingressarem, face às exigências dos respectivos cursos de graduação.

§ 1º Os programas de ação afirmativa e inclusão social deverão considerar a promoção das condições acadêmicas de estudantes egressos do ensino médio público, especialmente afrodescendentes e indígenas.”

Projeto de Lei 7.200/2006

Esse Projeto de Lei ainda está em tramite, contudo, muitas Universidades Públicas já estão aplicando algumas medidas no sentido da inclusão, seja através de cotas etnoraciais, seja através de reserva para alunos egressos do ensino público, ou ainda de uma combinação de ambos. Em primeiro lugar vale à pena destacar que a adoção e aplicação de tais medidas não têm ocorrido de forma tranqüila, melhor dizendo, elas têm trazido consigo elevado grau de conflitos e de embates que por vezes chega a extrapolar a arena acadêmica, chegando a demonstrações truculentas de desagravo, principalmente no que tange às cotas etnoraciais. Em segundo lugar, caberia uma análise mais aprofundada da efetividade do alcance dessas medidas, não no sentido de desqualificá-las, outro sim, com a intenção de maximizar as condições de realizações de seus objetivos.

A análise proposta justifica-se por três aspectos que de fato podem estar absolutamente conectados, quais sejam um de natureza prática, outro de natureza teórica e o terceiro que entrelaça os outros dois. O primeiro aspecto, de natureza prática, diz respeito à constatação de que, em muitos casos, essas vagas reservadas têm ficado ociosas, em outros

casos o número de evasão é significativo e em muitos outros casos os alunos das escolas públicas desconhecem quase que por completo essas medidas que os beneficiariam. O segundo aspecto, de natureza teórica, fundamenta-se nas visões apresentadas por dois pensadores, quais sejam, Foucault e sua compreensão da dinâmica social do poder, sintetizada na *Microfísica do Poder*, além de sua *Análise do Discurso*, e Serge Moscovici e sua profunda análise sintetizada na *Representação Social*. O terceiro aspecto está relacionado com o entendimento que se próprio Projeto de Lei afirma que se deve levar em consideração “I - condições históricas, culturais e educacionais dos diversos segmentos sociais; II - importância da diversidade social e cultural no ambiente acadêmico; e III - condições acadêmicas dos estudantes ao ingressarem, face às exigências dos respectivos cursos de graduação.” (PL7.200/2006), também deve-se levar em consideração a fala desse grupo, ou seja, o terceiro aspecto considera que se há um potencial de introdução de novos saberes capazes de alterar o perfil da universidade em direção à construção de uma sociedade mais humana, não faria sentido, portanto, não ouvir as demandas, as visões, os saberes construídos, principalmente, pelo grupo em questão, os alunos das escolas públicas brasileiras. É sob as perspectivas aqui explicitadas que se passa, agora, a pensar a questão da inclusão na universidade sob a luz dos dois pensadores e seus conceitos acima citados.

Para Foucault o poder faz parte de todas as relações humanas. Está, portanto, disseminado por toda a sociedade; não há o lugar do poder como, por exemplo, no Estado e em suas instituições. Além disso, o poder traz sempre consigo a resistência: onde há poder há resistência. Entretanto, Foucault não elaborou uma teoria geral do poder que é compreendido por ele como uma prática social e é esse o aspecto que interessa na presente pesquisa, ou seja, a microfísica do poder, o poder praticado, exercido e ao mesmo tempo sofrido e colocado sobre a sociedade de uma maneira geral em suas instituições como em hospitais, cárceres, **escolas**, e outras tantas. Alguns autores afirmam que Foucault não entendia o Estado como aglutinador de poder, de fato não parece que Foucault compreendia o Estado como lugar natural do poder e de onde emana o poder, o que não significa concluir que esse não seja realmente um instrumento aparelhado, inclusive juridicamente, para exercer o poder na tentativa de dominação do corpo social; é que a ele interessou investigar, debruçar-se sobre o que chama de “agentes reais” que podem ser a família, os professores, os alunos, e outros, que acabam

gerando as práticas sociais que muitas vezes são percebidas pelo sistema e por esse apropriadas sempre que pareça vantajoso, como por exemplo, no caso do desejo de excluir a loucura, que percebido pelo sistema passa a ser sustentado por mecanismos globais, uma vez que evidenciase a possibilidade de lucro econômico e utilidade política (FOUCAULT. 1979, pg. 185) Entende-se então, que o poder é exercido em rede “nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação” (FOUCAULT. 1979, p.183) Não convém, desta forma, esquecer ou menosprezar o aspecto da positividade do poder, do seu aspecto produtivo e transformador. Essa visão do poder permite, a partir de sua consciência, que transformações sejam operadas nas relações sociais, partindo do que Foucault chama de “extremidade cada vez menos Jurídicas do poder”, ou ainda, permite que perceba-se que as práticas nas relações de poder entre os sujeitos, que acabam por legitimar as instituições sociais, podem ser pensadas e manifestadas em configurações outras que permitam maior liberdade dos sujeitos, ao mesmo tempo que possibilitem um meio social mais humano.

Com relação à Análise do Discurso proposta por Foucault- assim chamada por ele- pode-se inicialmente partir do seguinte questionamento: o que nos diferencia dos outros seres? É possível que muitas sejam as respostas. Há uma característica, todavia, que nos faz singulares e únicos: a linguagem humana- capaz de perverter, de elaborar, significar, resignificar, dominar e libertar- possibilitando a construção, embora não equiparado a ele, dos discursos. Foucault nos diz que: “Final somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT. 1979, pg. 180). Norman Fairclough- lingüista inglês que elaborou uma teoria que tenta aliar a análise dos discursos dos lingüistas às teorias sociais, percebendo em Foucault fundamental contribuição, afirma que Foucault compreendia Discurso como prática social e explica que:

“Os estudos arqueológicos iniciais de Foucault (particularmente 1972) incluem as duas principais contribuições teóricas sobre o discurso (...). A primeira é a visão constitutiva do discurso, que envolve uma noção de discurso como ativamente constituindo ou construindo a sociedade em várias dimensões: o

discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do “eu”, as relações sociais e as estruturas conceituais. A segunda é uma ênfase na interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição: os textos sempre recorrem a outros textos, e qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações de outras práticas discursivas. Embora o foco de Foucault seja sobre as formações discursivas das ciências humanas, sua percepção é transferida para todos os tipos de discurso”. (FAIRCLOUGH. 2001, pg.64)

Deste modo, parece coerente entender o discurso como forma de análise social. O presente ensaio sugere que o grupo alvo da política de inclusão nas universidades, ou seja, os alunos do Ensino Médio Público sejam ouvidos com o intuito de, baseada nas proposições metodológicas e conceituais de Foucault, entender-se as relações de poder presentes nesse discurso e entender também em que medida essa formação discursiva revela a reprodução da continuação de uma sociedade estratificada de acordo com as posições sociais, ou a consciência da possibilidade de mudança de tal configuração e também, se é possível através da “re-escritura” da tal discurso desvelar-se os anseios genuínos de tal grupo, tendo em vista que esses agentes, com suas necessidades e desejos, sejam o ponto de partida quando da elaboração de políticas públicas efetivas de inclusão e permanência nas universidades. Somando-se a isso, procurar também entender como essa formação discursiva desvela e em que medida apresenta a Representação Social desse grupo, sobre determinadas temáticas, para por fim, investigar as possibilidades de elaborações de políticas públicas mais efetivas.

Dessa feita, o outro conceito presente será o de Representação Social, preconizada por Serge Moscovici, psicólogo social europeu. Porém o próprio Moscovici evitava conceituar formalmente a Representação Social por entender que a procura por exatidão de significado e conceituação havia demonstrado muitas vezes ter um efeito pernicioso e limitador nas ciências humanas. Entretanto, pode-se pensar na Representação Social como uma teoria que procura entender os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva coletiva que, todavia, não perca de vista a individualidade. Ou seja, uma Representação Social pode ser considerada como uma “ciência coletiva”, construída na interação social, a partir da qual ocorre a interpretação e a construção das realidades

sociais. Somos seres coletivos; nossas memórias individuais nos constituem como indivíduos, porém, nossa memória coletiva nos constitui como sociedade e a partir dela incorporamos as transformações e novidades, criando novas representações. Acerca dessas premissas Moscovici diz:

“(...) a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas (...) a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a ‘realidade’ (Moscovici, 2007, p. 55)

É possível depreender uma a prática discursiva que desvela a Representação Social acerca de determinados temas? Ou melhor, qual é a Representação Social constituída por esse grupo social (alunos do Ensino Médio Público) sobre si mesmos e sobre a universidade e em que medida ela reproduz o discurso hegemônico e, portanto, reforça a continuação da não democratização do acesso à universidade, ou pelo contrário, colabora para a mudança de tal quadro?

Entendendo, portanto, que existe uma prática discursiva capaz de auxiliar na compreensão da Representação Social dos alunos de escola pública em suas “ciências coletivas”, em suas “teorias”, e em suas visões sobre seus sentimentos de pertença, de pertencimento ao ambiente universitário, essa análise assume, intrinsecamente, que esse “senso comum” essa “ciência coletiva” deve ser incorporada e utilizada como elemento essencial quando da elaboração de políticas públicas que visem a inclusão desses alunos nas universidades públicas, local do qual estão há muito excluídos

A resposta desejada para a pergunta proposta no título- Políticas Públicas de Inclusão na Universidade. De quem?- fica aqui sugerida: parece essencial que esse grupo seja ouvido, visto, percebido nas suas especificidades para que a partir deles mesmos, e não de alguma interpretação, elaborarem-se políticas de acesso que sejam pensadas para o que emana deles, e não das muitas interpretações de quem são eles.

BIBLIOGRAFIA:

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 18ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal, 2009.

LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brites. *Representação Social e Representações Simbólicas*. Rio de Janeiro (UERJ). Prelo.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização- do pensamento único à consciência universal*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

RESUMEN:

La América Latina se inventa a cada día, inventando nuevas cuestiones que demandan nuevos enfoques capaces de entenderlos y atenderlos. Ese es el continente de la adversidad, es el continente en cuyo cotidiano la contradicción es vivenciada y transformada. En el área de la educación, todavía, parece tener una característica que se repite en todos los países y que entonces nos iguala. Mejor dices, en el campo de la educación se refleja los increíbles niveles de desigualdades sociales experimentados en todas las otras áreas de la vida social en la América Latina.

Palabras claves: Políticas Publicas, Inclusión, Educación.

ABSTRACT:

Latin America makes up itself everyday. It makes up new questions that demand new approaches capable to understand and to attend them. This is the continent of the adversity, it is the continent in which the contradiction is lived and transformed. In the education area, however, it seems to have a characteristic that is repeated in every country, which equals us. Better saying, the education field reflects the incredible level of social difference experimented in all other fields of social life in Latin America.

Keywords: Public Policies, Inclusion, Education.



José Carlos Mariátegui e o Pensamento Social Latino Americano

Philomena Gebran

RESUMO:

A historiografia peruana do início do século XX foi marcada por fortes traços eurocêntricos, de cunho tradicionalista, objetivando sempre a perspectiva dos colonizadores espanhóis e exaltando os princípios ibéricos e europeus, além de um total menosprezo, pelos valores culturais do mundo e do homem andino da Serra e, de tudo que dissesse respeito à sociedade incaica e, conseqüentemente, às resistências e permanências das mesmas, na Serra Peruana, o que só fazia agravar a dicotomia entre Serra e Costa estabelecida desde a época colonial.

Palavras chaves: Pensamento latino americano, Resistências cultural, mundo andino.

O Peru desde o século XIX enfrentou graves problemas, sócio, políticos e econômicos, decorrentes da derrota sofrida pela guerra do Pacífico, considerada pelos peruanos como um dos acontecimentos mais trágicos de sua História, depois da invasão espanhola, porque atingiu os peruanos além de materialmente, também, psicologicamente.

A depressão em todos os níveis, tomou conta do país e os partidos de direita, aproveitando-se da conjuntura, desfavorável ou favorável para eles, tomaram a frente do governo e, elegeram uma sucessão de presidentes reacionários, do famoso Partido Civilista, culminando com a eleição no início do século XX de Augusto Leguia que impôs ao país uma cruel ditadura.

Leguia desencadeou uma repressão sem limites e uma incansável perseguição a esquerda e aos seus intelectuais. Historicamente esse período é assinalado como “Oncenio” dado os onze anos que Augusto Leguia ficou no poder. O “Oncenio” caracterizou-se, portanto, como um dos períodos dos mais autoritários (claro ante de Fujimore) e grande repressão. As conseqüências se fizeram sentir de todas às formas.

A historiografia peruana do início do século XX foi marcada por fortes traços eurocêntricos, de cunho tradicionalista, objetivando sempre

a perspectiva dos colonizadores espanhóis e exaltando os princípios ibéricos e europeus, além de um total menosprezo, pelos valores culturais do mundo e do homem andino da Serra e, de tudo que dissesse respeito à sociedade incaica e, conseqüentemente, às resistências e permanências das mesmas, na Serra Peruana, o que só fazia agravar a dicotomia entre Serra e Costa estabelecida desde a época colonial.

Havia, por parte dos historiadores, um desprezo por tudo que lembrasse o mundo incaico suas etnias e o mundo andino, que “malgré tout”, lá permanecia apesar de toda a má vontade dos colonizadores e capitalistas tradicionalistas. Os incas continuavam e continuam resistindo e mantendo seus valores, sua cultura e suas comunidades organizadas até os dias atuais.

Foi com Mariátegui que a historiografia, na década de vinte, deu um salto qualitativo. Mesmo não sendo historiador, mas sendo um intelectual preocupado com a História de seu país dedicou-se a aprofundar seus conhecimentos históricos e sociais; escreveu muito sobre o Peru e sobre tudo que dissesse respeito à história e cultura dos nativos andinos de seu país.

Mariátegui foi um pouco de tudo, historiador, sociólogo, jornalista, poeta, etc. Mas, gostava mesmo de se definir como auto – didata e nunca pretendeu fazer parte do mundo acadêmico, como escreveu em uma carta a um amigo e editor argentino explicando porque sua produção não estava satisfatória, pois, sua grave doença em 1924 e a perda de sua perna o teria tornado muito frágil.

“... teria certamente me curado por completo dos meus males, com uma existência repousada, no entanto, nem minha pobreza nem minha inquietação intelectual permitiram isso, portanto sempre trabalhei arduamente, mas, sem nunca decidir-me a perder meu caráter extra universitário e, talvez, até anti-universitário”¹

Dedicava-se, sobretudo a estudar, o que os peruanos chamam de “a história profunda do Peru.”² Era também, um incansável pesquisador e todo seu tempo era dedicado a pesquisa e publicação de seus artigos para as mais diferentes Revistas e jornais do Peru e da América Latina; fazia parte de suas aspirações a criação de uma Revista onde fosse possível publicar tudo que os jornais e revistas da época censuravam.

Para tal empreendimento convidou alguns intelectuais, que comungavam com suas idéias e passou a promover reuniões em sua casa, para discutir com todos, porque a revolução que almejava para o país seria aquela de romperia as barreiras geográficas, pois sua luta seria a luta ideológica que se dá nos corações e mentes, como também, nos corpos dos revolucionários que lutam com palavras e idéias, e não necessariamente, com armas bélicas.

Desse grupo, faziam parte nomes importantes da época, como Luis Valcárcel, Uriel García, Casimiro Rado, Roberto de La Torre, Dora Mayer de Zulén, Manuel Quiroga, Julio Tello, César Vallejo, José Sabogal, Enrique López Albuja, e muitos mais, incluindo Víctor Haya de la Torre, com quem romperia por diferenças e desencontros teóricos políticos.

A idéia de Mariátegui ao reunir esse grupo, era de juntar suas forças afim de organizarem movimentos, sociais e criarem uma Revista Livre para seus debates, e para aprofundar as discussões sobre os problemas peruanos e, principalmente, para expor suas novas idéias sobre os nativos andinos, e sua importância para a revolução.

Como Mariátegui morava na Rua Washington, onde se realizavam as reuniões o grupo ficou conhecido como o Grupo da Rua Washington; tratava-se de um grupo bastante fechado, pois ele não admitia, ninguém que não fosse de esquerda ou socialista.

Quando a Revista foi publicada escreveu em seu primeiro editorial:

“... Há alguns anos, esta revista teria sido uma voz um tanto pessoal. Agora é a voz de um movimento e de uma geração: Não é demais declarar que Amauta não é uma tribuna livre, aberta a todas as direções. Não fazemos nenhuma concessão à tolerância das idéias boas e idéias más. O mesmo posso dizer desta revista que rechaça tudo que é contrário a sua ideologia assim como tudo que na tenha ideologia alguma.”

Continuando no mesmo Editorial que seria o mais longo da vida da revista da Revista explica porque o título “quéchua” da revista:

“... o título AMAUTA, não traduz senão nossa adesão a cultura Inca e ao Incaísmo. Amauta adquire aqui uma nova acepção: a recriação incaica” Essa Revista vinculará os homens novos do Peru com outros povos da América e em seguida com outros

povos do mundo... nada mais direi. Haverá que ser muito pouco perspicaz para não se dar conta que nesse momento nasce no Peru uma revista histórica.”³

Seu objeto de inspiração foi, sem dúvida nenhuma, e por ele reconhecido como tal, um importante intelectual do século XIX, Gonzáles Prada; muito mal compreendido em seu tempo por ser considerado, por muitos, um anarquista, um extremista radical, por defender as mesmas causas incaicas que Mariátegui viria a defender, talvez com mais paixão e, por que não dizer, com o mesmo radicalismo de Prada expressos em “Páginas Libres” y Horas de Lucha,” inúmeras vezes citado por Mariátegui em seus artigos, livros e muitas vezes em Amauta.

Apenas lamentava que Gonzáles Prada tivesse sido, em sua época, uma voz isolada na defesa das culturas andinas, e que seus trabalhos, apesar do caráter inovador e das críticas que continham não tivessem o reconhecimento e a repercussão que mereciam; por isso tentava recuperar o valor de Prada reproduzindo em Amauta vários de seus artigos e difundindo suas idéias que muito se assemelhavam as suas.

José Carlos Mariátegui foi um dos intelectuais mais brilhantes, mais ativos, mais coerentes e mais polêmicos do seu tempo. Foi o primeiro a formular uma teoria marxista e/ou socialista própria, direcionada não só ao Peru, mas a toda a América Latina e, não seria exagero dizer com ressonância internacional.

Pois em sua estada na Europa, mais particularmente na Itália, tinha feito contato com Benedetto Croce e o círculo de amigos de seu sogro, entre os quais encontravam-se Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti, Giovanni Papine Marinetti, Goberti e outros intelectuais que muito o impressionaram, como cita em seu primeiro livro “La Escena Contemporânea” publicado pela Editora Minerva, Lima 1924.

Definia - se ele próprio como um “marxista convicto” tanto na teoria como na prática como fazia questão de afirmar. Porém, compreendia o marxismo não como um dogma, mas como um corpo teórico metodológico capaz de lhe oferecer o instrumental necessário para o entendimento da realidade concreta de se país.

Partindo dessa premissa, elaborou sua proposta metodológica, considerando o materialismo histórico como o único método capaz de desvendar o processo histórico peruano, desde sua formação, sócio-econômico incaica, seu desenvolvimento histórico, “único no mundo”,

até a sua época; sua intenção era de melhor apreender a totalidade da sociedade andina, de onde deveria partir a revolução social que libertaria o Peru da subordinação colonial e imperialista.

A problemática das comunidades andinas colocava-se para Mariátegui como a base para a revolução socialista no Peru; para ele a luta pela libertação peruana, quando poderia ser implantado no país o socialismo, passaria necessariamente, pelos nativos andinos e, não pelo operariado. Porque, no Peru os trabalhadores urbanos constituíam-se numa minoria da população, não havendo, portanto uma massa proletária, como havia uma massa nativa.

Seu ideal de revolução tinha como paradigma a Revolução iniciada por Tupac Amaru líder incaico do povo andino, que no século XVIII iniciou a primeira Revolução pela Independência, conclamando as comunidades andinas a lutarem contra o jugo colonial e a libertarem-se da crueldade dos espanhóis.

Para Mariátegui, Tupac Amaru foi, não apenas um líder e herói, mas um mártir da independência do Peru, pois traído pelos companheiros, foi vítima da crueldade, da tortura e da repressão espanhola, tal como seu antepassado, o Inca Tupac Amaru I, que dois séculos antes, fora esquartejado em praça pública, pelo regime colonial, para servir de exemplo, a quantos tentassem movimentos contra os espanhóis.

Mariátegui tinha chegado a conclusão que a Revolução Socialista no Peru, só poderia ser concretizada partindo das populações andinas da Serra. Pressuposto, totalmente inovador, e inaceitável para os membros da esquerda comunista, ele propunha uma Revolução que recuperasse as raízes do verdadeiro socialismo, que entendia estar nas sociedades ágrafas, não só peruanas, com em toda a América Latina.

Enquanto Mariátegui defendia o socialismo para o Peru e América Latina, um dos membros de seu grupo e até então seu admirador, Haya de La Torre na época líder estudantil da Universidad mayor de San Marcos e com grande prestígio entre alunos e professores de esquerda, iniciou um movimento de oposição a ele, afirmando que o socialismo era inviável para a América Latina, pois ela não havia ainda nem tido sua revolução burguesa.

Sendo assim, Haya se afasta do Grupo da Rua de Washington e cria um outro movimento, desenvolvendo a tese do indo americanismo, o qual devera realizar a união política da América Latina mediante um socialismo “neo marxista”. Para Haya a Indo América só chegaria ao

socialismo seguindo todas as etapas essenciais para isso, ou seja, passar pela construção do capitalismo, ter uma burguesia e um proletariado organizado.

O imperialismo, dizia Haya seria uma etapa necessária para a “evolução gradual” do “imperialismo capitalista” ao “capitalismo nacionalista”; só assim, a América estaria preparada para o socialismo. Haya de la Torre pretendia organizar uma ampla frente política de esquerda para defender suas idéias de Indoamérica, incorporando “velhos elementos do caudilhismo.”

Porém, antes que conseguisse seu intento foi perseguido por Leguía e asilado no México, onde criou a Alianza Popular Revolucionária Americana o APRA. Claro sem a inclusão de Mariátegui, o qual se negou a participar de um movimento e/ou partido cujo líder estava ligado com a burguesia financeira do país e contava com adeptos e ideólogos burgueses imperialista em seus quadros. E depois de ter rompido com Haya ele jamais aceitaria suas idéias neo liberais.

Portanto, sua intenção era a de fortalecer e, cada vez mais, conscientizar o Grupo da Rua de Washington fazendo-o compreender que, para que a revolução socialista do século XX se realizasse e tivesse êxito, fazia-se urgente resgatar a cultura incaica, aprofundando o conhecimento da realidade andina.

Neste sentido, procurou conciliar a teoria marxista com sua prática política e, por meio de suas investigações buscou a resposta para suas hipóteses, sobre a vida andina, a evolução econômica, o problema dos nativos, o problema da terra, o problema religioso e até mesmo a educação, a poesia e a literatura, segundo ele, vinham da inspiração da cultura inca.

Com essas idéias inovadoras, para sua época, porque pregava uma prática política revolucionária, com um marxismo heterodoxo, para o Peru afirmando que a revolução socialista em seu país deveria ser totalmente diferenciada do que a recomendada pelas Internacionais Soviéticas, comprou uma briga definitiva com os membros da Conferência Comunista que se realizava em Buenos Aires em junho de 1929, ao afirmar em um documento:

“... para nós o marxismo não é uma bíblia, mas um instrumento de análise da realidade; uma espécie de gramática, uma maneira de interrogar a realidade, mais que um conjunto de definições e preceitos”.⁴

Os participantes da Conferência discordaram severamente do documento apresentado, ou melhor, enviado por Mariátegui que por motivos de saúde não pode comparecer, pessoalmente a Conferência, enviando apenas seus representantes que foram tratados, pelos membros da Conferência, com extrema hostilidade, por serem os representantes de Mariátegui e porque este havia se desligado do partido comunista e criado um “Núcleo Central do Partido Socialista”; desobedecendo a Internacional comunista, quando esta havia recomendado e deliberado que deveria ser criado, não um partido socialista, mas o Partido Comunista Peruano, de operários organizados e não de uma população nativa desorganizada e despolitizada.

Mariátegui que atribuiu esse comportamento dos membros da Conferência ao total desconhecimento que os mesmos tinham sobre a realidade peruana, pois segundo ele, os nativos estavam organizados e prontos para as mudanças da modernidade desde a época da Colônia.

O que, realmente, o incomodou foram as críticas e a rejeição ostensiva de seu livro “Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana” feitas, pelos integrantes da Comissão que não fizeram uma crítica séria de um dos livros mais importantes e mais completos e mais abrangentes produzidos no início do século XX.

Sete ensaios trata não só, das questões econômicas, como trata do grande problema naquele momento; “questão de terra, do nativo andino, do regionalismo, da relação Serra e Costa, etc., mas, para atingir Mariátegui o interpretaram, levemente, como obra de um “intelectual pequeno burguês “mais interessado nas questões poéticas e culturais do que nas questões econômicas” do Peru.

Ele, porém, não respondeu de imediato á essas críticas, preferindo ignorá-las e continuou desenvolvendo seu trabalho, divulgando-o em *Amauta* e outros periódicos que se iam abrindo para ele, realizando palestras para os alunos e professores de San Marcos que passaram a reconhecê-lo como um intelectual sério e dos mais importantes, daquela época para o Peru. E com a modéstia que lhe era peculiar, no prólogo da primeira edição, responde as críticas que lhe foram para deixar ainda mais clara sua posição escreve:

“Todo este trabalho não é senão uma contribuição à crítica socialista dos problemas e da história do Peru. Não falta quem me supõe um burguês europeizante, alheio aos fatos e às ques-

tões do meu país. Que minha obra se encarregue de justificar-me contra essa barata e interessada conjectura.... Meus julgamentos nutrem-se nos meus ideais, nos meus sentimentos, nas minhas paixões, ou seja, a de contribuir para a construção do socialismo peruano”.⁵

Hoje, como todos sabemos seu livro foi traduzido em várias línguas e reconhecido como um dos mais importantes para o estudo da América Latina.

E para fechar uma frase de José Aricó: .

... “Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana, ...” é o maior esforço teórico realizado na América Latina para introduzir uma crítica socialista aos problemas e a História de uma sociedade concreta determinada.”⁶

NOTAS

- 1 Trecho de uma carta escrita em 1927 a Enrique Espinoza diretor da revista “La Vida Literária”.
- 2 Entende - se por História Profunda, aquela história quase arqueológica; que regride muito no tempo, para explicar a formação sócio econômica e política do país.
- 3 Mariátegui, José Carlos. Primeiro Editorial da Revista Amauta. Lima, 1927.
- 4 Mariátegui, José Carlos. Amauta, Lima janeiro de 1927.
- 5 Mariátegui, José Carlos. Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana. Prólogo. Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1975.
- 6 Aricó, José. História Del Marxismo en América Latina.

RESUMEN:

La historiografía peruana del comienzo del siglo XX fue marcada por fuertes trazos eurocéntricos, de cuño tradicionalista, objetivando siempre la perspectiva de los colonizadores españoles y exaltando los principios ibéricos y europeos, además de un total menosprecio por los valores culturales del mundo y del hombre andino de la Sierra y todo al respeto de la sociedad incaica y, consecuentemente, las resistencias y permanencias de las mismas, en la Sierra Peruana, lo que solo agravaba la dicotomía entre Sierra y Costa establecida desde la época colonial.

Palabras claves: Pensamiento latino americano, resistencias culturales, mundo andino.

ABSTRACT:

The Peruvian history since the beginning of the XX century was marked by strong Eurocentric traces of traditionally seal, always aiming the Spanish settlers' perspectives and exalting the Iberian an Europeans principals. Besides the total underestimate for the world cultural values and the Andean man of the Saw and everything that would relate to the Inca society and, consequently, its resistance and stays in Peruvian Saw which only exacerbated the dichotomy between the Saw and Coast established since colonial times

Keywords: Latin American thought, Cultural resistance, Andean world.



A função cívica da cultura: o Conselho Federal de Cultura e a noção de patrimônio na ditadura civil-militar (1966-1975)

Tatyana de Amaral Maia

RESUMO:

O período da ditadura civil-militar (1964-1985) foi marcado por várias ações institucionais para a organização de políticas culturais que garantissem a democratização da cultura nacional. O objetivo deste artigo é analisar a experiência do Conselho Federal de Cultura, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, investigando a importância da ideia de patrimônio na elaboração das políticas culturais durante o regime ditatorial-militar.

Palavras-chaves: Conselho Federal de Cultura, Patrimônio, Civismo.

O golpe civil-militar de 1964 promoveu uma drástica mudança na relação entre o Estado e a sociedade civil. Aliados de qualquer iniciativa política, os movimentos sociais, há muito organizados, foram sofrendo com as constantes censuras, perseguições e mortes provocadas pelo Estado brasileiro. A sucessão de Atos Institucionais, cujo mais emblemático seria o AI-5, sufocaram os movimentos sociais por reformas de base e substituíram a ideia de cidadania pela de civismo. As liberdades individuais e políticas garantidas pela constituição de 1946 foram suspensas em nome da “segurança nacional”. Ao lado de todo um aparelho repressor e de censura, os governos militares criaram e financiaram importantes setores na construção de imagens ufanistas que se incorporadas ao imaginário social legitimariam a atuação repressora e autoritária de seus governos¹.

O Conselho Federal de Cultura, CFC, foi criado como órgão consultivo, normatizador e de assessoria ao ministro da educação e cultura no final de 1966. O Conselho teve um duplo objetivo: primeiro, a orientação da função política da cultura e do papel estatal no setor; segundo, uma disputa no interior do campo cultural pela definição do conceito de cultura e de identidade nacionais.

A proposta de criação de um Conselho no interior do Ministério dedicado exclusivamente ao setor cultural, com funções similares ao

Conselho Federal de Educação, foi de Josué Montello, que assumiria sua presidência, durante um encontro com presidente Castelo Branco na Academia Brasileira de Letras. Os membros do Conselho foram divididos entre as câmaras de acordo com sua formação e experiência profissional. O Conselho era composto por intelectuais atuantes no aparelho burocrático desde a década de 1930. Os principais membros do CFC neste período foram: Adonias Filho, Afonso Arinos de Mello e Franco, Arthur Cezar Ferreira Reis, Ariano Suassuna, Cassiano Ricardo, Clarival Prado Valladares, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freyre, Gustavo Corção, Hélio Vianna, José Candido de Andrade Muricy, Josué Montello, Manuel Diegues Júnior, Octávio de Faria, Pedro Calmon, Raimundo Moniz de Aragão, Raquel de Queiroz, Raymundo Faoro, Renato Soeiro e Rodrigo de Mello e Franco.

Ao observarmos a configuração deste grupo, destacamos três componentes fundamentais para compreensão das políticas culturais e da noção de patrimônio propostas. A maioria desses intelectuais pertencia aos quadros da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; exerceu cargos de direção das principais instituições culturais do país; participou do Movimento Modernista. Esses fatores influenciaram decisivamente à orientação dada ao Conselho Federal de Cultura, que incorporou o projeto desenvolvido por esses intelectuais desde os anos 1930, com ênfase na noção de patrimônio e na ação centralizadora do Estado.

O objetivo desse artigo é compreender como a noção de patrimônio utilizada pelo CFC foi forjada a partir da associação dos ideais modernistas das décadas anteriores com os discursos políticos sobre o civismo e o desenvolvimento nacional do período. Dessa forma, os projetos orientados por essa intelectualidade desde os anos de 1920 puderam ser efetivados de forma centralizada e correspondia às expectativas do regime ditatorial sobre o papel do setor cultural.

Na cerimônia de instalação do Conselho Federal de Cultura, em 1967, o presidente Marechal Humberto Castelo Branco destacou que a cultura era o setor mais tranqüilo e o que causava menos convulsões sociais, se comparado às inquietações provocadas pelo setor educacional. O ministro Tarso Dutra, por sua vez, ressaltou que a instalação do Conselho Federal de Cultura, CFC, começava a atender a falta de infraestrutura do setor cultural, enfatizando que a política cultural a ser realizada pelo Ministério da Educação e Cultura estaria dentro da

realidade democrática do país, com o objetivo de construir uma nação desenvolvida e harmônica. Assim, caberia ao CFC elaborar políticas associadas ao projeto desenvolvimentista dos governos militares, valorizando na cultura aqueles elementos considerados representativos de uma nação que gloriosa no seu passado construía um futuro majestoso.

Nos períodos autoritários, a cultura adquire um papel central na busca pela legitimidade que, no caso brasileiro, agregou idéias em torno da identidade cultural como lócus do civismo. A ação estatal na cultura, nesses momentos, ocorreu, por um lado, através da repressão e da censura e, por outro, com maciços investimentos financeiros e políticos na produção cultural.² A criação de diversos setores na burocracia dedicados à cultura nacional, à propaganda e à educação demonstra como a construção de discursos legitimadores é imprescindível para a manutenção dos projetos autoritários. Neste caso, prevalecem os discursos nacionalistas e otimistas que valorizam o passado heróico e indicam um futuro vitorioso através de um Estado centralizador.

A atuação desses setores não foi uníssona, na medida em que eram constituídos por grupos distintos e com funções específicas definidas em lei, mas é possível observar algumas características semelhantes na produção ideológica desses setores. Durante a ditadura civil-militar observamos a criação de diversos órgãos para a elaboração desse material simbólico que serviria como instrumento de coesão social amparado em diretrizes autoritárias e excludentes.

Para exemplificar o papel do Estado no direcionamento das políticas culturais, foi convocada a I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura. O decreto nº.62.256, de 12 de fevereiro de 1968, assinado pelo presidente da República convocou para a I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura, realizada em Brasília entre os dias 22 a 24 de abril de 1968, os membros do Conselho Federal de Cultura, os diretores das instituições nacionais de cultura vinculadas ao Conselho e os representantes dos Conselhos Estaduais de Cultura ou seus similares. Foram convidadas outras autoridades do MEC e dos Ministérios do Planejamento e Relações exteriores, além das comissões de educação e cultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Ao CFC coube coordenar todas as atividades da reunião cujo objetivo central seria o “estudo das questões pertinentes à articulação, coordenação e execução do Plano Nacional de Cultura”.³

A I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura teve a participação de vinte e dois representantes dos Conselhos estaduais, muitos dos quais foram criados sem estrutura ou verba definida, existindo apenas para cumprir a exigência federal e disputar os poucos recursos dados pelo governo federal ao CFC. Os Conselhos estaduais deveriam estar alinhados às diretrizes gerais do Conselho Federal, mas a autonomia de cada conselho foi preservada. Alguns representantes do Conselho Federal participavam dos conselhos estaduais como, por exemplo, o Conselho Estadual de Pernambuco que contava com a presença de Gilberto Freyre (presidente) e Ariano Suassuna.

No discurso de abertura da Reunião, o Ministro Tarso Dutra reforçou a idéia da criação do CFC, pelo já falecido Marechal Castelo Branco, como uma demonstração ao país de uma das funções daquilo que nomeou de “Revolução de 1964”. Segundo o Ministro, “após assegurar o restabelecimento da ordem no país, (a suposta Revolução) incluíra entre os seus superiores objetivos a instituição de um órgão destinado a orientar o governo nas providências fundamentais em favor da cultura.”⁴ O Ministro insistiu no discurso sobre a “vocação democrática do país”, assegurada pela Constituição Federal. É curioso observarmos como o discurso de Tarso Dutra incorpora as linhas de ação propostas pelos intelectuais do CFC, como a valorização dos aspectos regionais; a importância dos Conselhos Estaduais na construção de uma infraestrutura capaz de gerenciar os problemas do setor; e a necessidade de um levantamento dos problemas da cultura em busca de soluções; e principalmente o aspecto centralizador das instituições nacionais de cultura. Essa proximidade entre os discursos do Conselho e do Ministro ressalta a importância do CFC no interior do Ministério. Cabe destacar que Josué Montello, além de criador e presidente do CFC, prestava assessoria ao Ministro; foi diretor do Museu Histórico Nacional, por oito anos, e da Biblioteca Nacional. Montello acreditava no papel de destaque das instituições nacionais que funcionariam como irradiadoras da cultura para as demais instituições, promovendo a sua democratização.

A atuação do Conselho Federal de Cultura também está diretamente relacionada à percepção do papel do Estado no setor cultural. A ingerência estatal na esfera cultural foi intensificada a partir de 1930, através da criação do Ministério da Educação e Saúde e de diversos órgãos de legalização e controle do setor, especialmente, nos períodos autoritários (1937-1945 e 1964-1985). Nestes períodos foram

institucionalizadas diversas áreas da cultura como teatro, livro, folclore, patrimônio artístico, cinema, radiodifusão educativa, além dos setores dedicados à censura. A crescente importância da cultura está relacionada com o processo de centralização do Estado que passa a gerir os conflitos entre os setores sociais e a necessidade dos governos legitimarem seus projetos através de construções simbólicas capazes de agregar os indivíduos em torno do ideal de nação.⁵

Tomamos os discursos dos membros do CFC como integrante do discurso estatal sobre o seu papel e a função da cultura, ainda que em alguns momentos haja uma tensão entre a proposta do CFC e as orientações da cúpula do executivo. Para o Conselho, a intervenção do Estado na cultura era essencial na produção de bens culturais e na preservação do patrimônio. O Estado era o único agente capaz de criar uma infra-estrutura que assegurasse as condições necessárias para a liberdade criadora nas diversas formas de expressão artística. Neste sentido, o Estado não aparece como um censor da produção cultural, ao contrário, ele garante que o setor cultural não sofrerá qualquer pressão que oriente, subordine ou limite sua produção.

“O que pretendemos afirmar e concluir, no entanto, é que somos ainda parte do mundo subdesenvolvido, de que nos esforçamos para sair, e que ainda não é possível prescindir da intervenção do Estado na movimentação da cultura e na criação de uma infra-estrutura capaz de assegurar condições que lhe permitam realizar-se plenamente, liberta de qualquer interferência que lhe perturbe, limite ou discipline a evolução. Nos países novos ou que ainda não lograram uma participação maior nos grandes lances da civilização universal, o papel do Estado é fundamental, o que não significa a contenção da criatividade ou seu condicionamento a formulas e postulados ideológicos, impostos pelo poder público como sucede em algumas nações”.⁶

As funções centrais do CFC foram definidas e hierarquizadas já no documento de sua criação: preservar o patrimônio e elaborar uma política nacional para o setor. É no âmbito do patrimônio que o Estado exerce uma das suas principais ações na cultura e essa definição foi reelaborada pelos ideólogos do Conselho. O conceito de patrimônio cultural, neste momento, além de incluir as obras arquitetônicas incorporava em larga

medida a produção intelectual e também considerava, ainda que pontualmente, a natureza.

“Define-se, pois, a Política Nacional de Cultura como conjunto de diretrizes (...) que visam a conservar o patrimônio cultural – constituído das tradições históricas e dos hábitos e costumes estratificados; das criações artísticas e literárias mais representativas do espírito criador brasileiro; das realizações técnicas e científicas de especial significação para a humanidade; (...) das paisagens mais belas do território pátrio; das idéias (sic.) e dos ideais partilhados pelos brasileiros.”⁷

Essa amplitude dada ao conceito de patrimônio cultural possibilitava que o Conselho promovesse uma ação editorial constante e fundamental na preservação dos escritos dos homens de cultura. O Conselho lançou coleções como “Centenário” que reunia obras completas de consagrados intelectuais; projetos como o do Atlas Cultural do Brasil e da História da Cultura Brasileira; financiou várias publicações de obras já esgotadas, inclusive escritas pelos próprios conselheiros; financiou revistas das academias de letras e institutos históricos mediante convênios; ou seja, atuou fortemente na edição e reedição de obras consideradas chaves no pensamento social e na literatura brasileiras, e que nem sempre eram viáveis no incipiente mercado editorial brasileiro.

O conceito de cultura brasileira proposto pelo Conselho Federal de Cultura está ancorado nas análises antropológicas que destacam o seu “sentido particular” e sua função política é atuar na formulação de identidades.⁸ Neste “sentido particular” a própria cultura de caráter nacional torna-se um patrimônio formado desde o processo de conquista e colonização portuguesa, portanto, definida por aspectos de longa duração e singulares que permitem a distinção do Brasil em relação às demais nações.

“Ora, há, no Brasil, uma cultura, a cultura brasileira, que é a construção que vimos promovendo, nós, o povo brasileiro, no continente-arquipélago que constituímos e nos distingue no cenário mundial. A cultura brasileira, com cerca de quinhentos anos de passado, (...), é patrimônio de que nos podemos orgulhar porque é fruto de nossa constância, de nossa dramática

atividade criadora como sociedade que se afirma desde a luta contra a natureza, rica e muitas vezes difícil, à construção de centros de revolução urbanística dos tempos novos que o mundo vive, como é o caso de Brasília.”⁹

O patrimônio nacional, tal como proposto pelo CFC, incluía as obras artísticas e arquitetônicas de valor histórico, os museus, as bibliotecas, os teatros, as academias de letras e os institutos históricos, as cerimônias cívicas, as grandes obras da literatura, as festas populares, os centros históricos, a produção intelectual e científica. O patrimônio é toda atividade cultural que enfoca a “comemoração do passado legítimo” e os aspectos da verdadeira “essência nacional”. O patrimônio torna-se, então, o representante máximo da nacionalidade. Investir no patrimônio é investir na cultura nacional; afinal, cultura e patrimônio eram indissociáveis, ou melhor, só era cultura aqueles referenciais simbólicos que compunham o patrimônio.

“As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundir-lo – são a base mais secreta da simulação social que nos mantêm juntos (...). A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cidem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio.”¹⁰

Essa visão do patrimônio está relacionada à concepção substancialista da cultura presente nos discursos dos intelectuais tradicionalistas. São esses homens que definiram o “alto valor de certos bens culturais: os centros históricos das grandes cidades, a música clássica, o saber humanístico. Incorporaram também bens populares sob o nome de folclore (...).”¹¹

A questão do patrimônio tornou-se a grande bandeira de atuação do Conselho Federal de Cultura. A cultura brasileira era um patrimônio ameaçado pela falta de infra-estrutura e investimentos. A tarefa principal do Conselho, e que considero vitoriosa, era centralizar as ações no setor cultural, tornando-o uma área de permanente atuação do Estado através de políticas culturais.

“O Conselho Federal de Cultura não fará episódios de cultura, pequenas atuações individuais. Não promoverá a montagem de um único espetáculo teatral.”¹²

Dessa forma, todos os esforços iniciais foram dedicados à criação de uma rotina de cultura com o intuito de produzir uma ação sistemática no setor. Para articular as ações do Ministério e instituir um conjunto de práticas orientadas especificamente para o setor cultural foi criada a Comissão de Legislação e Normas. A Comissão era constituída, com exceção de Gustavo Corção, por membros da Câmara do Patrimônio Histórico e teve um papel decisivo em quase todas as ações do CFC. Os anteprojeto de lei, os convênios, as regras para a distribuição de verbas, o regimento interno, entre outros, eram redigidos pela Comissão. A Comissão era composta por Afonso Arinos de Mello e Franco, Gustavo Corção, Hélio Vianna, Pedro Calmon Moniz Bittencourt e Rodrigo Mello Franco de Andrade. A presença maciça de representantes da Câmara de Patrimônio na constituição da Comissão pode ser analisada a partir de duas sentenças: primeiro, a importância do patrimônio para o Conselho; segundo, a experiência bem sucedida das políticas de preservação do patrimônio instituídas pelo Estado desde a década de 1930 e a continuidade dessa política preservacionista na ditadura civil-militar, agora incorporando a publicação de grandes obras literárias.

“O patrimônio histórico e artístico nacional é a memória de todas as gerações brasileiras que nos cumpre guardar e aproveitar, transferindo-a, sempre mais enriquecida, às novas gerações.”¹³

No interior do Ministério da Educação e Cultura, a instituição cultural melhor aparelhada era o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado por Gustavo Capanema em 1937, sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade. O SPHAN, atualmente, IPHAN, foi o órgão responsável pela definição de uma inédita política de preservação federal. A longa gestão de Rodrigo Mello e Franco é considerada um marco na orientação político-burocrática daquele órgão. Na década de 1930, Rodrigo de Mello e Franco é convidado pelo Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos para ocupar a chefia do gabinete do Ministério. Permaneceu

no cargo até 1967 e contou com a colaboração de Manuel Bandeira, Gilberto Freyre, Afonso Arinos, Arthur Cesar Reis, Renato Soeiro entre outros.¹⁴ Se, por um lado, a presença desses modernistas no interior do MEC privilegiou a adoção de medidas no campo da preservação do patrimônio de “pedra e cal”, tão questionadas a partir de 1980, por outro, evitou que prevalecessem ações de caráter fascistas existentes no Estado Novo.¹⁵ O discípulo de Rodrigo Mello Franco de Andrade, Renato Soeiro substituiu-o no IPHAN e, após 1969, passou a ocupar seu lugar no Conselho Federal de Cultura. Após a Reforma Administrativa do Ministério em 1971, Soeiro torna-se diretor do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), o embrião do Ministério da Cultura.

O IPHAN não foi o único órgão criado na década de 1930 para tentar organizar e ampliar a participação do Estado na esfera cultural, tampouco o único setor da área da cultura que despertou o interesse estatal. Contudo, foi o órgão que respondeu de forma mais eficaz às demandas do executivo.

“(...) o IPHAN, ao preservar o patrimônio histórico e artístico, deveria responder a pelo menos três desafios. Primeiro, ao desafio político de estimular e canalizar a participação social na preservação cultural. Segundo ao desafio ideológico de identificar e forjar um ‘patrimônio cultural brasileiro’ (...). Finalmente, ao desafio administrativo de cunhar e consolidar uma estrutura estatal burocrático-cultural, nacional e eficiente”.¹⁶

Ao longo dos trinta primeiros anos o IPHAN conseguiu consolidar uma estrutura administrativa e uma noção de preservação do patrimônio, apesar dos recursos insuficientes destinados àquela instituição. A gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade foi pautada por discursos nacionalistas de defesa do patrimônio, cujo traço principal é a valorização do passado como elemento singular da identidade cultural brasileira diante das demais nações. O caráter tradicionalista presente na produção discursiva do diretor do IPHAN compõe o cenário autoritário e modernizador projetado pela ditadura varguista.

“Este projeto era implementado por uma nova elite de bases urbanas – em oposição às velhas elites agrárias – que veio a

dirigir o país sob a orientação modernizadora, após a revolução de trinta. Nessa ideologia, assume o primeiro plano o projeto de construção de uma nova nação, através da modernização das estruturas econômicas, político-administrativas e culturais. Esse projeto veio a ser implantado por meio de uma burocracia estatal e centralizada e autoritária, controlada a partir de um pacto entre segmentos das velhas e novas elites.”¹⁷

O IPHAN cristalizou uma concepção de cultura nacional a partir da preservação expressa nas obras arquitetônicas e nos centros históricos. Nesta perspectiva, a modernização só seria consolidada com o conhecimento e o resgate do passado, afinal, era singular a trajetória brasileira que nos garantiria um lugar no espaço das potências civilizadas. Os conceitos de patrimônio e identidade são concebidos como tradutores da essência nacional, sendo integrados aos valores modernos da nacionalidade. Essa visão estabelece laços ambíguos com a modernidade, ao renovar um conjunto de bens e práticas tradicionais que geram o sentimento de pertencimento dos indivíduos a uma nação.

“Muitos propunham a valorização do “tradicional” e do “regional” na construção de uma imagem nacionalista singular do Brasil. Acreditavam que, para identificar ou redescobrir o Brasil, o país teria de retornar aos seus mais autênticos valores nacionais, os quais estavam supostamente fundados no passado, assim como em valores regionais. A arte e a literatura eram instrumentos privilegiados para a definição da brasilidade”.¹⁸

Essa visão do patrimônio como elemento indispensável à civilização e à modernidade, institucionalizada na gestão de Rodrigo Mello e Franco, foi claramente apropriada pelos integrantes do CFC e incorporada às suas práticas. A valorização das tradições como aspecto *suis generis* da cultura só é eficaz quando são elaboradas ações capazes de naturalizá-las. Assim, “o patrimônio só existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus”.¹⁹ Esse aspecto de continuidade ganharia dois novos elementos: o caráter cívico exercido pela cultura e seu papel no desenvolvimento nacional.

Em 1970, foi realizado por iniciativa do Ministro Jarbas Passarinho o primeiro “Encontro Sobre Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional”. A gestão de Jarbas Passarinho foi marcante para o setor cultural no período da ditadura civil-militar. O Encontro, realizado em Brasília, entre 1 e 3 de abril, foi dirigido por Arthur Cezar Ferreira Reis e Pedro Calmon. A revista “Cultura”, nº33, foi inteiramente dedicada ao evento que contou com a participação do Vice-Presidente da República, Almirante Augusto Radmaker, do Ministro Jarbas Passarinho, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Iberê Gilson, do Presidente do CFC, Arthur Cezar Ferreira Reis, do Presidente do IHGB e da Câmara de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Pedro Calmon, do Conselheiro e Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Renato Soeiro, do Arcebispo de Brasília, D. José Newton, além de governadores, em sua maioria militares, representantes dos governos dos estados e outras autoridades.

No discurso inaugural, Jarbas Passarinho ressalta que aquele encontro trataria o patrimônio em suas diversas ramificações, ou seja, “não só o patrimônio artístico, não só o patrimônio histórico, não só o patrimônio cultural, não só o patrimônio natural, mas todo o patrimônio da Nação e da gente brasileira (...)”.²⁰ Para o Ministro, além dos poucos recursos destinados à preservação, o descaso do brasileiro com sua história aliado à falta de civismo impediam o culto aos monumentos, verdadeiros documentos da nação brasileira. Para solucionar o descaso das autoridades públicas e da população que não só ameaçava como já comprometia o patrimônio com perdas irreparáveis, é que aquelas autoridades se encontravam reunidas. O Ministro esperava, com isso, responder aos constantes ataques da imprensa, lembrando que um periódico dominical informara a respeito do patrimônio: “Brasil, um passado sem futuro”.

O diretor do DPHAN, Conselheiro Renato Soeiro, ficou responsável por apresentar aos presentes os pontos centrais do Encontro, lembrando da atuação de Rodrigo Mello e Franco na diretoria daquele órgão.

“Habituaamo-nos a não fazer distinção entre Patrimônio e Rodrigo. As duas imagens para os seus Companheiros de trabalho e amigos se confundem em uma só.”

Dessa forma, a idéia de patrimônio presente naquela reunião seguia as diretrizes cristalizadas pela ação de Rodrigo de Mello e Franco durante os trinta anos em que dirigiu o DPHAN. E o patrimônio brasileiro contava com uma avançada legislação criada a partir de 1937 que seria

completada se o Congresso Nacional votasse o projeto do CFC que previa uma série de controle sobre os usos dos acervos e conjuntos arquitetônicos considerados históricos e a criação de estímulos financeiros destinados à sua preservação. Além de uma legislação adequada às necessidades preservacionistas era fundamental conscientizar a população da importância do patrimônio através da educação. A tarefa caberia às disciplinas “Moral e Cívica”, no ensino básico, e “Problemas Brasileiros”, no ensino superior. O patrimônio cultural do país era considerado indispensável na formação do civismo nacional. Para Soeiro, o desenvolvimento era perfeitamente conciliável com a proteção e valorização do patrimônio.

O período de 1967-1975, onde a atuação desses intelectuais na orientação do setor cultural foi marcante, observamos que várias das ações culturais implementadas no setor já eram produzidas por essa intelectualidade em outros espaços. A criação do calendário cultural, a homenagem aos grandes homens da cultura, o estímulo à publicação dos suplementos literários, à comemoração de centenários, à publicação de obras completas funcionavam como lugares de memória onde a visão otimista do Brasil pode ser forjada. Além disso, a preservação do patrimônio de *pedra e cal* não se limitava à manutenção ou restauração dos prédios considerados monumentos. Buscava-se uma revitalização desses espaços também a partir do seu uso, incentivando nestes locais a instalação de Casas de Cultura, Academias de Letras, Arquivos, Bibliotecas e Museus. Essa estratégia de revitalização pela reforma e pelo uso tinha como objetivo construir uma memória sobre o espaço a ser preservado e dar-lhe uma utilidade que garantisse efetivamente sua monumentalidade.

Os participantes do Encontro assinaram o “Compromisso de Brasília”, redigido por Pedro Calmon e considerado o documento síntese dos trabalhos realizados. O documento ressaltava a necessidade de estados e municípios complementarem a ação federal na proteção dos bens culturais e naturais do país através da criação de órgãos específicos; da elaboração de legislação estadual e municipal para o setor; da ampliação dos recursos orçamentários; da formação de mão-de-obra especializada sob orientação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Arquivo Nacional etc. Além desses itens, outra questão ganharia destaque no documento: o papel do ensino, em todos os níveis, na construção de uma consciência cívica associada ao valor da tradição.

“Sendo o culto do passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídos nos currículos escolares, de níveis primários, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e da cultura popular (...). 12. Recomenda-se a instituição de museus regionais, que documentem a formação histórica, tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição.”²¹

Além desse primeiro encontro, ocorreram outros: o II Encontro entre os governadores para a preservação do Patrimônio Histórico Artístico Arqueológico e Natural Nacional, em Salvador, no final de 1971, quando foi assinado o Compromisso de Salvador, complementando o Compromisso de Brasília; Reunião Conjunta do Conselho Federal de Cultura e dos Conselhos Estaduais de Cultura, em 1971. Os acordos e compromissos assumidos nestes encontros associados ao Plano Nacional de Cultura, elaborado pelo CFC em 1969, produziram as “Diretrizes da Política Nacional de Cultura”, lançadas em 1973. Essas diretrizes tornaram-se norteadoras dos Planos de Ação Cultural implementados pelo DAC, órgão responsável pelas ações executivas do Ministério e que concentrava sob sua órbita as instituições nacionais de cultura. As “Diretrizes” foi o principal documento elaborado pelo Conselho para implementação de uma política setorial planejada exclusivamente para o setor. O documento fixou os três objetivos que deveriam nortear todas as ações do MEC na área da cultura: preservação do patrimônio cultural; incentivo à criatividade; difusão das criações e manifestações culturais. A execução desses objetivos dependia da mobilização de recursos dos governos federal, estadual e municipal. Dessa forma, era incentivada a elaboração de planos de cultura estaduais e municipais para a tomada de consciência cívica necessária a promoção do desenvolvimento.

A idéia de civismo como elemento chave na construção da consciência nacional estava ancorada no resgate do passado. Assim, o passado deveria ser cultuado através do ensino e da cultura. Esse culto era identificado com o patriotismo necessário à construção do imaginário social, ao estabelecimento de laços de solidariedade e à reciprocidade existente entre o Estado e a sociedade civil. Essa geração de intelectuais, identificados

com as matrizes nacionalistas e otimistas ultraconservadoras, desde a década de 1930, promoveu uma releitura do passado capaz de garantir uma trajetória particular ao país. Conforme propõe Angela de Castro Gomes, o passado, ao apontar as especificidades da formação social brasileira, funcionava como um grande orientador das ações políticas. Além disso, segundo Gomes, para essa intelectualidade, o passado atendia a duas proposições: um passado que responde às tradições e está continuamente presente no cotidiano, dado seu caráter atemporal; e um “passado histórico” que destacava os fatos e acontecimentos singulares. A valorização do passado deveria responder a esses dois lugares: aos eventos únicos e ao conjunto de elementos que formavam a sociedade brasileira. Essas duas faces do passado caracterizavam o “espírito de nacionalidade”.²²

O processo de “reinterpretação do passado”, proposto por Angela de Castro Gomes, pode ser associado à noção de “perda do patrimônio”, definida por José Gonçalves. O passado, fruto da simbiose entre as tradições e os eventos singulares, estaria ameaçado pelo descaso com o patrimônio, desfigurando a nação. A “retórica da perda”²³ articulada à necessidade de “recuperação do passado” pressupõe que a identidade brasileira é identificada por elementos concretos e objetivos, procurando numa suposta essência nacional os referenciais que precisam ser reorganizados e resguardados. Dessa forma, a valorização do passado e a denúncia da perda do patrimônio compõem o mesmo cenário: a necessidade de centralização das ações estatais através de um discurso conservador sobre a cultura e a política.

Se para os intelectuais, a elaboração de políticas culturais sistemáticas era fundamental para a definição e preservação do patrimônio e da memória nacional, para os governos militares essa visão conservadora e otimista da cultura poderia fornecer as bases na construção do civismo. Assim, o papel político da cultura seria realçar os elementos que compõe a identidade nacional e demonstrar o papel cívico ao qual todos os brasileiros deveriam estar submetidos. Como neste período, a idéia de civismo sobrepõe-se ao ideal de cidadania, qualquer ação do Estado em defesa da nação se encontra legitimada. No civismo, os direitos políticos, civis e sociais dos cidadãos podem ser restringidos em favor da harmonia social e da segurança nacional.²⁴ O conceito foi habilmente utilizado para redefinir a relação entre o Estado e o cidadão, num período marcado por Atos Institucionais que se feriam os princípios da cidadania estavam perfeitamente ajustados aos princípios do civismo.

NOTAS

- 1 Sobre a relação dos intelectuais com o Estado a partir de 1930 ver: GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. MICELI, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, 1980. 4ª edição. ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense: 1986. PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Golwasser. São Paulo: Ática, 1990
- 2 FALCÃO, José Arruda. “Política Cultura e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”. In: MICELI, Sergio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984 pp.23-39
- 3 Decreto n. 62.256 de 12 de fevereiro de 1968. Publicado no diário oficial de 15 de fevereiro de 1968. In: *Cultura*, ano II, vol. 7, janeiro de 1968. p.67
- 4 Discurso do Ministro da Educação e Cultura, Deputado Tarso Dutra. In: *Cultura*, ano II, vol. 10, abril de 1968. pp.7-9 p.7
- 5 GOMES, Angela Maria de Castro. Op.cit. p.72
- 6 REIS, Arthur Cezar Ferreira. “Discurso de Posse do Prof. Raymundo Moniz de Aragão da presidência do Conselho Federal de Cultura”. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, nº9, Janeiro-março de 1973, pp.11-24 p.13
- 7 CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. “Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura”. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Ano III, n.9, janeiro-março de 1973. Rio de Janeiro: MEC, 1973
- 8 SERRA, Ordep José Trindade. *O simbolismo da cultura*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991
- 9 Idem p.12
- 10 CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2000. p.160
- 11 Idem. p. 161
- 12 MONTELLO, Josué. “Realidade Regional, ponto de partida do Conselho”. Discurso proferido durante visita ao Conselho Estadual da Guanabara. In: *Cultura*, vol.1, n.1. julho de 1967 p.19-22 p.22
- 13 MONTELLO, Josué. “Discurso proferido pelo acadêmico Josué Montello, presidente do Conselho Federal de Cultura, por ocasião de sua instalação.” In: *Cultura*, vol.1, n.1. julho de 1967. pp. 5-8 p.8
- 14 FALCÃO, José Arruda. “Política Cultura e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”. In: MICELI, Sergio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984 pp.23-39
- 15 CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/Paço Imperial, 1993.
- 16 Idem p. 27
- 17 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/IPHAN, 1996 p. 39
- 18 Idem p. 42
- 19 CANCLINI, op.cit. p.160
- 20 Discurso do Ministro Jarbas Passarinho transcrito por Cultura. In: *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano IV, n.33. março, 1970. pp.7-24 p. 8
- 21 CALMON, Pedro. “Compromisso de Brasília”. In: *Cultura*, ano III, vol.34, abril de 1970. pp.111-115 p.113

- 22 GOMES, Angela Maria de Castro. Op.cit. Acreditamos que o processo de “recuperação do passado”, promovido pela ação dos intelectuais no Estado Novo e que foi demonstrado pela historiadora, permaneceu presente nas propostas dos intelectuais da ditadura civil-militar. Dessa forma, há uma continuidade na ação intelectual nesses dois períodos, mas também observamos a inclusão de novos conceitos e propostas para o setor.
- 23 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Op.cit. pp.88-114
- 24 Sobre a noção de cidadania no Brasil ver: CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. 9ª edição; sobre o conceito de civismo, ver: PENNA, Lincoln Abreu. “Civismo”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira et all. (org.). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2000. PP.89-90.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/Paço Imperial, 1993.
- FALCÃO, José Arruda. “Política Cultura e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”. In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984 pp.23-39
- FALCÃO, José Arruda. “Política Cultura e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”. In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984 pp.23-39
- GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/IPHAN, 1996
- MICELI, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, 1980. 4ª edição.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense: 1986.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Golwasser. São Paulo: Ática, 1990
- PENNA, Lincoln Abreu. “Civismo”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira et all. (org.). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2000. pp.89-90
- SERRA, Ordep José Trindade. *O simbolismo da cultura*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991

RESUMEN:

El período de la dictadura civil militar (1964-1985) fue marcado por diversas acciones institucionales para la organización de políticas culturales que garanticen la democratización de la cultura nacional. El objeto de este artículo es analizar la experiencia del Consejo Federal de la Cultura, órgano vinculado al Ministerio de la Educación y Cultura, investigando la importancia de la idea del patrimonio en la elaboración de las políticas culturales durante el régimen dictatorial-militar.

Palabras claves: Consejo Federal de la Cultura, patrimonio, civismo.

ABSTRACT:

The period of civilian-military dictatorship (1964-1985) was marked by several institutional actions for the organization of cultural policies that guarantee the democratization of national culture. The aim of this paper is to analyze the experience of the Federal Council of Culture, an agency of the Ministry of Education and Culture, investigating the importance of the patrimony idea in the elaboration of cultural policies during the military dictatorship.

Keywords: Federal Council of Culture, patrimony, civism.



O Encontro de Culturas: O Conhecer de uma Nova Realidade ou Autoconhecimento?

Thiago Bastos de Souza*, Paulo Seda **

RESUMO:

Por mais que tenham sido realizados debates, a História Colonial da América ainda está em construção. O objetivo deste artigo é chamar atenção para uma revisão de pontos de vista, conceitos e rótulos que são frutos do que ELLIOT (2004) chamaria de “mentalidade pós-conquista”. Conceitos como “conquista”, “colonização”, ou mesmo “ocidentalização”, como propõe GRUZINSKI (1999) estão se mostrando insuficientes para “mapear” as diversidades da América. Talvez seja hora de partir da “pós-modernidade” para o “resgate” de antigas teorias. **Palavras chaves:** América, conquista, encontro de culturas.

A amplitude do tema do encontro entre a Europa e a América é tanta, que tentar abarcá-lo através de uma única perspectiva historiográfica é algo indiscutivelmente inviável. Assim, realizar uma espécie de cotejo sobre algumas reflexões desenvolvidas por historiadores e sociólogos, a respeito do que a historiografia tradicional denominou de “Descobrimto da América”, parece uma ferramenta útil. A diversidade de saberes, opiniões e modos de observação são tantas que seria errôneo limitar a interação entre Europa e América como uma simples problemática de história econômica, política ou social. Essa diversidade, porém, não é um mero fruto do acaso, o próprio processo de formação da América é dotado de uma diversidade excepcional. São tantos os detalhes, tão poucos os recursos e possibilidades, que o historiador tem para tentar, de maneira insana, reconstituir a materialidade que, provavelmente, uma série de aspectos passa despercebida pelo olhar crítico e teórico proporcionado pela ciência histórica.

Talvez o principal enfoque para se começar a pensar a América Latina seja o da peculiaridade. Existiram e existem trocas, descobertas e choques, mas as maneiras como esses fenômenos se desenvolveram é algo que varia de local para local. Muito mais que uma análise macro, ou muito mais que a realização de um emaranhado de números e

estatísticas que nada mais fazem do que simplesmente somar e criar rótulos limitados para o espaço ou os espaços sociais que constituem a América, este continente necessita de uma incessante, ou infindável análise micro, para que se possa realmente tentar mapear e compreender a complexa e diversa História Americana.

Contudo, o especo de um artigo limita bastante tal empreitada. Muito mais que um cotejo, o que se pretende fazer aqui é expor uma reflexão proveniente de algumas reflexões a partir de autores como: Thereza B. Baumann (1992), Luís Cláudio Villafañe G. Santos (2003), Jorge Magosich, Airola e Jean-Marc de Berr (2000), Octavio Ianni (2000) e Eduardo Galeano (1979).

Desta forma, nos limites deste artigo que se pode fazer é pensar em uma visão panorâmica do processo histórico da América, visão essa dotada de grandes peculiaridades.

Nosso ponto de partida, é aquilo que IANNI (2000; p. 13) chamou de “A metáfora da viagem”

É como se a viagem, o viajante e a sua narrativa revelassem todo o tempo o que se sabe e o que não se sabe, o conhecido e o desconhecido, o próximo e o remoto, o real e o virtual. A viagem pode ser breve ou demorada, instantânea ou de longa duração, delimitada ou interminável, passada, presente ou futura. Também pode ser peregrina, mercantil ou conquistadora, tanto quanto turística, missionária ou aventureira. Pode ser filosófica, artística ou científica. Em geral, a viagem compreende várias significações e conotações, simultâneas, complementares ou mesmo contraditórias.

Provavelmente, pensar o universo no qual a expansão marítima do século XVI se desenvolveu é um dos fios condutores para a compreensão do processo histórico da América. Porém, não é possível pensar a expansão marítima como mera “ousadia” ou curiosidade humana. O contexto histórico no qual as viagens ultramarinas surgem é extremamente conturbado econômica e politicamente. A Europa, principalmente na parte ocidental, passa por um novo tipo de experimentação. As antigas Monarquias feudais cedem, agora, espaço para o surgimento de coroas, de reinos. E o cristianismo, que na visão de Augusto COMTE (Apud ARON, 1987) constituía o cimento da sociedade feudal, ou seja, o

maior aparato promotor de coesão social até o fim da baixa Idade Média (provavelmente posteriormente a esse período também), começa a “rachar”, ou melhor, começa a apresentar sinais de fraqueza ou mesmo de insuficiência diante dos novos questionamentos, descobertas científicas e maneiras de pensar o homem e o mundo, que são provenientes do século XVI.

Entretanto, é importante lembrar que talvez seja algo impossível determinar o período exato de ruptura entre a ordem feudal e cristã do movimento renascentista do século XVI, pautado na razão. Como observa LE GOFF (2005, pp. 53-54): “O homem medieval, não deitou para dormir na noite do dia 31 de dezembro de 1491 na Idade Média e acordou no dia primeiro de janeiro de 1492 no renascimento”. Há uma mudança de período, mas uma mudança paulatina. Não se instaura uma mesma ordem social em todos os locais ao mesmo tempo. Fabuloso símbolo deste momento, é o Quixote de Miguel de Cervantes: um homem prenhe de valores medievais, em choque com um mundo que se modifica, se “moderniza”. Trata-se, portanto, de um momento de transição, onde permanecem ecos do mundo que está sendo rompido (a ordem medieval), ao lado de ecos daquilo que provoca a ruptura (a modernidade). E é, precisamente no bojo dessa transição que a Europa encontra a América.

Fazer esse raciocínio é importante para se compreender que o grande acontecimento chamado “expansão ultramarina” oscila a todo o momento entre a mentalidade da ordem feudal (sofre grande influência principalmente no aspecto religioso) e a mentalidade da ordem renascentista (influenciada principalmente por uma nova mentalidade econômica e científica). Para ser mais claro, como mostra muito bem IANNI (2000) e BUMANN (1992), o homem do século XVI vive entre dois extremos: a busca pelo paraíso e as fabulosas terras dos contos medievais e a desesperada vontade de enriquecer e ascender socialmente. Dois objetivos opostos e provenientes de mentalidades diferentes, mas que provavelmente vão se entrelaçar.

A argumentação apresentada até agora não tem, obviamente, o objetivo de transformar o europeu do século XVI e o nativo das Américas em um todo homogêneo. Mas, sem dúvida, terminamos por ter uma visão limitada que só permite observar o processo através do olhar do europeu e isto, longe de ser uma tentativa de usar um suposto olhar “privilegiado”, é, na verdade, uma limitação, pois as fontes escritas (não há a intenção

de desqualificar os outros tipos de fontes), que permitem uma reconstrução mais “rápida” e mais “compreensível” do passado, foram produzidas pelos europeus. E, neste ponto, é necessário recordar WEBER (Apud ARON, 1987), ao observar que o historiador estará sempre preso à estética da fonte, afinal de contas um fato histórico nada mais é do que a reconstrução seletiva do passado, condicionada pelo tipo da fonte, ou seja, sua estética.

Retornando à “metáfora da viagem”, chegamos a um ponto importante: por que a viagem se torna uma metáfora? Pode haver uma série de respostas para uma suposição como essa, mas o indiscutível é que um indivíduo só é capaz de se ver e de se conhecer através do “outro”, através da descoberta do “outro”. E as maneiras como as sociedades europeias conheceram os “outros” que habitavam as Américas é um fenômeno dotado de muita complexidade, pois é um olhar condicionado por outros homens. O viajante tem um papel fundamental no processo de construção da identidade ou das “identidades” do homem americano, pois é ele quem apresenta esse homem para o mundo do século XVI. A maneira como as outras pessoas vão olhar ou imaginar a América é certamente tendenciada ou condicionada. Entendendo que todos os homens estão sujeitos ao esquecimento e à mentira por conveniência, podemos admitir que os perfis que vieram a constituir a América (homem e território) foram uma grande construção histórica até alguns séculos posteriores ao seu descobrimento.

Porém, muito mais do que um pensamento hipotético ou uma oscilação de um paradoxo, essas viagens se propõem a ultrapassar, recriar ou aniquilar fronteiras. A descoberta de diferenças e peculiaridades é apenas uma consequência ou, para não ser determinista, um desdobramento das viagens. Desdobramentos esses que giram em torno de uma peça muito importante: o imaginário. Justamente as descobertas e rupturas vão, segundo IANNI (2000, p. 39), transformar o imaginário:

Em Geral, essas rupturas afetam de forma mais ou menos decisiva estilos de pensamento e visões de mundo. Provocam a crise e o abandono de convicções e ilusões, ao mesmo tempo que suscitam a emergência de outras convicções e ilusões. São rupturas históricas e epistemológicas que alimentam outras formas de compreensão e explicação, tanto quanto de ideologias e utopias, sem esquecer nostalgias e escatologias.

O imaginário e, por sua vez, as visões de mundo são os elementos que sofrem as maiores mudanças a partir das navegações. O próprio indivíduo se sente dividido e vive sob pressão diante das diversas formas de pensar. Há um constante choque de idéias e práticas. Algumas vezes, tenta-se dissociar a tomada de consciência da tomada de posição do indivíduo, mas essas sempre estão diante de um conflito dialético. Partindo desses problemas, como entender ou mesmo situar o viajante que chega à América?

Para a escola historiográfica brasileira do Sentido da Colonização, que tem entre seus principais representantes PRADO Jr. (1977) e NOVAIS (1977), a colonização é apenas um desdobramento das grandes navegações. O segundo, por exemplo, expressa claramente que a necessidade de comerciar e de adquirir metais preciosos constituem um dos principais elementos que vão aos poucos dissociar os laços de feudalidade na Europa e essa necessidade faria o homem se lançar ao mar. Evidentemente o fator econômico pode ser visto como um “pano de fundo” do processo de expansão ultramarina, mas não é possível simplesmente ignorar o fato de que ainda no século XVI existem homens que vivem e veem o mundo como uma grande divisão entre o sagrado e o profano, oposição que, partindo da sociologia durkheiminiana (DURKHEIM, 2003), é um dos principais elementos para se compreender o caráter religioso da sociedade. São justamente esses homens que irão se aventurar em prol de uma causa muito mais que econômica, uma causa sagrada. A partir do momento em que a mentalidade europeia descobre esse mundo “selvagem” que é a América, transferem-se quase que instantaneamente os principais mitos e buscas religiosas que tinham como referência a geografia do oriente.

A partir do contato e do encontro de novos povos e terras, imagina-se que as grandes lendas estão muito próximas. Lendas que serão trazidas para a América e aqui incrementadas, modificadas, ampliadas e/ou adaptadas com a realidade americana: As sete cidades de Cibola; A fonte da juventude; As ilhas de Antília e de São Brandão; o El Dorado; o Paraíso Terrestre; Amazonas e Ewaipanonas; Paitití e São Tomé; Os gigantes patagões, entre outras. São justamente esses mitos que serão importantes para a, em um primeiro momento, a estruturação e compreensão do Novo Mundo. Os homens não podem ser pensados como máquinas e muito mais do que indivíduos sujeitos a um estratagema econômico, político e social, são indivíduos que pensam e constroem

mitos, norteiam e incentivam suas vidas tanto em termos coletivos quanto pessoais. Neste sentido, é que DURKHEIM (Apud ARON, 1987) observa que “cada época produz seus próprios deuses” e muito mais do que uma produção de deuses cada época produz seus próprios costumes, ideologias e mitos, que se podem ser interpretados como “válvulas de escape” para problemas sociais, independente disso são também elementos formadores da história. A respeito disso AIROLA e BERR (2000, P. 17) afirmam:

Os mitos, que sempre atuaram sobre o comportamento humano, tiveram, na época das descobertas, um papel verdadeiramente mobilizador, na medida em que as tentativas de localizar as regiões míticas determinam as ações de muitos conquistadores.

A dualidade entre a busca religiosa de alguns homens e a busca por ascensão social de outros é um fator presente desde o início no espaço que viria constituir a América:

No primeiro instante, enquanto momento primordial e seminal de toda a história, estão Colombo e Vespúcio. Expressam e simbolizam inquietações, ambições e ilusões com as quais o Velho Mundo se defronta com o Novo Mundo. Algo que se desdobrará e desenvolverá nos contrapontos paraíso e El Dorado, ou cristandade e mercantilismo. Mas cabe reconhecer que Colombo estava mais para religioso, místico ou cruzado enraizado na Idade Média, ainda que como aventureiro em busca de territórios, conquistas, ouro; ao passo que Vespúcio estava mais para as práticas e as idéias do mercantilismo. Um era um tanto medieval, ao passo que o outro renascentista; um situado na visão do mundo ptolomaica, geocêntrica, ao passo que o outro na visão copernicana, heliocêntrica. Vistos assim, em contraponto, expressam as inquietações, confusões, ilusões de uma Europa que inicia a sua longa marcha no clima da modernidade, mesclando cristianismo e mercantilismo, secularização e religião. (IANNI, 2000, p. 40)

Entretanto, apesar de possuírem buscas diferentes, pode-se observar que os homens do XVI em momento algum ignoram a possibilidade de encontrar o paraíso perdido. Principalmente os homens que ainda estavam “enraizados” no pensamento medieval.

Talvez por isso BAUMANN (1992, p. 62) utilize uma passagem de Le Goff para tentar situar esse homem de pensamento medieval, mas que tende cada vez mais a viver sob o signo de uma nova ordem:

Assim, o mundo físico não tem, para o cristão medieval, o seu aspecto, porque, como diz Le Goff, 'ele não enxerga com os olhos do corpo, mas do espírito'. Se o mundo terreno é apenas uma etapa que deve ser ultrapassada, porque deveria ele olhar para os lados?

Essa interrogação, por outro lado, nos leva a uma afirmação fundamental: talvez a maior contribuição em termos das trocas culturais que foram realizadas na América, partindo do olhar do europeu, tenha sido a possibilidade de materializar a realidade espiritual dos indivíduos aventureiros e dos europeus que conheceram o Novo Mundo através do olhar desses indivíduos. A possibilidade de materialização do imaginário provavelmente transformou a América no palco das principais "epopéias" do século XVI.

No entanto, não basta restringir ou mesmo camuflar a expansão ultramarina e a chegada à América como uma cruzada em favor do cristianismo. Como já foi dito, o cenário político europeu passa por mudanças. O século XVI vive a reforma protestante, sucede à reconquista da Península Ibérica, vê a cristandade passar por grandes problemas durante os papados renascentistas e observa, de maneira privilegiada, a obstrução das principais rotas de comércio capazes de chegar às Índias, além de presenciar fortes convulsões econômicas, devido à falta de metais preciosos. Tudo isto traz gradativamente, entre outras coisas, uma nova ética, uma nova postura diante do mundo e de um mundo que se transforma e amplia: antes o Mediterrâneo, agora o Globo. A maneira como a superestrutura política, jurídica, econômica e religiosa se desenvolve influi ou mesmo condiciona (tanto quanto os ideais míticos) a consciência e as ações do conquistador que chega a América. Ao mesmo tempo em que se busca santidade, buscam-se riquezas, e é justamente esse paradoxo que vai submeter às sociedades do novo continente à exploração e servidão por parte do conquistador.

Diante deste quadro, é extremamente arriscado, para não dizer impossível, dissociar e entender quando é que o jogo de interesses se sobrepõe à busca "moral" e religiosa do indivíduo (e vice-versa). A descoberta da América e

a “ida” à América abalam sistematicamente os juízos de valor e as relações de valor do europeu. Há, provavelmente, nesse século, dificuldade até em se situar geograficamente para realizar uma busca econômica e dificuldade de se direcionar para uma busca religiosa:

(...) Dois aspectos são relevantes e expressam duas concepções de mundo diferentes: as dúvidas angustiantes diante da ciência que se inova e o peso dos argumentos das autoridades medievais: embora o mundo fosse representado com a mesma estrutura, uma grande revolução se operava no seu interior: um descentramento (Jerusalém ou Roma não eram mais o centro do mundo, mas um lugar qualquer na pérsia) e, portanto, já de acordo com um princípio básico da perspectiva, o centro escolhido ao acaso. (...) Se o homem dito primitivo revive a ‘criação do mundo’ através da ritualização do mito, o homem medieval o faz de uma forma diferente: a viagem. A viagem também significa um rompimento desse homem com o eu mundo. Ela supõe um risco mas cria a expectativa do encontro com o desconhecido, portanto, com o ‘maravilhoso’. O homem vai repetir, então a ‘gesta primordial’. (BAUMANN, 1992, pp. 68-71)

Fica mais do que claro, portanto, que a Europa vive um período conturbado. A maneira como essa conturbação chega à América é algo a ser debatido e existe um ponto importante a ser levantado: a formação de identidades diante das conturbações sociais apresenta-se como algo recíproco e dialético. Se o nativo da América deixa de ser inca, asteca, tupi, etc. para virar indígena, índio, sem dúvida um reducionismo, que pode mesmo ser interpretado como uma perda de identidade, o europeu, por sua vez, em um processo inverso, deixará de ser um simples aventureiro ou membro de uma fidalguia distante, para assumir vários papéis ao mesmo tempo: evangelizador, soldado da cristandade, colono, representante *del rei*, entre outros.

De qualquer forma, importante é observar que a formação destas novas identidades, mesmo a reducionista, no caso do indígena, mais do que a síntese de um processo, é uma transformação, uma “mutação”, que entrelaça nativo e europeu. Talvez não seja nenhum exagero pensar que um dos resultados deste processo seja, posteriormente, o surgimento

dos criollos: as identidades americanas, provenientes do século XVI, são, em sua essência, algo que se constrói, se desconstrói e se reconstrói a todo o momento.

Enquanto GRUZINSKI (1999) entende que é através de um processo de aculturação sobre o indígena (apoiado sobretudo por um pressuposto e um arcabouço religioso) que os espanhóis conseguem construir as principais estruturas que irão sustentar a sociedade colonial, BARNADAS (2004) irá destacar que, mesmo havendo uma incessante tentativa de conversão religiosa por parte das missões (principalmente jesuíticas), os nativos na grande maioria dos casos mantiveram seus cultos e práticas culturais, sempre que oportuno. Parece, portanto, ter existido certo “mimetismo” por parte do nativo, e será sobre esse quadro de trocas, legitimação e reconhecimento que irão se estruturar as relações de poder e de exploração por parte do conquistador.

A esse respeito VILLAFANE (2003, PP. 11-12) ressalta:

De fato, a construção do próprio conceito de América foi um longo processo sujeito a múltiplas interpretações e não se deu de forma automática. Não se pode atribuir às diversas civilizações que habitavam o continente americano antes do encontro com os europeus uma idéia de América que desse sentido à totalidade do continente. Como bem mostrou Todorov (1984), a conquista da América pelos europeus foi também um processo de construção da própria identidade européia, pela criação de um ‘outro’ americano que redefinía e legitimava as ações e as políticas européias. A América, nos seus primeiros séculos, era o ‘outro’, definía-se em contraposição à Europa.

Não é possível, porém, ser ingênuo e observar o indivíduo como um ser dotado de completa autonomia e “livre arbítrio”. O mito é importante para que se compreenda a crise social, mas, ao mesmo tempo, é preciso lembrar que o renascimento (que chega a cada local em tempos diferentes) aos poucos traz, entre outras coisas, uma nova forma de governar. O poder regionalizado das grandes casas nobiliárias ainda persiste na Europa, mas, a partir de então, caminhará vagarosamente para uma força centralizadora, pautada na figura de um monarca. É claro que o surgimento desse monarca não significa o fim da ordem feudal: para ANDERSON (1984), por exemplo, “o absolutismo é um

aparato de dominação alargado” e, desse ponto de vista, a nobreza européia nunca teria perdido seu poder político e seus direitos. A intenção não é dar saltos temporais e tratar de assuntos posteriores, mas é importante notar que o surgimento e o desenvolvimento de novas práticas políticas utilizadas pelas novas formas de governo emergentes, reinos e coroas, não estados (mas ainda extremamente dependentes da nobreza em determinados locais), agem de uma maneira coercitiva sobre os indivíduos. Um indivíduo possui interesses próprios, mas a toda hora está sempre flertando com os interesses do monarca ao qual deve obediência (monarca este amparado pelo poder eclesiástico). Talvez por isso GALEANO (1979, pp. 24-26) veja o advento das grandes navegações como algo extremamente dependente de um poder estatal:

Os Reis Católicos de Espanha decidiram financiar a aventura do acesso direto às fontes, para se libertarem da onerosa cadeia de intermediários e revendedores que açambarcavam o comércio das especiarias e plantas tropicais, as musselinas e as armas brancas, provenientes de misteriosas regiões do oriente. O desejo de metais preciosos, meio de pagamento para o tráfico comercial, impulsionou também a travessia dos mares malditos. A Europa inteira necessitava de prata: os filões da Boêmia, Saxônia e Tirol já estavam quase esgotados. (...) Uma única bolsa de pimenta valia, na Idade Média, mais do que a vida de um homem, mas o ouro e a prata eram as chaves que o Renascimento empregava para abrir as portas do paraíso no céu e as portas do mercantilismo capitalista na terra.

Em contraposição a alguns argumentos apresentados até agora este autor sustenta que, independente do elemento de transfiguração da sociedade chamado fé, a vontade de enriquecer foi um dos principais propulsores das grandes navegações. Essa necessidade de enriquecimento era algo que poderia, em certos casos, ultrapassar as limitações impostas pelo estado:

O próprio Cortez havia hipotecado todos os seus bens pessoais para equipar a expedição ao México. Salvo raras exceções - Colombo, Dávila, Magalhães - as expedições de conquista não

eram custeadas pelo Estado, mas pelos próprios conquistadores ou por empresários que financiavam a aventura. (GALEANO, 1979, p. 54)

É claro que a argumentação apresentada se limita aos idos de 1500 e essa por si só não nos permite compreender a totalidade do processo histórico na América, mas nos lança as bases para essa compreensão. O surgimento do aparato político-econômico que irá se desenvolver na América, após a sua transformação em colônia, é, provavelmente, fruto do primeiro contato entre europeus e nativos. A descoberta de metais, as explorações agrícolas e humanas e os “genocídios” são fatores que sucedem à principal contribuição do “choque” e da “troca” que a formação de identidade cria. Se o início do século XVI se apresenta com certo ar de “inocência”, em seu término as ruínas de Potosí vão dizer o contrário, como ressalta GALEANO (1979, p. 54):

A conquista rompeu as bases daquelas civilizações. Piores consequências do que o sangue e o fogo da guerra teve a implantação de uma economia mineira. As minas exigiam grandes deslocamentos da população e desarticulavam as unidades agrícolas comunitárias; não só extinguíam incontáveis vidas através do trabalho forçado, como abatiam indiretamente o sistema coletivo de cultivos.

E é justamente essa inocência do misticismo religioso, mesclada à rápida exploração e desestruturação da América Indígena, que desperta certo estranhamento na natureza humana.

É provável que exista uma lacuna entre o homem medieval e o homem do Renascimento, e talvez nela possam estar as repostas para um possível compreensão dessa relação dialética entre fé e exploração. Se a idéia de paraíso foi algo sólido, provavelmente já se desmanchou no ar, mas talvez seja justamente essa idéia de busca pelo paraíso um dos poucos aspectos a sobreviver através da longa duração:

Ainda que menos intensa do que no tempo dos primeiros descobridores do Novo Mundo, a pesquisa não cessou verdadeiramente. Se o paraíso não se encontra hoje na superfície do planeta. – Concedem alguns –, ele existiu todavia no passado,

ou ainda melhor, ele se encontra nas galáxias, lá onde o homem não pode ir, porque não há dúvida de que em algum ponto do seu inconsciente os homens desejam que esse lugar de felicidade eterna exista. (AIROLA e BERR, 2000, p. 62)

NOTAS

* Graduando em História - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PIBIC-UERJ); Instituto de Arqueologia Brasileira

** Professor Adjunto de História da América - Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Núcleo de Estudos das Américas; Diretor de Pesquisas - Instituto de Arqueologia Brasileira

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIROLA, Jorge Magosich, BERR, Jean Marc de **América Mágica. Quando a Europa da Renascença pensou estar conquistando o paraíso**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Aron, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Martins. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BARNADAS, Josep. M. A igreja católica na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina**. V1. América Latina Colonial. São Paulo: Edusp, 2004.

BAUMANN, Thereza B. Imagens do “outro mundo”: o problema da alteridade na iconografia cristã ocidental. In: Vainfas, R (org). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

DURKHEIM, Émile. **Estruturas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ELLIOT, L H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina**. V1. América Latina Colonial. São Paulo: Edusp, 2004.

GALEANO, Eduardo – **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GRUZINSKI, Serge. Las imágenes, los imaginarios y la occidentalización. In: CARMAGNANI, M., HERNÁNDEZ, A., ROMANO, R. (Coord.). **Para una Historia de América**. Vol. I. Las estructuras. México: FCE, El Colegio de México, 1999, pp.498-567

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade - mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LE GOFF, Jacques. **A longa Idade Média**. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1977

PRADO JR., Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

VILLAFANE G.SANTOS, Luís Cláudio. **Estudos de História Identidades Americanas**. São Paulo: Unesp, 2003.

PERRY, Anderson. **Linhagens do Estado Absolutista**. Porto Alegre: Afrontamento, 1984.

RESUMEN:

Por más que tengan sido realizados debates, la Historia Colonial de la América aún está en construcción. El objeto de este artículo es llamar la atención para una revisión de puntos de vistas, conceptos y rótulos que son frutos do que ELLIOT (2004) llamaría de “mentalidad pos conquista”. Conceptos como “conquista”, “colonización”, o mismo “occidentalización” como propone GRUZINSKI (1999) están mostrando insuficientes para “mapear” las diversidades de la América. Tal vez sea la hora de partir de la “pos modernidad” para el “rescate” de las antiguas teorías.

Palabras claves: América, conquista, encuentro de culturas.

ABSTRACT:

Even though discussions have been conducted, the colonial history of America is still under construction. The aim of this paper is to call attention to a revision of views, concepts and labels that are the results of which ELLIOT (2004) would call “post-conquest mentality.” Concepts such as “conquest”, “colonization” or “Westernization”, as proposed by GRUZINSKI (1999) are proving insufficient to “map” the diversity of America. Maybe it’s time to move out from the “postmodern” to the “rescue” of the old theories.

Keywords: America, conquest, cultural meetings.



A Influência da Escravidão e Presença Negra na Formação da Identidade Carioca

Vinck Vitório Ribeiro de Carvalho

RESUMO:

Ser carioca não é apenas o resultado único e exclusivo da presença e influência negra nesta cidade, mas é impossível negar que tão grande contingente, presente de forma tão significativa em vertentes que vão da economia à arte, não tenha deixado profundas marcas na construção daquilo que podemos chamar de identidade carioca.

Também se faz necessário declarar a impossibilidade de sequer ter a pretensão de ser conclusivo nesse tema. Está claro que tal temática não apenas permite, mas também exige um aprofundamento quase infinito de variações de análise e perspectivas de pesquisa.

Palavras chaves: identidade carioca, influência negra, Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Gilberto Freyre nos admoesta e ensina ao afirmar:

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota do africano.

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu,

ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do muleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo¹.

O presente texto se constitui numa tentativa de seguimento da História Cultural, que como nos diz Roger Chartier: “tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”². Assim sendo, teremos como meta salientar a existência e o valor da influência que africanos e seus descendentes exerceram na formação daquilo que veio a caracterizar o estilo de ser e se relacionar do carioca, isto é, sua identidade.

É obvio que o período por nós analisado se dá entre 1850, data em que o regime escravista começa a dar seus passos finais, e 1930, início da “época de ouro” da música popular brasileira.

Como conceito de identidade adotaremos a definição de Manuel Castells, segundo a qual “identidade é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”³. Entenderemos então a identidade cultural como um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Podendo, então, se compreender a constituição de uma identidade em manifestações que podem envolver um amplo número de situações que vão desde a fala até a participação em certos eventos.

A PRESENÇA NEGRA NO RIO DE JANEIRO

Segundo nos diz Boris Fausto é possível se estimar que entre 1550 e 1855 entraram em portos brasileiros 4 milhões de escravos⁴. Onde boa parte desse contingente teve como destino o Rio de Janeiro e suas lavouras de café.

De acordo com o mesmo autor, no decênio da independência, o tráfico aumentou com relação ao período anterior. As estatísticas oficiais apresentam uma média anual de ingresso de escravos de 32700 no período 1811-1820 e de 43100, no período de 1821-1830.

A concentração da entrada de escravos pelos portos do sul da Bahia, com amplo destaque para o Rio de Janeiro, cresceu enormemente. Esses

portos receberam 53% do total de escravos importados entre 1811 e 1820 e 69% do total entre 1821 e 1830. A maioria dos cativos foi enviada para as lavouras cafeeiras do Vale do Paraíba ou ficou no Rio de Janeiro.

Dos quatro censos realizados entre 1799 e 1849 é possível afirmar que a população da cidade representava, em 1799, 43376 pessoas, sendo 28390 livres e 14986 escravas. Já em 1821 a população quase duplicara para 79321 pessoas, sendo 43139 livres e 36182 escravas⁵.

O Brasil é o café e o café é o negro. Frase comum nos círculos dominantes da primeira metade do século XIX. Ainda que não seja totalmente verdadeira, já que o Brasil não era só café assim como também não fora só açúcar, e que a economia cafeeira iria continuar mesmo sem o trabalho escravo. Tal frase é muitíssimo expressiva do quanto o negro se fazia presente, ainda que como simples instrumento de produção, na sociedade brasileira e principalmente na capital do império.

Também contribuiria para o acréscimo da população negra no Rio de Janeiro o tráfico interprovincial. Depois de anos de tráfico contínuo com a África, a Bahia liquidava sua população escrava. Dos quinhentos mil que teria pelo início do século XIX, em 1874 não restaram mais, de acordo com as estatísticas, que 173.639 escravos. A decadência do açúcar brasileiro frente à concorrência no mercado internacional e a progressiva importância econômica que assumia o café que se expande em municípios do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, faz com que grandes levas de negros sejam vendidas a preços crescentes para o Sul. As plantações cafeeiras haviam sido supridas no primeiro momento, no segundo quarto do século XIX, pelo excedente de escravos acumulado na região mineira. O esgotamento desta fonte, agravado pelo término do tráfico africano, diminui a oferta, subindo astronômicamente a procura e os preços “por peça”, já que inicialmente os fazendeiros não consideravam a possibilidade de mobilizar trabalhadores livres como uma alternativa.

Assim, o Rio de Janeiro, com sua cultura de café localizada principalmente no vale do Paraíba, seria um importante comprador, seguido por São Paulo, que se expandia e que no momento seguinte optaria por uma solução mais “moderna” atraindo o imigrante europeu, embora ainda oferecendo condições econômicas e sociais praticamente insustentáveis para o trabalhador rural na grande empresa cafeeira.

A província do Rio de Janeiro, de 119.141 escravos em 1844, no início da década de 1870 passa a contar com mais de trezentos mil, dos

quais grande parte havia chegado da África através dos portos do Nordeste, muitos vindos de Salvador, podendo se imaginar que também sudaneses da Costa da Mina e do golfo de Benin foram vendidos para essas bandas.

Os negros vendidos em Minas Gerais enfrentavam enormes caminhadas, acompanhados pelos feitores montados na direção de suas novas senzalas no vale do Paraíba. As estradas de ferro que vão se instalando sob o comando dos engenheiros ingleses, símbolos do progresso, também curiosamente possibilitariam o trânsito de milhares de escravos. Muitos homens de dinheiro, afetados pelo estado de depressão por que passava a província da Bahia, passam a se valer dos altos lucros da venda de negros, enviando-os para o Sul por navio, sendo que somente entre os anos de 1872 e 1876 chegam ao Rio de Janeiro 25.711 escravos vindos do Norte e Nordeste⁶.

A capital do império cresce. Desde a vinda da família real para o Brasil o Rio de Janeiro terá necessidade de ser civilizado e expandido. Ao assumir a posição de capital política, principal porto comercial, entreposto dos produtos industrializados internacionais e centro de uma florescente atividade industrial, como consequência direta surgirá uma vertiginosa expansão do crescimento comercial da cidade e uma sociedade ávida por maiores refinamentos, demandando um enorme provimento de mão-de-obra que excederá em muito a pequena oferta de trabalhadores livres ou brancos.

Dessa forma o negro não será mais apenas o trabalhador do campo, ou rachará a lenha ou irá buscar água. Agora, ele será também o mecânico, o operário e o artífice. As antigas e vis tarefas não serão abandonadas, somente se acrescentarão a elas os novos serviços decorrentes da realidade urbana. Dessa forma o negro será usado em todas as ocasiões e modos possíveis podendo cumprir a função de mordomo ou alfaiate até ser usado como carregador ou cumprindo as funções do cavalo. Assim, a grande concentração de escravos possibilita a utilização deles em todos os setores da vida urbana.

O crescimento da população escrava acompanha o crescimento da cidade. Ao ponto de, em 1821, algumas freguesias urbanas, a população escrava ultrapassar a livre⁷.

Por todos esses dados acredito não ser exagero poder dizer-se do Rio de Janeiro o que já havia sido dito da Bahia em 1870:

Se não se soubesse que ela fica no Brasil, poder-se-ia sem muita imaginação tomá-la por capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo o que corre, grita, trabalha, tudo o que transporta e carrega é negro (Robert Avé-Lallemant, *Reise Durchnord-brasilien*)⁸.

A RELAÇÃO COM O TRABALHO

A partir da constatação da presença massiva de negros no Rio de Janeiro é possível o estabelecimento das relações sociais advindas dessa presença, bem como das sugestões e influências da mesma na formação de valores, princípios e até da própria identidade do cidadão carioca. Uma das vertentes que podemos chamar de influenciadora e construtora dessa identidade e a relação que se estabelece entre o negro e o trabalho.

Em uma sociedade escravista não é difícil perceber e entender que os trabalhos manuais e braçais vão ser muito facilmente associados aos escravos. Logo, esse tipo de trabalho ao ser considerado “coisa de escravo” será também visto como depreciativo e aviltante. Marilene Rosa nos apresenta dois contos muitíssimo ilustrativos e curiosos dessa ideologia a partir de Debret e Ewbank. Em Debret está o registro que um dos seus vizinhos chegou em casa, certo dia, dignamente seguido por um negro cujo enorme cesto continha um lápis de cera para lacrar e duas penas. Ewbank relata que um jovem de boa família, de dezoito anos, foi convencido a honrar um importante estabelecimento comercial com seus serviços de escritório de firma. Certa vez, um dos sócios entregou-lhe um pacote não duas vezes maior do que uma carta e pediu-lhe que levasse a outra firma vizinha. O jovem olhou o pacote, olhou o comerciante; segurou o pacote entre o polegar e o indicador, tornou a olhar para o comerciante e o pacote, meditou um momento, saiu pela porta afóra e depois de dar alguns passos, chamou um negro que atrás dele levou o pacote ao destinatário⁹.

O trabalho manual será tão mal visto a ponto dos próprios escravos quererem dele se apartar uma vez que tal atividade era ao mesmo tempo aviltante e expressiva da própria condição de escravo. Dessa maneira

junto com o anseio por liberdade e como sinal dela, estava a necessidade de afastamento dos trabalhos braçais.

A amplitude pela aversão a trabalhos manuais e braçais englobará toda a sociedade. Estar envolvido em tais labutas era sinal e expressão de grande miserabilidade. Para o homem livre era sinal de grande humilhação ser visto na prática de qualquer desses serviços, ainda que fosse carregar um mínimo embrulho. Assim em prol de se ter alguns status, era necessário ter um escravo que se ocupasse de tarefas que só a ele cabiam. Dessa forma, ter um escravo era o anseio de toda a população, mesmo dos menos abastados. Como expressão máxima dessa ideologia e da própria contradição do sistema é possível encontrar até escravos donos de escravos, como nos casos citados por Marilene Rosa:

O caso de Estevão Jesus, liberto, ilustra essa situação, quando requereu, por um decreto, que seu antigo senhor lhe reembolsasse 173\$400 réis pelo valor de um escravo que possuía no tempo de seu cativo. Exigia-se, além do preço do escravo, a quantia referente aos jornais de que o senhor havia usufruído. Outro exemplo pode ser encontrado nas irmandades de negros, todas possuidoras de escravos, uma vez que esse era o costume aceito por todos: essas irmandades recebiam os escravos como doação ou pagamento de dívidas¹⁰.

Não acredito ser exagero afirmar que tal ideologia se perpetuou até os nossos dias, onde, diferentemente de outras sociedades ocidentais, é sinal de status ter-se a disposição quem se preste aos serviços de lavadeira, passadeira, faxineira, acompanhante, pedreiro e até carregador de compras. E antes que alguém justifique que tal necessidade é uma marca da falta de tempo moderna, difícil será justificar a verdade de que não contar com quem se preste a tais serviços, continua a ser algo aviltante. Difícil também será não estabelecer a relação de tal prática a uma herança escravista e preconceituosa, ainda que tal relação não seja decisiva.

Outra vertente, além do preconceito, que merece destaque na relação com o trabalho, é a inaptidão cultural do escravo em se adaptar à lógica empreendedora do capitalismo. Vale ressaltar que tal inaptidão não se trata de uma inferioridade intelectual ou física, mas de verdadeiro choque cultural, como bem esclarece Roberto Moura ao analisar a situação do negro logo após a abolição no mercado de trabalho do Rio de Janeiro:

O mercado capitalista, colocando os homens uns diante dos outros em termos unicamente do valor de seus bens e de sua força de trabalho, e assim posicionando-os socialmente, impõe uma nova lógica que de imediato não é absorvida nem utilizada em suas possibilidades pelos trabalhadores nacionais, vindos de outras tradições civilizatórias, de outras experiências. A teimosia de alguns em se ater ao mínimo para a subsistência. A ausência de uma ética da venda do trabalho e de uma motivação para a acumulação. Muitos não compreenderiam inicialmente a natureza essencial do trabalho “livre”, da mercantilização do trabalho, que separa este da pessoa do trabalhador; ou então visceralmente se opunham a essas concepções, o que atrasa entre nós o surgimento de uma consciência profissional em sua expressão ocidental moderna. O uso da competição e do conflito em relações contratuais se chocava com as tradições de lealdade do trabalhador nacional, situação que seria vivida de forma simetricamente oposta pelos antigos senhores, agora tornados patrões, que esperavam vinculações e obrigações de seus subordinados que de muito ultrapassavam as novas relações profissionais estabelecidas¹¹.

Diferente do imigrante europeu já proletarizado, e sendo alvo do preconceito eugênico, o ex-escravo e seus descendentes tendem à aceitação dos trabalhos menos técnicos, a uma marginalização que os prende à cozinha e a informalidade, ao afastamento geográfico, expressão da não inserção no mundo dos brancos. Tudo isso muito claramente marcado pela falta de perspectiva de ascensão na sociedade branca.

As marcas de uma relação trabalhista meramente pela subsistência, desprovida de caráter empreendedor e a falta de perspectiva e até de esperança de ascensão social, são ainda hoje perceptíveis nas camadas mais inferiores da sociedade carioca. Hoje, não só os afro-descendentes, mas também o retirante nordestino e todos aqueles que estão confinados à miséria e a espaços de marginalização, partilham a mesma herança de falta de horizontes, o que é muito claramente percebido, quando ouvimos alunas do ensino público fazerem a sombria previsão do seu futuro na seguinte frase: “o nosso futuro é limpar o chão e ‘dar’ para o patrão”.

Mais uma vez é possível reconhecer a relação da situação atual com a realidade vivida pelos ex-escravos já nos primeiros anos da abolição,

principalmente quando evocamos a origem das áreas de marginalização e do subúrbio carioca. Ainda que mais uma vez não possamos atribuir ao passado do negro a total e definitiva responsabilidade pelo presente.

Ao estabelecermos as relações por hora aqui apresentadas que fique clara a nossa compreensão que tais relações não foram provocadas ou decorrentes do elemento Negro em si, mas das circunstâncias históricas por ele vividas numa sociedade de vicissitudes e heranças escravistas.

A TENDÊNCIA AO ASSOCIATIVISMO

É fato e claro, que a começar pelo tráfico negreiro, todo o sistema escravista foi eficiente em promover todo um processo de dispersão social e familiar do africano cativo. Diante de tal realidade se fez necessário promover a construção e a reinvenção de novos vínculos sociais adaptados à realidade da escravidão e dela derivados. O que é possível de se perceber nas modalidades e formas de habitação do Negro no espaço urbano.

Nos últimos anos do sistema escravista e no cenário urbano vão surgir dois fenômenos típicos da *urbe* e intensamente interligados: o escravo ao ganho; e as casas de cômodo ou cortiços.

O problema que a princípio mais irá preocupar as autoridades são os negros egressos do cativo, principalmente os que viviam “sobre si”, os escravos ao ganho. Tal condição dava ao escravo a possibilidade de mesmo enquanto cativo viver longe do seu senhor, manter-se por meios próprios, tendo de pagar uma quantia ao senhor ao fim de prazos pré-estabelecidos. Para o escravo era uma forma de poder gozar de razoável liberdade com a possibilidade de amealhar recursos para a compra de sua liberdade definitiva. Para o senhor, tal situação era uma maneira hábil de evitar os custos com o sustento do escravo e ainda tirar-lhe jornais mais elevados¹². Tal situação será muito bem apresentada pela literatura da época, tendo como principal expoente *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo (1890)¹³, onde a personagem Bertoleza, uma negra que vivia “sobre si” e que pertencia a um velho cego de Juiz de Fora, a quem pagava de jornal vinte mil réis por mês, mas que apesar disso já possuía o suficiente para comprar a sua própria alforria, economias que eram tão substanciais que permitiram a João Romão, outro personagem da trama, dar início ao seu empreendimento de dono de cortiço.

Porém, não eram apenas os negros que viviam “sobre si” que se refugiavam nos cortiços, mas também os fugidos. O que é demonstrado

pela carta publicada em 05 de maio de 1869 no *Jornal do Commercio* dirigida ao chefe de polícia da Corte, cujo teor consistia num pedido de busca em vários cortiços da Corte que estariam se transformando em asilo de escravos fugidos¹⁴. Também uma carta do chefe de polícia da Corte endereçada aos vereadores da Câmara Municipal, datada de 19 de março de 1860, atesta a existência na cidade de um grande número de casas alugadas ou sublocadas a escravos, casas que, segundo o remetente, eram valhacouto de escravos fugidos¹⁵.

Segundo Chalhoub, a multiplicação da permissão para “viver sobre si” acabou se tornando mais um forte fator de desagregação do sistema escravista na Corte. Chegando até a gerar processos promovidos por parte de tais escravos contra seus senhores, já que, se julgavam em condição de liberdade que muito diferia do conceito “ortodoxo” de cativo e assim sendo já que viviam uma liberdade de fato, sustentando a si próprios sem nenhuma dependência dos senhores, julgavam-se merecedores de uma liberdade de direito¹⁶.

Neste contexto vai aclarando a idéia de que a alternativa mais viável para a vida na corte de negros fugidos, alforriados, ou livres em geral, nas últimas décadas da escravidão eram os cortiços. Daí, os exemplos são vários de escravos que viviam em cortiços, bem como de famílias de escravos que depois de libertos se reuniam em cortiços para ali viverem juntos. Nessas habitações os escravos também vão encontrar auxílio e solidariedade para a compra de suas alforrias. É também claro que misturar-se a população de um cortiço era um ótimo esconderijo em caso de fuga. O personagem Bertoleza de *O Cortiço* é mais uma vez ilustrativo dessa situação, uma vez que, enganada por João Romão e se sentindo liberta, viverá por muito tempo no cortiço sem enviar qualquer quantia ao seu senhor e sem que este soubesse do seu paradeiro.

A tendência ao associativismo que terá como palco o lugar de habitação era uma realidade vivida já na Bahia pelos migrantes negros que viriam mais tarde para o Rio de Janeiro, como atesta Roberto Moura:

Os bairros populares se superlotam, os negros se juntam em casarões alugados, geralmente com os irmãos de nação. São os hábitos da vida comum que os protegeriam nesses duros anos de transição. Muitos pensam em voltar para a África, outros, aqui já nascidos, não saberiam mais para onde se dirigir num

continente rasgado pelas disputas colonialistas. Talvez valesse mais a pena, muitos pensavam, tentar a sorte em outra cidade brasileira¹⁷.

Mais uma vez o romance de Aluisio Azevedo é sinal e expressão da realidade ao descrever o cortiço como palco de uma dimensão de convívio social onde é muito tênue a divisão entre público e privado. Todos participam da vida de todos. Dores, graças, romances, disputas, camaradagens, necessidades diante da doença, tudo é compartilhado, não há segredos, a solidariedade é a marca da convivência. Mesmo havendo a presença de grupos étnicos diversos e moradores de origem européia, não há dúvida que é do núcleo de negros e mulatos que tudo se irradia, desde a prontidão em socorrer até a disposição e animação para os folguedos.

Ao comentar a obra de Aluísio Azevedo, José Murilo de Carvalho destaca o caráter associativo e solidário dos cortiços que existiam “como um pequena república com vida própria, leis próprias, detentora da inabalável lealdade de seus cidadãos, apesar do autoritarismo do proprietário”. “Ali se trabalhava, se divertia, se festejava, se fornicava e, principalmente, se falava da vida alheia e se brigava. Porém, à menor ameaça vinda de fora, todos esqueciam as brigas interna e cerravam fileiras contra o inimigo externo”¹⁸.

Pode-se considerar os cortiços como um lugar de resistência à escravidão, o tempo dos cortiços na Corte foi também o tempo de intensificação das lutas dos negros pela liberdade, o que conforme Chalhoub tem relação com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores¹⁹. Mas não há como se negar que, sobretudo, as habitações coletivas constituíram ambiente expressivo do associativismo e da solidariedade, principalmente entre escravos e seus descendentes.

No início do século XX a favela como substituta do cortiço não altera a dinâmica dessas redes de socialização e solidariedade:

Novas comunidades se formam, no morro de São Carlos e no da Mangueira, favelas se espalham por todos os morros do Centro e em sua volta, e na Zona Sul da cidade, ocupadas por gente que vinha de todas as partes, e que pouco a pouco ganharia unidade através de novas formas de organização saídas da atividade religiosa e dos grupos festeiros. As favelas cario-

cas, mitos e manchas da cidade. A proposta de “se civilizar” de um setor dominante da população, associada à sua necessidade de mão-de-obra barata para os objetivos e a manutenção “do progresso”, definia na prática uma nova ecologia social na cidade, um novo Rio de Janeiro subalterno, não mais o dos escravos, mas o das favelas e dos subúrbios que se expande em proporções inéditas, que se forma longe do relato dos livros e dos jornais, afastado e temido, visto como primitivo e vexatório. A cidade se reforma. A cidade se transforma. A cidade se transtorna. O Rio de Janeiro moderno²⁰.

Após a abolição e ainda nas primeiras décadas do século XX a migração de negros baianos para o Rio de Janeiro será também ao mesmo tempo fomentadora e expressiva dessa característica associativa.

O grupo baiano iria situar-se na parte da cidade onde a moradia era mais barata, na Saúde, perto do cais do porto, onde os homens, como trabalhadores braçais, buscam vagas na estiva. Com a brusca mudança no meio negro ocasionada pela Abolição, que extingue as organizações de nação ainda existentes no Rio de Janeiro, o grupo baiano seria uma nova liderança. A vivência de muitos como alforriados em Salvador, de onde trouxeram o aprendizado de ofícios urbanos, e às vezes algum dinheiro poupado, e a experiência de liderança de muitos de seus membros em candomblés, irmandades, nas juntas ou na organização de grupos festeiros, seriam a garantia do negro no Rio de Janeiro. Com os anos, a partir deles apareceriam as novas sínteses dessa cultura negra no Rio de Janeiro, uma das principais referências civilizatórias da cultura nacional moderna²¹.

Com o passar dos anos essa tendência à associação e a solidariedade, marca de um grupo que luta pela sobrevivência numa cidade que se expande falta de estruturas que abriguem o seu crescimento, não será marca apenas de negros e ex-escravos, mas uma característica das camadas populares e qualidade distintiva e fomentadora do caráter acolhedor e simpático do carioca.

O CARÁTER FESTIVO

Segundo a valiosa avaliação de Gilberto Freyre o africano trazido para o Brasil sempre teve consigo a marca da extroversão, matéria fácil de ser comprovada a partir da comparação com o comportamento introvertido do índio e de exemplos de populações brasileiras de forte influência negróide, como a baiana, caracterizada por um comportamento alegre, sociável, expansivo e loquaz²².

Desde os tempos da colônia é possível perceber o elemento negro contrastando com a figura melancólica do português. O que mais uma vez é muito bem explicitado no Romance o Cortiço, onde a faceira e festeira Rita Baiana se destaca e é valorizada diante da figura de sua rival portuguesa. Ainda nos tempos de engenhos, como nas plantações, nos serviços domésticos, nas bateções de roupas, cozinhando, pilando café, trazendo cargas e fardos, os negros sempre trabalharam embalados por suas canções.

De acordo com Gilberto Freyre os negros sempre trabalharam cantando, com seus cantos de xangô, ou de festa, ou de ninar crianças, encheram de alegria africana a vida brasileira²³.

Roberto Moura ao salientar a forte presença negra na Bahia ressalta a forte tendência dos Africanos de etnia banta, que para o Brasil foram trazidos em grande quantidade, como de tradição festeira²⁴. Não há dúvida que a presença negra no Brasil trouxe uma nova dinâmica a forma de ser da população, a alegria negra veio contrastar e contrabalançar com a introspecção indígena e a melancolia portuguesa, o que é verificável inclusive na nova forma de se festejar as datas litúrgicas e os dias de santo do catolicismo.

A partir do sincretismo e da astúcia os negros se apropriam do espaço público trazendo para as praças, ruas e avenidas através de um catolicismo que se populariza, toda uma expressão festiva própria do seu jeito de ser.

De acordo com Gilberto Freyre foi o negro quem deu alegria aos São joões de engenho, que animou os bumbas-meu-boi, os cavalos-marinhos, os carnavais, as festas de Reis. À sombra da Igreja Católica trouxe a alegria de seus cultos primitivos às festas populares do Brasil. Nas vésperas de Reis e depois no carnaval, com reis coroados, estandartes místicos e ranchos protegidos por animais, cantaram e dançaram exuberantes e expansivos.

Ainda, segundo Freyre, no carnaval de 1933, na Praça Onze, no Rio de Janeiro, ainda teríamos oportunidade de admirar esses ranchos totêmicos de negros²⁵.

As movimentações decorrentes da Abolição também são muito reveladoras dessa índole festiva dos negros que encenaram imensos festejos populares que duraram uma semana e se repetiram no ano seguinte. À época da comemoração do aniversário do imperador, a dois de dezembro de 1888, onde uma turba de negros invadiu o paço imperial para prestar suas homenagens ao monarca²⁶. Segue-se ainda as evidências da presença negra na festa da Penha no ano da Abolição segundo um artigo de Raul Pompéia:

Depois da refeição, vêm as danças e os cantos. Um delírio de sambas e fados, modinhas portuguesas, tiranas do Norte. Uma viola chocalha o compasso, um pandeiro acompanha, geme a sanfona, um negro esfrega uma faca no fundo do prato, e sorri negríssimo, um sorriso rasgado de dentes brancos e de ventura bestial. A roda fecha. No centro requebra-se a mulata e canta, afogada pela curiosidade sensual da roda. Depois da mulata dançam outros foliões dos dois sexos. Os circunstantes batem palmas, marcando a cadência e esquecem-se, quase a dançar também, olhando o saracoteio lento, ou as umbigadas desenfreadas, dos fadinhos de uns ou da caninha-verde de dois pares (..). Entretanto, transitam de permeio grupos carnavalescos mais valentes, romeiros, enroupados a fantasia, zabumbando o zé-pereira, bimbando ferrinhos, arranhando guitarras, guinchando sons impossíveis de requinta e gaita²⁷.

A colônia Baiana, no Rio de Janeiro fruto da diáspora baiana para essa cidade é a expressão maior de como o caráter festivo do negro vai ser de grande valor na afirmação e influência dos negros nessa cidade²⁸.

De maneira bastante próxima ao que acontece em Salvador onde há uma redefinição do calendário cristão num novo ciclo de festas populares, quando nos santos católicos seriam encontradas correspondências e identidades associadas aos orixás nagôs, homenageados não só em cerimônias privadas, mas, a partir de então, com toda exuberância na festa “católica”, nas ruas, nas praças, nos mercados e mesmo nas igrejas da cidade. Os cucumbis baianos reapareceriam no Rio de Janeiro anos

depois, em ranchos negros onde se cantava e dançava música africana em procissões que atravessavam os bairros populares, só interrompidas pelas luzes da manhã.

Segundo Roberto Moura, mais do que em qualquer cidade brasileira, a diversificação da vida e o ritmo cosmopolita do Rio de Janeiro permitiriam que certos hábitos musicais dos negros se encontrassem com a música ocidental de feição popular. O maxixe e o seu sucessor, o samba, acharam terreno propício na Cidade Nova: festeiros baianos, músicos e compositores negros, em processo de profissionalização, e empresários da caótica vida noturna da cidade criariam as formas da canção popular carioca, antecedendo uma geração de compositores que, junto com burgueses de Vila Isabel, depois de 1930, fariam a “época de ouro” da música popular brasileira.

Com base nos dados acima mencionados e a herança musical, principalmente o samba, seguida da maior festa popular do Rio de Janeiro, o carnaval, são evidências do quanto o caráter festivo do negro influenciaram a formação da identidade carioca.

CONCLUSÃO

O presente texto não tem a pretensão de ser completo e nem conclusivo sobre a relação entre a escravidão e a presença negra na formação da identidade carioca. Acredito que há muito ainda para ser analisado e levantado nessa temática. Também é preciso reconhecer que ser carioca não se resume apenas a influência da escravidão e da presença negra. Com certeza outros vetores culturais contribuíram para a formação dessa identidade, no entanto não há como negar ou disfarçar a premente influência dos pontos aqui destacados bem como de muitos outros oriundos das várias tradições e expressões de origem africana e também conseqüentes da escravidão.

NOTAS:

- ¹ FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975. p. 283.
- ² CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 1990. p.16.
- ³ CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura – o poder da identidade. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ⁴ FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 24.

- ⁵ ROSA, Marilene. Negro na Rua, a nova face da escravidão. São Paulo: 1988. p. 44.
- ⁶ MOURA, Roberto. TIA CIATA e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995. p. 37-39.
- ⁷ ROSA, Marilene. Op. Cit. p. 51.
- ⁸ LALLEMANT, Robert. MOURA, Roberto. Apud Op. Cit. p. 36.
- ⁹ ROSA, Marilene. Op. Cit. p. 93.
- ¹⁰ ROSA, Marilene. Op. Cit. p. 94.
- ¹¹ MOURA, Roberto. Op. Cit. p. 20.
- ¹² CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Cia da Letras, 1996. p. 27.
- ¹³ AZEVEDO, Aluísio, O cortiço, São Paulo, Martin Claret, 2009.
- ¹⁴ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 26.
- ¹⁵ Ibid. p. 27.
- ¹⁶ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 28.
- ¹⁷ MOURA, Roberto. Op. Cit. p. 37.
- ¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 39.
- ¹⁹ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. p. 29.
- ²⁰ MOURA, Roberto. Op. Cit. p. 86.
- ²¹ Ibid. p. 62.
- ²² FREYRE, Gilberto. Op. Cit. p. 289
- ²³ Ibid. p. 463.
- ²⁴ MOURA, Roberto. Op. Cit. p. 21.
- ²⁵ FREYRE, Gilberto. Op. Cit. p. 462.
- ²⁶ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p. 29.
- ²⁷ MOURA, Roberto. Caput. Op. Cit. p. 156.
- ²⁸ MOURA, Roberto. TIA CIATA e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Aluísio, O cortiço, São Paulo, Martin Claret, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura – o poder da identidade. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Cia da Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 1990.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975.

MOURA, Roberto. TIA CIATA e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

ROSA, Marilene. Negro na Rua, a nova face da escravidão. São Paulo: 1988.

RESUMEN:

Ser carioca no es solo un resultado único y exclusivo de la presencia e influencia negra en esta ciudad, pero es imposible negar que tan grande contingente, presente de la forma tan significativa en áreas que van desde la economía hasta las artes, no tenga dejado profundas marcas en la construcción de lo que llamamos de identidad carioca.

También se hace necesario declarar la imposibilidad de al menos tener la pretensión de ser decisivo en este tema. Esta claro que ésta temática no solamente permite, pero también exige una profundización casi infinita de variaciones de análisis y perspectivas de investigación.

Palabras claves: Identidad carioca, influencia negra, Río de Janeiro

ABSTRACT:

To be "carioca" it's not only a unique and exclusive outcome of the presence and influence of the Black people in this city, but it's impossible to deny that this large contingent, presented in a significant way through economy to art, had not left deep marks in the building process of what we call "carioca" identity.

It is also necessary to declare the impossibility of having at least the pretension to be decisive in this theme. It's clear that such thematic not only allows, but also demands and a deepening almost infinity of analysis and perspectives researchers variations.

Keywords: Carioca's identity, Black's influence, Rio de Janeiro

Normas Editorias

O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

Os trabalhos devem ser enviados em disquete, CD, Pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = chaves/keywords.

Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

Os destaques feitas no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições, etc.

As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português e inglês).

Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.

Todas as notas devem ser colocadas ao final do texto antes da bibliografia.

A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

Cada autor receberá gratuitamente cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.